



SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V. 10, n. 2, 2016

ISSN 1984-3968



A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na sessão Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina, bem como resenhas e relatos de viagens de estudo. As publicações destes diferentes trabalhos visa à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre a história do estado.

Sobre a capa:

Obra *Om Namah – Santa Catarina Yoga Meditação* - criação digital para a exposição "7 impressões e três interferências" (Itajaí, setembro de 2016). RMLenzi é autodidata. Além de desenhos em nanquim - com interferências digitais posteriores, é Desk Top Publish, realizando trabalhos gráficos para a Editora Univali. Formado em História, é editor do Anuário de Itajaí, da Fundação Genésio Miranda Lins. Entre vários livros em que atuou, o livro "Lauro Müller - Líder Republicano" recebeu o Prêmio Lucas Alexandre Boiateux - melhor livro de História publicado em 2014- do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Correspondência

Revista Santa Catarina em História
Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Trindade
CEP 88040-970 Florianópolis SC Brasil

Contato para Suporte Técnico

E-mail: seercfh@sistemas.ufsc.br

Santa Catarina em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016

v. 10, n.2, p. 130 ISSN 1984-3968

SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Josiély Koerich, Renata Maia, Thayse Fagundes e Braga

4-6

ARTIGOS

Invisibilização dos negros no planalto norte catarinense: reflexões acerca da abordagem historiográfica da região do Contestado e o Ensino de História

Rildson Alves dos Santos Grunow

8-27

ESTUDOS

Os Maios de 1968: Juventude, Movimento Estudantil e Imprensa em Florianópolis e Paris

Alina Nunes, Lara Lucena Zacchi

29-45

Presença judaica em Santa Catarina: os embates políticos entre o Partido Judeu e o Partido Cristão na Ilha do Desterro

Gabriel Simon Machado, Larissa Neves

46-56

Identidade, cultura e regionalismo: um estudo de caso com o grupo de arte e cultura,

Querência Açoriana

Álvaro Henicka de Paula

57-69

O preço de uma “Alemanha sem passaporte”: as medidas contra os Xokleng/Laklãnõ no interior catarinense (1836-1912)

Nathan Marcos Buba, Aaron Fernando de Paula

70-82

Revista Sul e suas intenções à literatura

Airton da Silveira Filho, Beatriz Córdova Wandscheer, Vera Cristina Caparica Ferreira



83-93

Os rostos do imperialismo estadunidense: o OCIAA de Florianópolis (1943-1945)

Gabriel Lecznieski Kanaan

94-107

Entre *Deushtum* e brasilidades: as utilizações políticas das construções identitárias e nacionalistas

Gabriel Goulart Barboza, Mariáh Leticia Goss, Matheus Lehnen

108-125

RESENHAS

Gênero e diversidade em espaços formais de educação e trabalho: uma resenha da tríade de Coletâneas Gênero, linguagens e etnicidades; Gênero educação e trabalho; Gênero sexualidade e corpo

Eriziane de Moura Silva Rosa, Angélica Alves Bueno

127-130



Editorial

Fernanda Arno

Josiély Koerich

Renata Maia

Thayse Fagundes e Braga

A **Revista Santa Catarina em História**, além de contemplar artigos, estudos e resenhas recebidos em fluxo contínuo, constituiu também um importante espaço de inserção de trabalhos desenvolvidos por acadêmicas/os no decorrer da disciplina de História de Santa Catarina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta edição é composta por um artigo, sete estudos e uma resenha, e procura contribuir com diferentes olhares sobre a história de Santa Catarina.

Na sessão **Artigos**, Rildson Alves dos Santos Grunow com o texto “Invisibilização dos negros no planalto norte catarinense: reflexões acerca da abordagem historiográfica da região do Contestado e o Ensino de História”, questiona o apagamento da presença negra na historiografia que trata do povoamento no planalto norte catarinense e a conotação pejorativa que foi dada aos participantes das lutas do Contestado. Ao longo do seu texto, o autor apresenta os fatores que geraram esse esquecimento e as relações de poder que tinham por finalidade promover uma política de embranquecimento da população na região de Santa Catarina.

Na sessão **Estudos**, fazendo uso do método História Comparada, Aline Nunes e Lara Lucena Zacchi, realizaram o estudo intitulado “Os Maios de 1968: Juventude, Movimento Estudantil e Imprensa em Florianópolis e Paris” onde procuram analisar as semelhanças entre os movimentos estudantis promovidos por jovens em 1968 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instalada em Florianópolis/SC, e nas universidades Sorbonne/Nanterre, em Paris. As autoras buscaram também focalizar a devida atenção que se deve dar às diferentes versões dos fatos apresentadas na imprensa, bem como as omissões, que muito revelam sobre a posição assumida por aquele grupo. A construção deste texto foi possível através da pesquisa em jornais do ano de 1968 com circulação em Florianópolis, que expuseram situações de repressão sobre alguns estudantes da UFSC no contexto da ditadura civil-militar apagadas da historiografia catarinense.

Partindo de pistas apresentadas em jornais de Florianópolis do século XIX acerca da construção do Mercado Público municipal, Gabriel Simon Machado e Larissa Neves,



buscaram compreender os embates entre o Partido Judeu e o Partido Cristão na cidade. Descobriram e revelam-nos ao longo de seu estudo “Presença Judaica em Santa Catarina: os embates políticos entre Partido Judeu e o Partido Cristão na Ilha do Desterro”, a existência de uma elite judaica na capital catarinense com forte envolvimento político e cultural na cidade, ligada à maçonaria e expressando-se através da imprensa. Os autores perceberam que as disputas, que se mascaravam como religiosas, eram uma concorrência por poder e dominação política na cidade.

Com a proposta de transitar entre os conhecimentos das áreas de História e Antropologia problematizando os conceitos de “identidade”, “cultura” e “regionalismo”, Álvaro Henicka de Paula, desenvolveu o estudo “Identidade, cultura e regionalismo: um estudo de caso com o grupo de arte e cultura, Querência Açoriana”. O autor realizou entrevista com os membros de um grupo de arte e cultura de Santa Catarina que enaltecem valores do gauchismo, divulgando através da dança passos e músicas típicas do Rio Grande do Sul.

Os autores Nathan Marcos Buba e Aaron Fernando de Paula expõem avanços nas áreas de história da imigração e indígena ao analisar as medidas adotadas pelo Governo brasileiro e catarinense, entre 1836 e 1912, sobre a instalação de imigrantes europeus em terras já ocupadas pelos Xokleng/Laklãnõ. Para a construção de “O preço de uma ‘Alemanha sem passaporte’: as medidas contra os Xokleng/Laklãnõ no interior catarinense (1836-1912)”. Os autores tomaram como fonte Relatórios da Província de Santa Catarina que apresentavam subsídios para a discussão da questão indígena; o relato de Roberto Avé-Lallemant, viajante do século XIX; além de uma investigação bibliográfica. O texto procura mostrar que as medidas governamentais aplicadas no século XIX e início do século XX são responsáveis por prejuízos que afligem a população indígena no estado até a atualidade.

Através de uma interação de temáticas ligadas à historiografia, literatura e arte, Airton da Silveira Filho, Beatriz Córdova Wandscheer e Vera Cristina Caparica Ferreira apresentam o estudo “Revista Sul e suas intenções à literatura”, que coloca em relevo o Círculo de Arte Moderna e a Revista Sul enfatizando a importância que esse grupo artístico e seu meio de comunicação tiveram para a inserção da arte moderna no estado de Santa Catarina. Além disso, as autoras e o autor fazem uma importante problematização da visão de “atraso” que acompanhou muitas das críticas direcionadas aos artistas catarinenses.

Abordando sobre a construção da hegemonia estadunidense no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, Gabriel Lecznieski Kanaan, a partir de uma abordagem micro-



histórica e focalizando sua análise em Florianópolis na década de 1940, em “Os rostos do imperialismo estadunidense: poder e política em torno do Office de Florianópolis”, procura compreender as relações de força que foram criadas ao redor do Escritório do Coordenador de Assuntos Inter-Americanos (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs - OCIAA). Analisando e utilizando como fonte documental os arquivos do Office, o autor investiga ainda, entre outras questões: o papel dos indivíduos na construção dessas relações de força locais; quem eram os agentes do Escritório de Florianópolis e por que se vincularam a ele; assim como a relação do Office com o poder público e privado e qual o lugar da agência no cenário político local.

Trabalhando também com questões sobre identidade, Mariáh Leticia Goss, Gabriel Goulart Barboza e Matheus Lehnen no estudo “Entre *Deutschtum* e brasilidades: as utilizações políticas das construções identitárias e nacionalistas”, analisam notícias relacionadas à vinda de imigrantes alemães para Santa Catarina. Tendo por fontes os jornais *A Regeneração*, *O Dia*, *República* e *Planalto* que circularam no estado no final do século XIX e início do XX, buscam mostrar como os discursos que emergiram acerca desses estrangeiros e seus descendentes receberam diferentes entonações no decorrer dos anos, além de perceber como, com o término da escravidão e as primeiras campanhas de nacionalização, a necessidade de uma nova mão-de-obra repercutiu e afetou os discursos produzidos nesses periódicos.

Na sessão **Resenhas**, Eriziane de Moura Silva Rosa e Angélica Alves Bueno apresentam a tríade de coletâneas: “Gênero, linguagens e etnicidades”, “Gênero educação e trabalho” e “Gênero sexualidade e corpo”, com o intuito de promover uma reflexão sobre os tipos de discussões realizadas em cursos de formação de professoras/es, que colaboram para elucidar temas ligados ao gênero, à sexualidade, às relações étnicas e à diversidade cultural.

Com temática variada e aprofundando-se em novos assuntos da história de Santa Catarina, esta edição procura proporcionar as/aos leitoras/es novos olhares a partir de perspectivas historiográficas, museológicas e antropológicas. Desejamos a todas/os uma boa leitura.



ARTIGOS

Invisibilização dos negros no planalto norte catarinense: reflexões acerca da abordagem historiográfica da região do Contestado e o Ensino de História

Rildson Alves dos Santos Grunow¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo tem por intuito a análise da marcante invisibilização do elemento negro nos textos que tratam da questão do povoamento do planalto norte catarinense, onde, mais tarde, ocorreriam os conflitos conhecidos como Guerra do Contestado. Apesar de sua razoável presença na região desde os tempos do tropeirismo, a partir da primeira metade do século XVIII, passando pelo período de disputa do território entre as províncias do Paraná e Santa Catarina, adentrando como protagonistas à questão do Contestado já no século XX e após seu desfecho. Não se pode afirmar que a historiografia lhes faz justiça em relação a reconhecer a real importância do negro na composição étnica do planalto, sobretudo após a chegada dos imigrantes europeus. Recorreu-se, para tanto, a pesquisas acerca da historiografia sobre o tema.

Palavras-chave: Negros, Afrodescendentes, Tropeirismo, Contestado, Planalto Norte.

Abstract: This article intends to analyze the marked absence of the black element in the books dealing with the issue of settlement of northern Santa Catarina plateau, where later occur conflicts known as Contested War. Despite its reasonable presence in the region since the *tropeirismo* times, from the first half of the eighteenth century, through the dispute period the territory between the provinces of Paraná and Santa Catarina, entering as protagonists the question of Contested in the twentieth century and after its conclusion. Can not say that historiography does them justice in relation to recognize the real importance of the African, especially after the arrival of European immigrants. It appealed to both the research in books.

Keywords: Black, African Descent, *Tropeirismo*, *Contestado*, *North Plateau*.

Introdução

Ao nos debruçarmos sobre a questão do povoamento da região do Planalto Norte Catarinense, que se dá entre os séculos XVIII e início do XX, vemos que, assim como em outras regiões, aqui esse processo não se deu de forma espontânea ou mesmo pacífica. Confrontos de diversas naturezas se fizeram eclodir durante tal episódio. Pessoas de diversas procedências convergiram para as demais regiões sulinas, levando consigo as mais variadas intenções de prosperidade. No caso do Planalto Norte Catarinense isso se deu de modo mais peculiarmente conflitivo. Ao nos afastarmos um pouco do lugar comum, que com propriedade nos mostra a dizimação de nações indígenas e escravização de negros para fins de uma colonização padrão nos moldes portugueses, podemos ver que para além desse intento

1 Mestrado em Ensino de História – PROFHistória/UFSC. Professor da Rede Pública do Estado de Santa Catarina. rildson.alves@posgrad.ufsc.br



plenamente atingido, é possível notar na letra dos autores da época uma ausência compulsória do negro nesse contexto planaltino como partícipe incontestado da história local. Se for fato que os negros habitaram o planalto mesmo durante os primeiros movimentos de colonização, por que sua presença não ilustra com a devida proporção as páginas da historiografia específica? A partir da observação dessa lacuna é que pretendemos desenvolver este trabalho.

É sabido que a colonização da região Sul do Brasil se deu, em relação às demais regiões, tardiamente. Segundo Arno e Maria José Wehling, o século XVIII representou para o Brasil a época da consolidação colonial². De fato, no início dos setecentos, o sul do Brasil beirava o completo despovoamento. As bandeiras paulistas serviram de obstáculo para os espanhóis atingirem o Atlântico desde o Paraguai e se apossarem do território onde se encontram atualmente os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Tratado de Tordesilhas, que ainda vigorava (1494 – 1750), dava aos espanhóis o direito de se fixarem nessas terras sulinas. Na prática, os portugueses já vinham se infiltrando além dos limites de Tordesilhas que estabelecia para Portugal desde a porção oriental da Ilha de Marajó, no atual Estado do Pará, até Laguna, litoral de Santa Catarina. O Oeste desse meridiano pertencia à Espanha, e dentro desse vasto território colonial ficava a futura Região Sul do Brasil. Mas os portugueses também tinham seus planos de expansão, e em 1680 fundam a colônia de Sacramento no atual Uruguai; enquanto que os espanhóis através dos jesuítas fundavam reduções a oeste.

Dessa forma, entre Laguna, Sacramento e o oeste povoado pelas reduções jesuíticas espanholas, os Sete Povos das Missões (Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai), encontrava-se um vasto território desabitado por europeus. À parte os conflitos sucessórios das Coroas entre ambos os países ibéricos que incorriam em invasões nas respectivas colônias, conflitos que foram a termo com o Tratado de Utrecht, de 1715, o cenário se manteve inalterado em termos de povoamento. Mas ao sul, em Sacramento, de acordo com Paulo Possamai, os soldados e colonos portugueses trouxeram consigo índios e negros do Brasil para auxiliá-los na construção e manutenção do novo estabelecimento: contudo, seu papel não se limitou aos trabalhos cotidianos, pois muitas vezes foram forçados a lutar ao lado de seus donos nos constantes conflitos com os espanhóis ao longo da conturbada história da Colônia do Sacramento³. Corrobora com essa afirmativa o fato de a fundação da Colônia do Sacramento ter como objetivo, para além de assegurar a possessão portuguesa, comercializar

2 WEHLING, 1999.

3 POSSAMAI, 2008, p. 4.



escravos africanos na região do Prata, o que indica já a presença do elemento negro no sul do continente americano. Para reforçar ainda mais a alegação da presença de negros na foz do Prata, Possamai lança mão do depoimento de um soldado espanhol de 1680 em sacramento, publicado por Carlos Luna em 1931 em Buenos Aires:

Já em 1680, quando da fundação da fortaleza, os portugueses levaram para Sacramento escravos destinados ao comércio, pois, segundo depoimento de um soldado espanhol, o filho do capitão de um navio português ofereceu-lhe dezesseis ou dezessete negros, enquanto que o capelão do mesmo navio queria vender-lhe seis ou oito escravos além de outras mercadorias. Um piloto português que o mesmo conheceu em Buenos Aires disse-lhe ainda que “trazia seis moleques para vender”⁴.

Diante disso, e para além das pretensões de Portugal referentes à essa região, que já delineava uma política de povoamento no Sul, e pretendia unir definitivamente Sacramento ao restante da colônia via litoral até Santa Catarina, é possível determinar a utilização de escravizados africanos para tal investida. Seriam os núcleos de colonização no Rio Grande e Uruguai que deveriam ser interligados por estradas até São Paulo. Estabelecia-se assim o embrião do que viria a ser a atividade do tropeiro. É conveniente aqui, mencionar que os paulistas à altura já contavam com escravizados negros e indígenas, conforme Werneck Sodré citando Varnhagen em sua “História Geral do Brasil”: *nos engenhos de São Vicente trabalhavam escravos*⁵. Destaca-se, portanto, que tanto ao norte do planalto catarinense (São Vicente) quanto ao sul (Sacramento) já era registrada a presença de negros por volta do século XVII.

Mas foi mesmo durante o que se convencionou chamar da segunda etapa do desenvolvimento econômico do Brasil, com a descoberta do ouro das Minas Gerais, século XVIII, que as oportunidades para os paulistas se abriram. Com a demanda por produtos e víveres nos confins da mineração, fez-se necessário o fornecimento desses itens os quais eram trazidos pelos tropeiros paulistas. Há registros de tropas que contavam com a mão-de-obra escravizada: *das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem*⁶. Camila Flausino em seu estudo sobre o tráfico

4 LUNA, 1931, tomo 1. p. 134. Declaração do soldado Fernando Antonio de la Fuente, 11 de fevereiro de 1680, in: *Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales. Documentos referentes a la guerra de la independencia y emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América. Segunda série, dirigida por Carlos Correa Luna. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749).*

5 SODRÉ, 1998.

6 ANTONIL, 1982.



interno de escravos em Mariana-MG, aponta para transação de negros escravizados nos seguintes termos: *distribuição dos escravos negociados segundo a atividade produtiva: Mariana: 1850-1886: tropeiros = 12* (FLAUSINO, 2006). Seguindo esse panorama e sabendo que Minas era o destino principal das tropas que visavam negociar seus produtos, é possível depreender que a atividade tropeira, encabeçada pelos paulistas e que abrangia um extenso território — desde as estâncias do Rio Grande até Sorocaba-SP e de lá a Minas — contava com a presença de escravizados negros. A propósito do povoamento da região Sul e de suas rotas comerciais que levavam a São Paulo e Minas, acrescenta Wehling:

A política de povoamento da Região Sul foi executada de várias formas: estímulo às correntes migratórias de colonos saídas de São Paulo e responsáveis pelo estabelecimento de fazendas de gado em Curitiba, Guarapuava, Palmas e Lages; abertura de um caminho de Laguna até Sacramento em 1728, o Caminho dos Conventos; apoio a novas fazendas de gado em território rio grandense e uruguaio. Nos anos seguintes, comboios de cavalos e mulas dirigiram-se às Minas. Outra medida tomada pelo governo português foi a fundação de Montevidéu em 1723, para servir de suporte militar à colônia. A política de ligação entre Sacramento e São Paulo por meio de fazendas de gado e estradas foi facilitada, ou mesmo viabilizada, pela descoberta das Minas⁷.

Sandro Moreira contribui dizendo que como o transporte e comunicação com Minas não era favorável devido ao seu terreno montanhoso, o mesmo não ocorria no Sul que apresentava melhores condições naturais ao desenvolvimento dessas atividades, planícies excepcionais para a criação de animais. Tudo isso favorecia para que no Sul se multiplicasse o número de cabeça de gado. Moreira vai além:

A pecuária, base econômica da ocupação do extremo sul da Colônia, esparramada nas pastagens do Rio Grande e Santa Catarina se constituiu num setor econômico subsidiário de outro setor principal, que atuou como mercado consumidor, a mineração. Apesar dos obstáculos, a partir de 1730, teve início a exportação de animais do extremo sul para as regiões centrais. Desde então, bovinos, equinos e muares chegavam a São Paulo de onde eram distribuídos para outras regiões, após terem sido negociados nas feiras anuais de Sorocaba⁸.

O mesmo autor ainda afirma que a história dos municípios catarinenses, tais como Papanduva, Itaiópolis e Mafra, liga-se ao ciclo aurífero das Minas através dos paulistas que

7 WEHLING, 1999, p. 167.

8 MOREIRA, 2010, p. 64.



com sua tropa abriam caminhos e trilhas nas florestas do Sul promovendo também o desenvolvimento dessa região e marcando o domínio português na mesma.

Diante dessa conjuntura, a paulatina formação de povoados, de fazendas criadoras de gado, da lavoura e de outras lidas, não é de todo inverossímil que houvessem escravizados negros, forros ou livres (nesse último caso, após 13 de maio de 1888), compondo parte significativa da população na região, uma vez que tal mão-de-obra era na Colônia, e posteriormente no Império, encarada de forma essencial para a economia. No texto *Migrantes caboclos em Florianópolis: trajetória de uma experiência religiosa* (2002), Roberto Iunskovski deixa clara a presença desses indivíduos em Florianópolis; inclusive, é mencionada uma comunidade de caboclos descendentes dos sobreviventes do Contestado que se mudaram para o Morro do Horácio naquela capital após o conflito, a partir de 1916. Isso demonstra que havia uma população negra no planalto catarinense uma vez que, segundo Iunskovski, por ocasião da pesquisa para sua dissertação, 75% dos habitantes do Morro do Horácio se dizem descendentes daqueles caboclos. Boris Fausto em *História do Brasil*, rapidamente menciona que senhores de escravos cederam cativos para lutar como soldados. Uma lei de 1866 concedeu liberdade aos “escravos da Nação” que servissem no Exército. A lei se referia aos africanos entrados ilegalmente no país após a extinção do tráfico, que tinham sido apreendidos e se encontravam sob a guarda do governo imperial⁹.

Em Campos Novos, Santa Catarina, segundo a pesquisadora Enedi Rosa, foi constatada a presença de escravizados nas terras do estancieiro Matheus José de Souza e Oliveira, em 1876. Este, deixou em testamento, a sua “Terça” para aqueles após o seu falecimento. O evento acabou tornando-se notório na ocasião a ponto de tal localidade ficar conhecida como Invernada dos Negros. A pesquisadora esclarece que: segundo o direito da época, a Terça era terça parte da herança de que o testador podia dispor livremente – “a qual lhes será dada em campos e terras lavradas dentro da Envernada”¹⁰. Ainda segundo Enedi Rosa, deixar lotes de terra para ex-escravizados parece ter sido uma prática razoavelmente usual já que a mesma cita outros casos semelhantes no período da escravatura no sul do Brasil, como o que Ilka Boaventura Leite apresenta em Mostardas, no Rio Grande do Sul, em 1824. Em seu testamento, Dona Quitéria Pereira do Nascimento, viúva e sem filhos, deixou expresso o seguinte: “Declaro que por meu falecimento deixo na mencionada Fazenda dos Barros

9 FAUSTO, 2002, p. 213.

10 Anais do VI, VII e VIII Encontro Catarinense de Arquivos – Blumenau / Florianópolis / Jaraguá do Sul: 1994/96/98.



Vermelhos a todos os meus escravos, que deixo libertos, a extensão de terreno que parte do Capão do Retovado até a Lagoa que divide o capão denominado de Casca, de costa a costa..."¹¹.

Claudia Nascimento fornece dados contundentes sobre a presença marcante do negro na Lapa no atual Paraná, já no século XVIII. Diz ela que a antiga Vila do Príncipe, atual Lapa, situada na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, originou-se também a partir do tropeirismo, que por ali passava desde Viamão, Rio Grande do Sul até Sorocaba, São Paulo, transportando cavalos, gado e mulas. O lugar conhecido como o “País dos Tropeiros”, em 1769 é alçado ao status de Freguesia. Com o desenvolvimento econômico que tal atividade proporcionou, no final do século XIX já era pontilhada por grandes fazendas de gado. Negros escravizados e livres, mesmo em menor proporção se comparados às outras províncias, não deixaram de ser aproveitados pelo tropeirismo, porém na sua maioria, eram explorados compulsoriamente no latifúndio local como braços para as roças e lavouras, mas também nas atividades pecuárias. Conforme Cecília Westphalen: as primeiras explorações na região começaram em 1731 com as tropas que fixavam seus pontos de pouso, logo, foi estabelecida a primeira família e depois pequenas unidades comerciais. Em meados de 1806, foi transformada em base das tropas legalistas, contando com 629 habitantes negros¹². Otavio Ianni ainda acrescenta que “os Campos Gerais paranaenses foram caracterizados por Saint-Hilaire como região tipicamente pecuária, onde o viajante encontrou escravos em todas as fazendas”¹³. Assim, pode-se afirmar que durante todo o período de colonização e desenvolvimento da região a presença de negros e seus descendentes sempre foi notória. Vale lembrar que a Lapa dista de Mafra, entrada para o planalto norte catarinense, cerca de 57 quilômetros o que não deixa margem para dúvidas em relação à população negra ter se estabelecido neste planalto uma vez que os grilhões da escravidão não penetravam a floresta densa local, o que o configura como uma região bastante atrativa para quem quisesse viver à parte desse sistema; negros fugidos, índios desalojados, peões expulsos de suas terras por fazendeiros para ali acorriam em busca de uma nova vida.

Modernização: expulsão e embranquecimento

11 LEITE, 2002, P. 250.

12 WESTPHALEN, 1979.

13 IANNI, 1992.



Com o advento das políticas modernizadoras, alinhadas com as demandas da Revolução Industrial, em fins do século XIX e início do XX, o governo empreende a construção da estrada de ferro que ligará São Paulo ao Rio Grande do Sul e cujo traçado cortava o planalto de norte a sul, distribuindo terras às companhias estrangeiras, terras essas habitadas por caboclos posseiros. A região ainda era palco de contenda entre os estados do Paraná e Santa Catarina que disputavam juridicamente a posse da região o que conferia um motivo a mais para atritos — a questão do Contestado pode ser entendida como a disputa jurídica entre ambos os estados enquanto que a Guerra do Contestado remete à disputa armada entre Governo e posseiros. Atrelado a isso havia uma política de embranquecimento da população que determinava a vinda de imigrantes europeus, sobretudo alemães, poloneses, ucranianos e em menor escala, de italianos, a partir de fins do século XIX. A região passa a ser reconhecidamente um reduto de colonos caucasianos, deixando à margem dessa construção histórica a presença dos negros. Mesmo os indígenas, nomeadamente os das etnias xokleng e kaingang não tiveram melhor sorte, uma vez que sofreram um drástico decréscimo populacional, sobretudo em decorrência do avanço das populações europeias sobre as áreas onde viviam, o que gerou uma série de conflitos e, os poucos remanescentes autóctones foram reduzidos à pequenas porções de terras de baixo valor e produtividade: as reservas indígenas. Lúcio Mota alerta para o fato de os índios Xokleng da TI (terra indígena) Ibirama em Santa Catarina:

Serem os sobreviventes de um processo brutal de colonização do sul do Brasil iniciado em meados do século passado, que quase os exterminou em sua totalidade. Apesar do extermínio de alguns subgrupos Xokleng no Estado, e do confinamento dos sobreviventes em área determinada, em 1914, o que garantiu a "paz" para os colonos e a conseqüente expansão e progresso do vale do rio Itajaí, os Xokleng continuaram lutando para sobreviver a esta invasão, mesmo após a extinção quase total dos recursos naturais de sua terra, agravada pela construção da Barragem Norte, mas tal fenômeno não se restringiu aos Xokleng uma vez que os Kaingang compartilhavam o mesmo território colonizado. (MOTA, 2000, p. 61).

Ao se analisar as conjunturas que promoveram a colonização e o desenvolvimento da Região Sul brasileira, é possível notar a participação ativa, embora compulsória, das populações negras em todas as fases desse processo. Desde Sacramento; em Desterro quando se verifica farta presença do contingente africano e descendentes; sobreviventes da Guerra do Paraguai que se fixaram em várias localidades do sertão sulino; no Paraná, trazidos pelos



paulistas para abastecer as fazendas de gado, enfim, pode-se visualizar o negro em todo o território que circunda o planalto norte catarinense. É sabido que essa região contestada pelo Paraná e Santa Catarina não apresentava na ocasião uma estrutura legalizada ou burocrática, o que fazia com que ora pertencesse a um dos lados, ora, passasse para a tutela do outro. Tal situação oferecia atrativos à convergência desses negros, escravos fugidos, forros, nascidos livres que para ali partiam em busca de refúgio nas florestas sem dono. É bem possível que se intua que diante da possibilidade do afastamento da convivência com o algoz, alguém que tivesse sofrido qualquer tipo de privação, assim que a ocasião se afigurasse propícia, procurasse sua liberdade e formas de subsistência. Desse modo, cercados por áreas de históricos conflitos, o negro que conseguisse empreender tal jornada rumo ao isolamento, o fizesse, bastando para tal que a oportunidade se afigurasse.

A historiografia, entretanto, não confere a esse elemento, hoje majoritário na sociedade brasileira, uma presença vigorosa na mencionada região. Autores consagrados dão pouca visibilidade ao negro em suas obras. Oswaldo Cabral, Walter Piazza, reconhecidamente autores conservadores, além de Sandro Costa, por exemplo, concentram suas observações basicamente aos paulistas, quando tratam do tropeirismo, e quando trabalham a questão do Contestado, visam mormente ao conflito, homogeneizando a figura do caboclo sem determinar que caboclo era esse ou sem se aprofundar no estudo a respeito da sua constituição.

Durante todo o processo de colonização do território, a menção aos colonizadores ofusca a presença do negro, o qual mesmo escravizado ocupa lugar estratégico nessa trajetória, isso sem mencionar suas lutas por liberdade, suas resistências, suas organizações em irmandades, etc. conforme já se pode atualmente verificar em trabalhos de pesquisadores como Paulo Pinheiro Machado e Márcia Espig, que dão ao tema a relevância devida, sobretudo quanto à configuração humana do caboclo. Em *A Guerra Santa Revisitada*, organizado por ambos os autores são revistos alguns dos pontos de desqualificação desse personagem furtivo do planalto; alcunhas como “fanáticos”, “matutos”, “sertanejos”, remetiam à incapacidade de lidar de forma mais complexa com as nuances sociais. Quando o conflito do Contestado tem início, passam a ser tidos como “lunáticos”, mas jamais foram objeto de consideração e sensibilização por parte dos críticos, seus contemporâneos, a despeito das injustiças a eles infligidas. Porém, há razoável fonte de informações a respeito do negro na referida região, antes, durante e depois da pacificação e do estabelecimento da

ordem estatal. Paulo Machado diz que “embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro”¹⁴. Na obra *Lideranças do Contestado*, do mesmo autor, lê-se, em referência ao modo como eram vistos os caboclos e suas motivações:

Julgamos ser mais adequado o estudo de movimentos camponeses sem caracterizá-los, *a priori*, como “reacionários” ou “revolucionários”, “reativos” ou “tradicionais”. Nem tampouco afirmar que representam apenas reações, espasmos ou desdobramentos inermes de forças externas. Precisamos, isso sim, procurar entender sua capacidade criadora, avaliando suas origens, sua expansão e suas limitações¹⁵.

Muita discussão em torno da figura do caboclo do Contestado ainda virá, mas cada uma delas terá de reconsiderar cada etapa da participação desse personagem que agora apresenta sua face heterogênea e sua capacidade complexa e adaptativa, o que redundará na compreensão deste personagem longe da figura pejorativa do “fanático” incapaz de compreender o que estava em jogo naqueles episódios repletos de insensibilidade por parte dos governantes e dos capitalistas estrangeiros que lograram se apossar daquelas terras e explorar suas riquezas a despeito do contingente humano ali estabelecido.

Entre o Paraná e Santa Catarina: lugar de caboclo, terra de ninguém

No trabalho dos historiadores Marlon Brandt e Nazareno Campos, nota-se que essa população de sitiantes era composta por muitos ex-peões, agregados, escravos fugitivos, negros libertos e pequenos fazendeiros em busca de novas terras, que não estava submetida aos laços que prendiam agregados e peões aos fazendeiros das áreas de campos, tanto de Santa Catarina quanto do Paraná ou Rio Grande do Sul¹⁶. A origem dos latifúndios na região planaltina vem do sistema de sesmarias, prática corrente da colonização. Para suprir tais propriedades com mão-de-obra para o trabalho compulsório, a presença do negro escravizado passa também ali a ser explorada, o que não o impede de deixar sua marca no panorama demográfico daquela região circundante das florestas densas e no seu interior. Quando da fundação de Lages, em 1771, segundo a historiadora Zélia Lemos, computaram-se negros na

14 MACHADO, 2004, p. 66.

15 MACHADO, 2004, p. 33.

16 BRANDT & CAMPOS, 2014.



própria comitiva do fundador Correia Pinto, “embora boa parte se ligasse aos trabalhos domésticos, o maior número deles estava em poder dos fazendeiros, empregados nas lides do campo”¹⁷.

De início, obviamente, o elemento indígena, ou “negro da terra”, por ali habitava, percorrendo o território de acordo com sua conveniência. Tinha total domínio desse espaço estabelecendo referências culturais típicas da sua natureza nativa. Com o advento do imigrante europeu caucasiano, paulatinamente esse indígena, não sem sérios conflitos, acaba por ser razoavelmente dispersado ou obrigado a se aproximar dos demais elementos que para o interior da floresta partiam. Esse amalgama resultante de lusos brasileiros, africanos e de nativos gera um novo tipo que apresenta certas características físicas e culturais, nasce, então o caboclo, talhado exclusivamente para aqueles sertões do planalto norte catarinense. Com o declínio do tropeirismo, assume a vida rústica adentrando esses sertões impróprios para a criação de gado. Esse caboclo, a par da sua liberdade e isolamento, achou ali seu *locus*, sabendo extrair daquele ambiente seu sustento: pinhão, mate, peixes, madeira, resina, caça, etc. Segundo Muchalovski (2008), além de assimilar a cultura indígena, o caboclo, é marcado também por tradições de origem ibérica, do tradicionalismo dos bandeirantes paulistas e pelo comportamento do gaúcho dos pampas.

A importância desse caboclo para modelar uma situação social distinta, vem da sua capacidade de inventar ou se adaptar a um panorama destituído de limites territoriais privados, mas que focava nas relações colaboracionistas com a vizinhança. Talvez pelo receio de que esse modo de viver sem ter de se submeter aos mandos dos grandes, essa postura culturalmente independente encoraja os governantes e proprietários a empreenderem uma política de imigração na região, no século XIX, sob a tutela do Imperador que os via no completo isolamento e subsistindo sem maiores complicações. Um indivíduo independente não precisa obedecer a ninguém. Por outro lado, conforme o historiador Nilson Thomé (1995), a Corte também planejava remodelar aquele espaço que não possibilitava uma povoação enriquecedora, pela visão imperial da época. Esse processo causou um choque de culturas que acaba se tornando um dos motivos da Guerra do Contestado. O mesmo também pode ser dito após o advento da República a qual não representou nenhum tipo de ruptura positiva para as populações do Contestado as quais, inclusive, se opunham ao novo modelo político nacional, não por fidelidade à monarquia, mas por entenderem que a república se

17 LEMOS, 1983, p. 67.



comprometia mais com o capital estrangeiro que visava a exploração daquela região do que com a população cabocla que ali vivia como posseira representando o “atraso”.

Para além dos tropeiros que varavam a região transportando gado das estâncias gaúchas até Sorocaba, servis africanos debandavam para o planalto buscando melhor sorte nessas terras. Tais contingentes concorreram para o surgimento de uma população rural com relevantes vínculos ligados à terra, que se adaptou à ausência do governo ou de lideranças locais relacionadas ao latifúndio. A partir de ponderações dessa escala tentou-se trazer à luz o arcabouço étnico e cultural procurando relacionar os elementos ativos componentes do que se chamou desenvolvimento do planalto norte catarinense. O amalgama étnico, as relações culturais e produtivas atuais, não deixam de decorrer daqueles fatos vivenciados por muitos na região do Contestado, como consequência do arranjo territorial conturbado em suas variadas nuances, o qual mantém suas características básicas ainda hoje.

Ainda durante a Revolução Federalista (1893 – 1894), a cidade de Mafra, à altura, inserida à Vila de Rio Negro, foi palco de importantes embates, nos quais a prática da degola era usual. Assim se torna notório, o negro uruguaio Adão Latorre que para se vingar da chacina sofrida por sua família torna-se um degolador durante o conflito. Adão deixa vasta descendência contribuindo assim para a efetivação do negro no sul do país. Nilson Thomé (2007), evidencia a presença do negro como componente étnico da população da região contestada. Desde quando da abertura dos caminhos dos tropeiros, da instalação das fazendas de criação e das primeiras explorações de ervais nativos, o negro participou da formação do homem do Contestado. Ao verificar-se na região planaltina a presença de pessoas negras, que não sofreram miscigenação, essa influência passa a não ser majoritária, pois, ainda segundo Thomé, poucos foram os africanos que se estabeleceram no Contestado. Porém, não se pode negar na compleição desses caboclos, de antes, durante e depois, de todos esses processos colonizadores e conflitos das mais variadas procedências, a vigorosa parcela africana na constituição dos miscigenados de brancos com negros e índios. Como já mencionado, eram oriundos de São Paulo para ocupação das terras, na condição de escravizados, também como de trabalhadores livres vindos de outras regiões do país para trabalharem na empreitada da ferrovia. Além do que, alguns dos principais líderes do movimento rebelde de 1912-1916, considerados “comandantes-de-briga”, eram negros, como Olegário Ramos (conhecido como Negro Olegário. O historiador Vinhas de Queiroz narra que ele era negro gaúcho, antigo maragato e comandava um piquete jagunço que percorria a Serra do Marombas), Joaquim



Germano (sobre este, Queiroz diz que “*era outro líder rebelde, negro, também gaúcho que tinha fama de muito valente*”). Joaquim foi morto por Adeodato depois de desentendimento entre ambos), Benvenuto Lima (também conhecido como Venuto Baiano, líder negro proveniente da Bahia por volta de 1890. Liderava cerca de cem homens dispostos a lutar) e Adeodato Manoel Ramos (último comandante de briga, conhecido como “o flagelo de Deus”, foi assassinado numa suposta fuga do presídio de Florianópolis no ano de 1923).

Na década de 1950, a historiadora Mariza Lira já demonstrava preocupação para com a desatenção historiográfica em relação ao componente negro no sul do Brasil. De fato, raramente se encontram obras que se aprofundem no estudo desse contingente especialmente no Estado de Santa Catarina. Sob o signo do caboclo, que muitas vezes não passa de uma atribuição generalizante, o negro se dilui nessa composição, porém, as descrições encontradas em diversas fontes à maneira de cada época dão forma e existência a esse indivíduo, mas há de se ter sensibilidade para visualizá-las no seu devido contexto e a partir da compreensão do que representava, essa etnia, aos olhos dos outros em cada momento. Em alguns casos, nota-se referências caracterizadas por certa compaixão, em outros, a frieza e a rudeza se sobressaem, em outros ainda, a indiferença, mas todos esses casos fixam em definitivo a presença do negro no sul de forma geral e em especial, na região contestada. Lira adverte para essa falta:

Quase sempre subestimamos a contribuição do elemento negro nos estados do sul. É um erro de apreciação determinado pela perspectiva do presente. Esquecemos o passado, e foi justamente no passado, no período áureo do regime servil, que o negro atuou naquelas regiões, mais tarde coloridas pelo influxo da colonização europeia¹⁸.

Conforme se nota, essa invisibilização do negro já era objeto de questionamento de alguns pesquisadores mais antigos, porém, essa realidade paulatinamente vem sendo revigorada e é possível encontrar importantes estudos que visam retificar tal situação. O já mencionado Nilson Thomé é categórico no seu ensaio *Negros no Contestado, sim! Quilombos e quilombolas, não!* O também historiador René Ramos contribui com o debate em seu artigo *A Representação dos Negros na Guerra do Contestado no Museu Paranaense*. O literato Fernando Romero na sua tese, *Museu do museu: uma crítica do registro da Guerra do Contestado em Santa Catarina*, não deixa de provocar reflexão acerca da relegação do negro

18 LIRA, 1951, p. 93.



nos documentos oficiais do estado. Indaga ele: *por que determinados grupos, como os negros e os caboclos, sempre estiveram ausentes dos museus, das memórias e até da historiografia de Santa Catarina?* (ROMERO, 2012, p. 10). De forma que o avanço da discussão aparenta um avigoreamento necessário para o ajuste dessa questão na historiografia. Cabe aos pesquisadores dar prosseguimento a essas relevantes questões visando estabelecer aos atores históricos, objetos deste estudo, sua real significância nesse rico processo.

O negro permanece

Nilson Thomé lembra que no início do Século XX, entre 1908 e 1910, antes, portanto, de serem deflagradas as primeiras hostilidades por parte da companhia que sumariamente expulsava os posseiros caboclos de suas casas e sítios, contingentes de negros de outras regiões afluíram para o planalto como contratados da Brazil Railway Company, ali permanecendo após a contenda, o que redundou no incremento dos componentes étnicos da região em questão. Muitos, entretanto, aderiram ao conflito por também se virem explorados e descartados pela companhia americana. Diz Thomé:

Houve uma rápida corrente migratória de negros e mulatos para a Região do Contestado, que vieram da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, na condição de trabalhadores contratados para a abertura da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no trecho de União da Vitória (PR) a Marcelino Ramos (RS). O contingente recrutado pela Brazil Railway Company para trabalhos braçais em nossa região chegou a cerca de oito mil pessoas, parte delas a seguir e até 1916 sendo aproveitada para a implantação dos trilhos no Ramal de São Francisco, trecho entre Mafra/Rio Negro e Porto União/União da Vitória, na direção do porto de São Francisco. Concluída a construção, já na segunda década do século XX uma parcela destes elementos não regressou à origem, optando por se estabelecer nas terras marginais da ferrovia e assim se inseriram na sociedade regional, trazendo suas tradições, usos e costumes¹⁹.

É justamente nessa região especificada que a presença do elemento negro não recebe a devida atenção. O caboclo, é, sem dúvida, um tipo indissociável da área contestada, é seu típico habitante que se diferencia dos latifundiários, fazendeiros e comerciantes, e, logo mais, dos europeus não ibéricos que para ali também se dirigiram. Porém sem a presença do negro, com toda a sua bagagem cultural bem como na sua capacidade de resistência contra o estado

19 THOMÉ, 2007, P. 80.



de coisas a que era submetido, o caboclo não poderia existir. Esse caboclo, que era índio, que era ibérico e que era negro, não pode ser descrito como não negro uma vez que, ao analisarem-se as necessidades de cada grupo dentro daquele contexto de escravidão, de exclusão, de segregação, fica a cargo do negro a iniciativa de se embrenhar na mata em busca de outro modo de vida. Sim, se associaram em grupos de bandoleiros para saquear tropeiros, lutaram contra a exploração do estrangeiro e contra o descaso dos governos e sobreviveram a tudo isso.

Cabe, então, inserir sua história nos livros investindo em novas pesquisas, questionando o discurso superficial e tendencioso, trazendo para a sociedade essa discussão renovada para que se possa desvendar seu destino e garantir que sua presença jamais seja relegada ao esquecimento tão somente porque se pretende uma sociedade não negra, como se verificou no propósito de embranquecimento dos governos em relação à população quando investiu em colonos europeus. Se compararmos a presença de ambos os grupos, os negros e os caucasianos na região, os últimos serão considerados recém-chegados, enquanto que o negro esteve ali desde os primeiros movimentos na direção da conquista deste vasto território sulino.

O ensino de história - categoria teórica: ideologia

Terry Eagleton na sua obra *Ideologia*, demonstra o quão é difícil elaborar uma conceituação adequada para o termo, o qual se apresenta sob vários “significados”. Apesar disso, o termo *Ideologia* não se limita ao que os seus significados apregoam, antes, ostenta na sua base mais fundamental a efigie dos valores da vida social, e pode caracterizar várias faces e maneiras de interpretações. Eagleton, assim esquematiza alguns subconceitos de Ideologia:

- a) O processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) Um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) Ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- d) Ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante (muito embora quem produz essas ideias não parte do princípio de que elas são falsas, trata-se, conseqüentemente, de uma escolha que enaltece alguns e invisibiliza outros. Isso também é válido para o item “e” logo abaixo);
- e) Comunicação sistematicamente distorcida;
- f) Aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- g) Formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- h) Pensamento de identidade;
- i) Ilusão socialmente necessária;



- j) A conjuntura de discurso e poder;
- k) O veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- l) Conjunto de crenças orientadas para a ação;
- m) A confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
- n) Oclusão semiótica;
- o) O meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
- p) O processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Ao reconhecer a ideologia como qualquer conjunto de crenças motivadas por interesses sociais, o autor atenta para a representação das formas de pensamento dominante em uma determinada sociedade. Entretanto, apesar de Eagleton apontar para tais características da ideologia, também assume que isso é o que torna universalizadas suas definições, e isso implica aceitar que ninguém se resigne num primeiro momento, que seus modos habituais são definidos por uma ideologia dita como dominante. Ademais, o autor levanta outro ponto importante: que é notar que tais formulações estão ligadas a questões de teor epistemológico, ou provém de certo conhecimento de mundo, por exemplo, as convicções modeladas sob os arquétipos racionais aos quais os indivíduos estão constantemente sendo moldados.

Relacionando a questão da ideologia com o modo como os rebeldes do Contestado foram tidos pelos construtores de ideias (no início do século XX, sobretudo os jornais eram basicamente o único meio pelo qual se veiculavam as notícias e as ideias em larga escala — o rádio só aparecerá em 1922), os estudos de Eagleton sobre o tema ideologia, ajudam a mostrar finalmente como os caboclos foram apontados como “fanáticos” pelos meios de comunicação naquela ocasião. Tais alcunhas depreciativas lançadas aos despossuídos da região foram assimiladas pelo senso comum e reproduzidas sem moderação, chegando até aos nossos dias, sendo refletidas inclusive pela historiografia. Produzir narrativas que se contrapõem a algumas oficiais hegemônicas é tarefa para os pesquisadores que já contam com um olhar mais humanizado e espírito independente e fiel aos fatos em si, usando de cautela para evitar as sutilezas que a ideologia vem conferindo aos discursos sobre o tema. Apesar desse perfil de múltiplas faces, as ideologias, contudo, devem ser encaradas como meio de propor reflexões acerca de juízos naturalizados de verdade e falsidade conforme a sua função ou eficiência em reunir classes ou frações de classes em posições de domínio ou subordinação. A ausência dos negros como protagonistas das suas próprias realizações nos registros historiográficos da época e por ocasião da guerra do Contestado não se deu, então, por algum lapso infeliz da memória, mas serviu para lhes negar a capacidade de organização, de resistência e luta contra

os grilhões e a injustiça, conforme ocorreu com as demais revoltas encabeçadas pelos negros em vários períodos da história do Brasil.

No que se refere ao uso de temas fortemente significativos para determinada comunidade, sobretudo a partir da escola, na disciplina de História, e nesse caso específico da região do Planalto Norte catarinense, a história desses excluídos deve ser encarada dentro de uma nova perspectiva, a saber, a de que os referidos “fanáticos” não se encaixavam nesse rótulo simplificador, mas a partir da sua composição social, étnica, cultural e mesmo política, e que se organizaram, se apropriaram do significado da sua luta, conheciam exatamente o contexto em que atuavam e quais eram as intenções do inimigo, o governo e a Lumber. Dessa forma, reduzir aquele povo a meros fanáticos, é sem dúvida desqualificar a capacidade do homem de imbuir-se de suas forças afim de combater seu opressor. Em sala de aula, o debate sobre tais questões deve ser incentivado, e as ligações dos alunos com aqueles eventos podem ser motivo de intensa reflexão considerando que as comunidades planaltinas estão em firme contato com todo o desenrolar histórico, e ainda mais, que os jovens desfrutam dessa herança. Assim, Circe Bittencourt acrescenta: esse conhecimento vincula-se diretamente com a escola, estabelecendo novas relações de saber pela prática social de seus agentes fundamentais, professores e alunos²⁰.

Conclusão

Sabe-se que na pesquisa histórica, na história ensinada na academia e no ensino de história na escola básica os tempos e eventos transmitidos não são coincidentes, portanto, é necessário se pensar em maneiras de nos aproximarmos conjuntamente das motivações que levam a cada fato para que o transmitamos de forma harmoniosa visando promover discussões que compartilhem uma base teórica sólida e limpa das influências ideologicamente perniciosas; porém sem perder de vista o reconhecimento da especificidade de cada uma dessas histórias em cada um destes lugares, o que bem pode permitir uma comunicação mais fecunda entre elas²¹.

Reconhecer na sala de aula um núcleo convergente de diversas trajetórias e com elas fomentar reflexões conjuntas sobre cada uma delas e associá-las mutuamente pode se comprovar um exercício qualitativo de intenso retorno na formação do aluno. Antigos

20 BITTENCOURT, 1993, p. 193.

21 PEREIRA & SEFFNER, 2008, p. 114.



paradigmas inférteis serão abandonados em função de um debate franco e sempre aberto, visando construir e dividir novas percepções afim de que se avance em relação ao reconhecimento da alteridade como merecedora do mesmo respaldo social em constante evolução.

Nesse sentido, rever a questão da invisibilização do negro nos debates referentes as lutas do Contestado, mormente quando aquela região passa a ser enxertada por descendentes de europeus a ponto de haver uma naturalização dessa característica, faz-se sobre maneira necessário, até porque isso pode ser exemplificado no triste episódio do acidente rodoviário ocorrido na serra Dona Francisca em 14 de março de 2015, quando um ônibus da viação Costa Mar despencou serra abaixo deixando 51 mortos e 8 feridos. O fato que marca a exemplificação desse acidente com o tema do presente artigo diz respeito ao destino dos viajantes: todos ali, pessoas brancas, descendente dos europeus que vieram repovoar a região do Contestado, estarem indo em vigília religiosa de matriz africana. Todos eram praticantes de umbanda.

Aqui, o destaque está na naturalização da apropriação de práticas afro-brasileiras na região contestada e que mantém invisibilizada a presença do negro, o que mostra que pelo menos em determinado aspecto esta tese se confirma, pois mesmo com o trágico acidente nessas circunstâncias, a ausência de negros indo comungar sua fé no mencionado veículo juntamente com os brancos de União da Vitória, região que conta com aproximadamente 70 centros de culto afro-brasileiro, segundo a Federação Umbanda Candomblé e Angola (Fuca), não provocou nenhuma estranheza; e tal comportamento não se deu por uma superação do racismo, pois ainda pode-se testemunhá-lo ali, mas por simplesmente não se pensar mais no negro como parte dessa história apesar das suas marcas culturais ainda fortemente presentes.

A linha de pesquisa *Saberes históricos em diferentes espaços de memória* é um excelente fio condutor para essas reflexões, uma vez que expande o olhar para além dos limites da escola já que a região aqui estudada se mostra com fartas possibilidades para o aprendizado de história.

Referencias

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. EDUSP. SP: 1982.

BRANDT, M. & CAMPOS, N. *Costumes e usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina*. Mercator, Fortaleza: 2014.



Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales. Documentos referentes a la guerra de la independencia y emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América. Segunda série, dirigida por Carlos Correa Luna. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749).

EAGLETON, T. *Ideologia. Uma Introdução*. São Paulo, Unesp, Boitempo, 1997.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. EDUSP. SP: 2002.

FLAUSINO, C. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. UFJF. JF: 2006.

IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. In: GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. Ática. SP: 1992.

IUNSKOVSKI, R. *Migrantes caboclos em Florianópolis: trajetória de uma experiência religiosa*. Dissertação – UFSC. Florianópolis, 2002.

LEITE, I. B. *O legado do testamento. A comunidade de Casca em perícia*. UFRGS. Porto Alegre: 2002.

_____. (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

LEMONS, Z. *Curitibanos na História do Contestado*. Imprensa Frei Rogério. Curitibanos:1983.

LIRA, M. *Migalhas Folclóricas*. Laemmert. RJ: 1951.

MACHADO, P. *Lideranças do Contestado*. Ed. Unicamp. Campinas: 2004.

MAMIGONIAN, B. & VIDAL, J. *História Diversa, africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Ed. UFSC. Florianópolis: 2013.

MARCON, F. *A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos*. In: HEINSFELD, Adelar (org.). A região em perspectiva: Diferentes faces da história catarinense. Unoesc. Joaçaba: 2001.

MOREIRA, S. *O legado da cultura tropeira*. Nova Letra. Blumenau: 2010.

MOTA, L. (Org.). *As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões*. Eduem, Maringá: 2000.

MUCHALOVSKI, E. *Espaço e Ocupação: Perspectivas de Abordagem da História Local do Planalto Norte Catarinense sob a Ótica da Etnicidade*. Revista Ensino e Pesquisa. V.01. n.5. 2008 Acesso em: 05/02/2015.



NASCIMENTO, C. *Presença negra na Lapa-Paraná: reconstruindo um passado através da cultura material*. PUCRS. Porto Alegre: 2009.

PEREIRA, N. & SEFFNER, F. *O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28. 2008.

POSSAMAI, P. O trabalho de negros e índios na colônia do Sacramento. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

ROMERO, F. Museu do museu: uma crítica do registro da Guerra do Contestado em Santa Catarina. Tese/UFSC. 2012.

SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo império*. Graphia. RJ: 1998.

THOMÉ, N. *Ciclo da Madeira: História da Devastação da Floresta Araucária e do Desenvolvimento da Indústria da Madeira em Caçador e na Região do Contestado no século XX*. Caçador: Imprensa Universal, 1995

_____. A formação do homem do Contestado e a educação escolar – República Velha. UNICAMP. Campinas: 2007. Tese.

WEHLING, A. & Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Nova Fronteira. RJ: 1999.

WESTPHALEN, C. *Lapa, um pouso uma legenda*. Ed. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba: 1979.

Fontes

Artitude Mural Virtual. Exposição fotográfica Invernada dos negros. Disponível em: <http://artitudemuralvirtual.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html> Acesso em 07/02/2016.

As Revoltas Populares da República Velha. *Historiando*. Disponível em: <<http://rhistoriandoz.blogspot.com.br/2012/05/texto-8-terceiros-anos.html>> Acesso em 08/02/2016.

BARBOSA, M. Contestado, uma guerra civil no sertão catarinense. *História Viva*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/contestado_uma_guerra_civil_no_sertao_catarinense.html> Acesso em 07/02/2016.

CASAGRANDE, P. *Meninos do Contestado*. Disponível em: <<http://obighouse.blogspot.com.br/2012/03/guerra-do-contestado-1912-1916-meninos.html>> Acesso em 09/02/2016.



CRUZ, L. Memória tropeira. *Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/memoria-tropeira> Acesso em 07/02/2016.

Estado de São Paulo. Acidente em Santa Catarina deixa 51 mortos; 11 eram crianças. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,acidente-em-santa-catarina-deixa-51-mortos-11-eram-criancas,1650934> Acesso em 09/02/2016.

GOMES, F. & ARAÚJO, C. *História Viva*. Abolição da escravidão: a igualdade que não veio. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/abolicao_a_igualdade_que_nao_veio.html Acesso em 07/02/2016.

Povos indígenas no Brasil. Xokleng. *Instituto Sócio Ambiental*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng> Acesso em 09/02/2016.

Portal Serra SC. Invernada dos negros – linha histórica. Disponível em: http://www.invernadosnegros.com.br/linha_historica.html Acesso em 07/02/2016.

RAMOS, R. A Representação dos Negros na Guerra do Contestado no Museu Paranaense. *XV Encontro Regional de História – ANPUH*. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467942565_ARQUIVO_artigoanpuhRenewRamos.pdf Acesso 03/08/2016.

THOMÈ, N. Negros no Contestado, sim! Quilombos e quilombolas, não! *Ágora Revista de Divulgação científica*. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/viewFile/11/128> Acesso em 07/02/2016.

Recebido em 22 de dezembro de 2016

Aceito para publicação em 18 de abril de 2017



ESTUDOS

Os Maios de 1968: Juventude, Movimento Estudantil e Imprensa em Florianópolis e Paris

Alina Nunes¹Lara Lucena Zacchi²

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar aspectos comuns de duas diferentes faces do ano de 1968: a ditadura civil-militar brasileira e o maio de 68 francês. Como pontos análogos, destacam-se os movimentos estudantis nas universidades de Sorbonne/Nanterre, em Paris, e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Outro destaque de ambas as conjunturas é o papel da imprensa. Pretendemos mostrar como a imprensa, francesa ou brasileira, detém influência e capacidade de manipulação dos contextos sociais e políticos. Para permitir essa análise, por meio da História comparada, delimitamos como objeto de pesquisa jornais da cidade de Florianópolis do ano de 1968.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Movimento estudantil; Maio de 1968; História comparada.

Abstract: The present paper aims to analyze the common aspects of two different faces of the year of 1968: the Brazilian civil-military dictatorship and the French May 1968. As similar points, we highlight the student movements at the Universities of Sorbonne/Nanterre, in Paris, and at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) in Florianópolis. Another point we find important of both conjunctures is the role of the press. We intend to show how the press, either the French or the Brazilian one, has influence and capacity to manipulate social and political contexts. In order to allow this analysis, through comparative history, we delimited as our object of research the 1968's newspapers from Florianópolis.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship; student movement; may 1968; comparative history.

Introdução

O ano de 1968 foi um ano de explosões em todo o mundo: a explosão era cultural e também por parte da repressão policial. A Europa vivia um momento cultural de extrema importância, com a Revolução Sexual, o movimento feminista e movimentos de vanguarda no cinema. A América Latina, por outro lado, vivia momentos de intensa repressão: a ditadura acontecia no Brasil, com a morte de Edson Luís no restaurante Calabouço recém ocorrida. A violência da ditadura era muito forte. No México, estudantes eram mortos dentro da Universidade pela violenta polícia mexicana. Havia um paralelo em comum marcante durante

1 Acadêmica do curso de graduação em História com habilitação em Bacharelado e Licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: alinanunes2@gmail.com

2 Acadêmica do curso de graduação em História com habilitação em Bacharelado e Licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: laralucenaz1@gmail.com



os maiores de 1968: quem se mobilizava eram os estudantes. Mais do que isso, havia um cenário em comum: as Universidades.

É a respeito dos aspectos acima citados que esse artigo busca tratar, elucidando mais profundamente o ano de 1968 em seu contexto mundial, porém pensando principalmente em dois contextos em muito distintos e em muito semelhantes: o contexto da França e o contexto do Brasil. Pensando em temáticas como a explosão cultural europeia e a ditadura militar na América Latina – mais precisamente no Brasil –, o presente trabalho aborda a juventude e localiza a importância dos movimentos estudantis que estavam inseridos em Universidades, mesmo que essas fossem separadas por hemisférios ou oceanos.

Para realizar a pesquisa, nos utilizamos do método da história comparada, fazendo o recorte de duas conjunturas distintas em espaço, mas semelhantes em tempo: França e Brasil sob o contexto do maio de 1968. É necessário perceber essas conjunturas como realidades com estruturas culturais, econômicas e sócio-políticas próprias e singulares. Assim, trabalhar com a história comparada francesa e brasileira é, antes de mais nada, perceber o contexto e aparato estrutural francês do fim da década de 1960 tomando como ponto de referência os aspectos dos brasileiros, e vice-versa, percebendo-os como transformações de um mesmo modelo, onde semelhanças e diferenças se perpassam.³ Desta forma, pensa-se na função de uma história comparada, levando em consideração um problema destacado dentro das duas conjunturas recortadas:

A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças⁴.

A partir da metodologia utilizada, para que fosse possível o desenvolvimento desse artigo com o intuito de responder as demandas do problema de pesquisa, delimitamos como objeto de pesquisa o jornal catarinense *O Estado*. Nossa pesquisa foi realizada durante o ano de 2015, e o recorte de tempo definido para essa pesquisa foram os anos de 1964 até 1979. Para delimitarmos com mais profundidade a temática do presente trabalho, é importante

3 BARROS, José D'Assunção. História Comparada: Um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História comparada*, v.1 n.1, Rio de Janeiro, 2007. p. 5

4 Ibid., p. 24



considerar qual o alcance que o jornal tinha no estado de Santa Catarina: *O Estado* foi o jornal de maior circulação no estado de Santa Catarina, sendo publicado diariamente na capital, Florianópolis, durante os anos de 1915 a 2009, e, nesse período, circulou um total de 29.258 exemplares⁵. A partir desses dados, podemos perceber o significativo alcance que o jornal tinha sobre a população da época.

Sobre primaveras e outonos em maio

*“Podem cortar todas as flores,
mas não podem deter a primavera”
(Pablo Neruda)*

Rio de Janeiro, Cidade do México, Paris, Varsóvia, Praga. Primavera ou outono, os protagonistas do que ocorre nos meses de março, abril, maio e junho são os mesmos: os jovens estudantes universitários. Em 1968, muitos jovens, estivessem eles na Europa, na Ásia ou nas Américas, compartilhavam de uma grande crise existencial, essa resultante do contexto histórico em que estavam vivendo. Diversos eram os fatores que faziam com que os jovens da década de 60 observassem o futuro como algo dramático e apocalíptico, como por exemplo, a discussão da eminente bomba atômica, as ditaduras militares na América Latina, a crise no socialismo nos países do oriente e a guerra do Vietnã.

Allen Ginsberg, no icônico poema *beat* chamado *Uivo*, constrói uma imagem do que a juventude vivenciava: “eu vi os expoentes da minha geração destruídos pela loucura, morrendo de fome, histéricos, nus”⁶. Percebe-se, assim, a geração como um elemento de identidade, no qual indivíduos de uma faixa etária semelhante, e assim, contextos semelhantes, possuem ensejos, dores, sonhos e lutas em comum. A juventude, então, pode ser vista como “uma relação social que o jovem vivencia”⁷, partindo do pressuposto de que esta juventude é um estado – visto muitas vezes, e pejorativamente, como passageiro – em que o indivíduo utiliza como ferramenta de luta e mudança dentro de uma conjuntura sócio-política.

A juventude sentiu com muita força as marcantes movimentações que ocorreram durante a década de 1960. Os jovens vivenciaram a explosão de movimentos sociais, como o Movimento pelos direitos civis, encabeçado por Malcolm X, nos Estados Unidos, além da

5 Informação retirada do *Catálogo de Jornais Catarinenses 1831-2013*, da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

6 GINSBERG, Allen. *Uivo e outros poemas*. Tradução de Claudio Willer. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 25.

7 BRISTOT, Lidia Schneider. *Mulheres no Movimento Estudantil de Florianópolis (1975-1979)*. Trabalho de Conclusão de Curso, (Graduação em História), UFSC, 2014. p. 22



problemática da liberdade sexual sendo intensamente debatida. Ainda, no Brasil, o movimento tropicalista começava a ganhar tom, em meio a debates contra a proposta de reforma universitária proveniente do acordo MEC-USAID⁸.

Segundo Olgária Matos (1998), a chamada Internacional estudantil⁹ não deixou de se manifestar em momento algum durante o ano de 1968. As imagens se repetem quer seja na Europa, na América Latina ou mesmo na Ásia, e as universidades são, pouco a pouco, tomadas, ocupadas¹⁰. Por todos os cantos há repressão: estudantes e operários são presos, mortos, torturados nos diferentes contextos do cenário mundial.

Dessa maneira, vale falar um pouco sobre o ponto em comum em todos esses cenários acima descritos, que é a universidade. Os contextos da situação da universidade eram distintos no Brasil e na França, mas acabavam por resultar em um mesmo ponto: uma crise universitária assolava as academias, fossem elas europeias ou latino-americanas. Pensando primeiramente no caso brasileiro, os sinais dessa crise já existiam desde antes do golpe civil-militar, mas, nos anos 1960, tornavam-se mais evidentes os problemas das universidades brasileiras: o método de ensino era arcaico, viciado no sistema de cátedras, os currículos eram ultrapassados e faltavam recursos como bibliotecas ou mesmo livros. Durante o governo de João Goulart, inspirados pelas reformas de base do presidente, o movimento estudantil iniciou a pautar a questão da necessidade de uma reforma universitária. Em 1962, os jovens estudantes paralisaram todas as universidades do país em greve geral, demonstrando que o meio estudantil tinha força política para encabeçar mudanças nas antiquadas universidades brasileiras¹¹.

Diferentemente do Brasil, a crise nas universidades francesas trouxe à tona a discussão acerca do papel da universidade no capitalismo moderno. Segundo Filho (1996), os jovens

8 Esses acordos, que acabaram resultando na Reforma Universitária, foram estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a United States Agency for International Development (USAID). Os acordos objetivavam a reforma do ensino básico brasileiro de acordo com critérios determinados pelos Estados Unidos.

9 A autora cunha o termo “Internacional estudantil” fazendo referência à Internacional Situacionista, movimento político e artístico que previa a superação da arte meramente estética, transformando-a em política. Um nome marcante desse movimento foi o de Guy Debord, que publicou o livro “Sociedade do Espetáculo” em 1967. Durante o maio de 1968, repercutiu um panfleto situacionista intitulado “A miséria do meio estudantil”, que criticava o capitalismo moderno e salientava as novas resistências revolucionárias perante àquele. As ideologias situacionistas não se circunscreveram à França, mas repercutiram pela Europa como um todo, chegando à Ásia e até mesmo à América. É nesse sentido que a autora utiliza o termo “Internacional estudantil”: durante o ano de 1968, alguns dos ideais pelos quais os estudantes lutavam tinham semelhanças e um ponto em comum, e, assim como a atuação da Internacional Situacionista, a propagação desses ideais não se limitava às fronteiras dos países ou mesmo dos continentes.

10 MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968: As Barricadas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 35

11 MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil: México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996, p. 72-73



franceses sentiam uma grande frustração nos momentos que antecederam o maio de 1968, e as discussões sobre os impasses da universidade na sociedade capitalista eram cada vez maiores. Movimentos culturais davam tom a isso: Jean-Luc Godard, ao produzir o filme *A Chinesa*, em 1967, suscitou amplos debates sobre as clássicas e imutáveis grandiosas academias francesas, como a Sorbonne, onde o conservadorismo do corpo docente impedia as tentativas de modernização demandada pelos estudantes¹². Assim, segundo Souza (1999), “a universidade era percebida pelos estudantes e pela sociedade como um lugar onde o conhecimento permitia o domínio sobre os acontecimentos”¹³. Por isso, o palco das principais revoltas contra os sistemas políticos, sociais e culturais foi a universidade: a sociedade reconhecia e legitimava o papel da universidade enquanto detentora de produção de conhecimento.

Imprensas em Paris e Florianópolis

Sabe-se que a mídia se tornou, com o tempo, um fator de extremo poder, capaz de manipular e reverter diversas situações políticas e sociais. No Brasil, por exemplo, a grande imprensa serve como um dos elementos de consolidação e manutenção dos interesses dominantes. Este aspecto é igualmente perceptível no período da ditadura militar brasileira, onde a “grande mídia burguesa” era, majoritariamente, utilizada como objeto de manipulação, enquanto as formas de mídias alternativas eram silenciadas e censuradas. Ao estudar a presença da imprensa na ditadura militar brasileira, fica claro que manipulação midiática não se exerce apenas através da distorção dos fatos, mas também do silenciamento desses.

O aparato midiático do ano de 1968 francês não se distancia muito do brasileiro. Havia uma grande tentativa de controle e censura por parte do Estado, porém, no maio francês, as mídias alternativas tiveram um grande alcance sobre a população, deixando uma herança bastante significativa na sociedade francesa. Os meios de comunicação e linguagem foram revolucionados e se tornaram um grande apoio na luta pelo enfraquecimento do sistema vigente.

Um recurso de grande impacto e importância nesta conjuntura foi o rádio. Em Paris, durante o maio de 1968, as estações de rádio transmitiam ao vivo os conflitos nas barricadas

12 MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil...* p.77

13 SOUSA apud BRISTOT, Lidia Schneider. *Mulheres no Movimento Estudantil de Florianópolis (1975-1979)*. Trabalho de Conclusão de Curso, (Graduação em História), UFSC, 2014. p. 24.



do *Quartier Latin*¹⁴. Na noite do dia 10 de maio, o rádio se tornou, de forma espontânea e não intencional, um recurso de ação do movimento estudantil, estopim necessário para incitar entre os trabalhadores o sentimento da batalha, e assim, impulsionando um desejo de luta e, em especial, a greve trabalhista¹⁵.

Ainda considerando a conjuntura que levou ao maio de 68 francês, a censura sobre a imprensa por parte do Estado era fortemente exercida. Em 1963, foi criado um meio institucional que controlava e coordenava as informações governamentais antes de serem emitidas para a população.¹⁶ Assim, no contexto da década de 1960, o presidente da república Charles de Gaulle controlava e manipulava quaisquer notícias, assim como censurava ou determinava o momento em que estas deveriam se tornar públicas. Havia, ainda, a censura em forma do *carré blanc*¹⁷ sobre emissões de algumas notícias. Essa censura se dava por meio de uma imagem de um quadrado branco que servia como uma espécie de tarja sobre conteúdos julgados impróprios.

Assim que os movimentos estudantis do maio de 1968 iniciaram, a censura e a repressão já penderam sobre os mesmos. Foram censurados todos os meios de comunicação que fizessem alusão ou mostrassem algum aspecto das agitações estudantis francesas¹⁸. Dessa forma, o governo tentava silenciar os movimentos estudantis. Porém, as mídias e formas de comunicações alternativas não se calaram. Pelo contrário: se fortaleceram e consolidaram o movimento. O contexto da luta estudantil e trabalhista era de greve e de contínuos protestos. Uma das pautas fortes desta luta era contra a censura e a falta de liberdade de imprensa, sendo a favor da “objetividade da informação”¹⁹. Como resistência, então, houve a criação de uma imprensa estudantil e trabalhista, como uma alternativa à mídia a serviço da classe dominante.

Sendo assim, surgiu, dentro das movimentações do maio de 1968, o hábito da distribuição de panfletos nos arredores das universidades, fábricas e ruas, com o intuito de alcançar e dialogar de forma didática com a população. Outra forma de verbalizar os acontecimentos do maio foi a partir da utilização de pichações e *slogans* nos muros da cidade, esses servindo para dar voz a muitos que vinham sendo calados. Além disso, estabeleceu-se

14 HAGEMeyer, Rafael Rosa. *Movimento Estudantil de 68: imagens da Paixão*. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, 1997. p.20

15 THIOlLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. In: *Tempo Social*, São Paulo, 1998. p.74

16 BADENES, Patricia Salazar. Affiches y pintadas: la verdadera revolución del Mayo francés del 68. *Dossiers feministas*, v.12, 2008. p. 124

17 Tradução livre: Quadrado branco.

18 BADENES, Patricia Salazar. Affiches y pintadas... p. 125

19 THIOlLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris... p.74



uma relação com a população que caminhava pelas ruas de Paris. Outro recurso de imprensa alternativo que marcou o movimento foram os cartazes do maio de 68. Esses eram produzidos a mão ou através da serigrafia, e estrategicamente pensados e posicionados pela cidade. Expressões como *Brisons les vieux engrenages*²⁰ e *La beauté est dans la rue*²¹ eram manifestadas como um meio de resistência às antiquadas e sólidas estruturas sócio-políticas e culturais francesas. Os jovens de 1968 faziam da arte, resistência.

A presença dos jornais, que eram lançados pelos comitês de bases e ação das universidades, foi muito importante ao movimento de 1968. Muitos jornais foram efetivos, enquanto outros não conseguiram se manter por tanto tempo, como foi o caso dos jornais *Action* e *L'enragé*. Além disso, outra forma dos jovens expressarem suas ideias foi a partir das chamadas “folhas volantes”, como o exemplo da *Vantimite*, e de revistas, como a *Cahiers de Mai*²². Esta última ficou bastante conhecida, principalmente por sua *legibilidade*, expressando relatos de gravações de fala dos participantes do movimento, como os trabalhadores, permitindo assim, um “estilo vivo e concreto”²³. Destaca-se também a presença de recursos visuais como a fotografia e as Histórias em Quadrinho, que foram utilizadas como apoio nas lutas dos jovens do movimento de maio de 1968.

Pensando no contexto da imprensa brasileira, é a partir deste mesmo ano de 1968, com a consolidação da Lei de Imprensa de 1967, que a censura contra redações de jornais e mídias as quais se posicionassem favoráveis aos movimentos estudantis se torna maior. Também, há a presença de uma “polarização de imprensa”²⁴ em relação ao embate que cresce na década de 1968: de um lado, a luta dos movimentos estudantis, e, de outro, a repressão do governo, e, conseqüentemente dos militares. Evento este que ocorreu logo após a morte do estudante Edson Luís.

Um exemplo da influência da imprensa citado por Maria Ribeiro do Vale (2008) seria o embate entre os jornais da *Correio da Manhã* contra o jornal *Visão*, ambos publicados no Rio de Janeiro. O primeiro, conhecido por *CM*, demonstrava ser favorável aos movimentos estudantis, enquanto o segundo, ao governo. Frente a diversos episódios dos anos finais da década de 1960, os dois jornais se posicionaram de formas diferentes, mostrando uma parcela

20 Tradução Livre: Quebrem as velhas engrenagens.

21 Tradução Livre: A beleza está nas ruas.

22 THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris... p. 75

23 Idem.

24 VALLE, Maria Ribeiro do. A imprensa enquanto ator nos episódios estudantis de 1968. *Revista de Ciências Sociais Mediações*, Londrina, v.13, nº1-2, 2008, p. 2

da já comentada polarização da imprensa. Para ilustrar um pouco desta situação, é citado o episódio da morte do estudante Edson Luís e como ambos os jornais se posicionaram frente a esta tragédia. No caso, ambos julgaram a ação policial como irresponsável e violenta. Porém, o jornal *CM*, enxerga todo o aparato civil que luta ao lado do militar contra os estudantes²⁵. Já o outro jornal, condena não só a polícia, mas também o movimento estudantil, afirmando ser este tão violento quanto, e, assim, tentando tirar a culpa do governo²⁶.

Pensando de maneira mais circunscrita ao estado de Santa Catarina, questionamo-nos sobre o que ilustrava a imprensa catarinense durante a ditadura civil militar brasileira. Assim, nossa pesquisa decaiu sobre o jornal *O Estado*, famoso instrumento midiático da região. Este teve seu início em 1915 e, desde essa época, foi ligado a interesses político-partidários, tendo sido fundado por comerciantes e controlado por ministros²⁷. Na época analisada em nosso trabalho – fim dos anos 1960 – o jornal se colocava explicitamente ao lado da ARENA²⁸, e, igualmente, sustentáculo do regime civil militar. Entretanto, o jornal *O Estado* não foi o meio de comunicação preferido pelo governo militar em Santa Catarina, a preferência era a aliada RBS – Rede Brasil Sul²⁹.

Somos o futuro do Brasil e eles nos matam: o assassinato de Edson Luís e o movimento estudantil na UFSC

Eram 18h20min do dia 28 de março de 1968. Caía ao chão do restaurante Calabouço o corpo de Edson Luís Lima Souto, que, segundos antes, respirava vida, do alto de seus 17 anos. O menino paraense estava no Rio de Janeiro para estudar para o vestibular. Foi o primeiro estudante morto pelas mãos da ditadura militar no Brasil. O Rio de Janeiro parou, e, segundo Filho³⁰, o enterro do menino “mostrara o potencial de mobilização juvenil e de ampliação da simpatia ao seu movimento”, já que pelo menos 50 mil pessoas seguiram a procissão fúnebre de Edson. Na imprensa, as matérias que seguiram às do assassinato do jovem deflagravam “crise estudantil”. Não por menos, os estudantes ocuparam as ruas do

25 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.12, 29 mar. 1968.

26 *Visão*, Rio de Janeiro, p. 21, 12 abr. 1968.

27 BUDDE, Leani; VAZ, Alexandre Fernandez. Jornalismo e ditadura em Florianópolis: sobre o jornal O Estado. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), v. 11, 2014. p. 193

28 Aliança Renovadora Nacional

29 BUDDE, Leani; VAZ, Alexandre Fernandez. Jornalismo e ditadura em Florianópolis... p. 192

30 MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil: México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996, p. 17



Brasil inteiro em luto e protesto. No dia 4 de maio, a Igreja da Candelária daria lugar a uma das manifestações mais importantes da ditadura civil-militar brasileira. Ao fim da missa de sétimo dia de Edson Luís, a cavalaria da Polícia Militar atropelou estudantes sem piedade.

O mês de maio definitivamente não foi tranquilo no ano de 1968. Antes da missa de sétimo dia, no primeiro de maio, estudantes militantes de esquerda organizaram-se na Praça da Sé, em São Paulo, e subverteram por alguns minutos a comemoração oficialista do Dia do Trabalhador. Pouco a pouco, chegaram operários de várias cidades, inclusive o grupo sindicalista de Osasco. O presidente da semiclandestina UNE, Luís Travassos, tinha o megafone em mãos. Na praça, ouviam-se gritos de “ditadura assassina”³¹. Dali, seguiu uma passeata que ataca a sede do Citibank. No mesmo dia, em Contagem, em Minas Gerais, deflagrou-se uma greve geral de mais de 16 mil trabalhadores³². Nada disso apareceu na imprensa.

O assassinato de Edson Luís, quase no aniversário de quatro anos do golpe militar, foi apenas o ápice da violência do regime ditatorial, que já atuava de maneira atroz desde seus primeiros minutos de existência. Segundo Moretti (1984), em um primeiro momento, a ditadura militar desarticulou completamente o movimento estudantil em Florianópolis. Na madrugada do golpe, a União Catarinense dos Estudantes (UCE) teve sua sede invadida e seus arquivos destruídos. Além disso, ainda em 1964, foi assinada a Lei Suplicy, que substituiu a UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais dos Estudantes, os Centros Acadêmicos pelos Diretórios Acadêmicos, além de criar o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A partir da lei, esses órgãos eram proibidos de manifestarem-se a favor de greves ou de promoverem propaganda político-partidária. Basicamente, o movimento estudantil foi colocado sob tutela do regime ditatorial³³. Entretanto, ainda segundo o autor, “a Lei Suplicy apresentou, contudo, um grande mérito: o de remontar o esquema da ação política dos estudantes contra o regime militar”³⁴. Assim, os estudantes contavam com uma tática política que se utilizava de um instrumento legítimo para promover ações consideradas ilegítimas. Um outro fator que causava muito tumulto nos meios estudantis foi a Reforma Universitária, provinda do acordo MEC-USAID, que, além de ser um tentáculo imperialista nas universidades brasileiras, era uma reforma seletiva, criando uma gama de estudantes “excedentes” dentro da Universidade após os anos do ciclo básico.

31 MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil...* p.41

32 Ibid., p.42

33 MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1984, p. 88

34 Ibid., p. 88



A eleição de Heitor Bittencourt Filho, da chapa “Terceira Força” do DCE, em 1967, marcou um novo momento político nessa entidade. Segundo Heitor Bittencourt, entrevistado por Vargas (2016), “havia apoio silencioso e prudente à nossa atividade”, já que os estudantes da UFSC eram vistos como aqueles que lutavam contra o imperialismo e lideravam a luta pela redemocratização³⁵.

O ano de 1968 não passou batido dentro da UFSC. A morte de Edson Luís foi o que fez com que “os estudantes passassem da radicalização das palavras à radicalização dos atos”.³⁶ Segundo Derlei Catarina de Luca, também entrevistada por Vargas (2016), “quando mataram o Edson Luís, a gente se reuniu no DCE. [...]. Passamos a noite fazendo folhetos, fizemos várias manifestações. O Instituto de Educação parou, a universidade parou. Parou tudo”³⁷. Assim sendo, as manifestações de repúdio ao assassinato da morte de Edson Luís tiveram força graças à espontaneidade – peça chave para entender a explosão estudantil em 1968. O DCE da UFSC, indo contra a Lei Suplicy, decretou greve por três dias. O último dia da greve era o aniversário do golpe: as ruas de Florianópolis foram tomadas por estudantes da UFSC. Apesar de Moretti (1986) considerar que as manifestações de repúdio à ditadura militar em Florianópolis não tenham sofrido repressão³⁸, o presidente do DCE, Hélio Bittencourt Filho, havia sido preso na noite anterior da manifestação pelo DOPS.

Figura 1: Jornal “O Estado”, 31 de março de 1968



35 VARGAS, Mateus Bandeira. *Dossiê UFSC: As ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo), UFSC, 2016. p.59

36 MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil...* p. 94

37 VARGAS, Mateus Bandeira. *Dossiê UFSC...*, p. 60

38 MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil...* p. 96

Fonte: Estudantes decretam greve geral na UFSC. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 31 mar. 1968.

Na perspectiva do movimento estudantil enquanto forte confrontador do regime militar, “objetivando denunciá-lo e desgastá-lo”³⁹, no dia 29 de maio de 1968 outra greve foi deflagrada na UFSC. Encabeçada pelos estudantes de medicina, o que ocasionou essa mobilização, foi a nova política de retenção de verbas do MEC e os contratos de locação da Casa do Estudante que o reitor David Ferreira Lima havia firmado com a empresa Daux. Esses contratos colocavam o preço da moradia estudantil 40% acima do índice médio da cidade⁴⁰. Lutar contra a imposição arbitrária desse contrato era lutar contra políticas do regime militar, e, por isso, os estudantes encabeçaram uma forte greve, que durou onze dias, durante os quais houve diversas passeatas pelo centro da cidade.

Nesses momentos, a juventude universitária “exprimiu a repugnância da geração jovem à estrutura educacional reacionária e distante dos interesses da grande maioria dos brasileiros, que o governo sustentava”⁴¹. Com o fim da greve, a atenção foi voltada à UFSC, que recebeu verba federal e rescindiu os contratos da Casa do Estudante, além de disponibilizar para estudantes bolsas moradia.

A greve geral da UFSC que visava desgastar a maneira a qual a ditadura agia dentro da universidade demonstrava que os estudantes estavam sim em diálogo: a Internacional estudantil existia. Diversos são os fatores para compreender as relações entre Paris e Florianópolis, e elas ficam claras na manchete d’O Estado “os estudantes não mandam flores”. Ao mesmo tempo em que as ocupações na Sorbonne e os choques no *Quartier Latin* aconteciam com toda a intensidade, os estudantes florianopolitanos ocupavam as ruas do centro da cidade protestando contra a ditadura, o MEC e a Reitoria da UFSC.

39 MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil...* p. 96

40 MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil...* p. 97

41 Idem.



Figura 2: Jornal “O Estado”, 2 de junho de 1968



Fonte: Os Estudantes não mandam flores. *O Estado*, Florianópolis, p. 7, 2 jun. 1968.

Sendo assim, é notável que as mentes agitadas dos estudantes brasileiros não deixaram de perceber nem por um instante a importância do maio de 1968 francês no contexto mundial de mobilização estudantil. Além disso, os jovens que, com força, já se articulavam enquanto resistência à ditadura civil-militar, foram influenciados pelas mobilizações primaveris francesas. Segundo João Roberto Martins Filho (1996), as notícias do maio francês tensionaram ainda mais as relações entre os jovens estudantes e o regime ditatorial. Ainda segundo Filho, em junho de 1968, o vice-presidente da UNE, Luís Raul Machado, declarou que o governo brasileiro poderia ficar tranquilo: o que aconteceu em maio na França não aconteceria no Brasil. Seria muito pior⁴².

Dessa forma, os questionamentos trazidos à tona pelos estudantes europeus também entraram como pauta de discussão nos meios estudantis brasileiros. Questionavam-se os

42 MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil: México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996, p.68

estudantes acerca da abertura da universidade aos trabalhadores e sobre a profissionalização do ensino. Também se falava sobre a dinamização das atividades universitárias, questões essas igualmente discutidas do outro lado do oceano atlântico⁴³.

Sorbonne/Nanterre: as barricadas fecham as ruas e abrem os caminhos.

Sexta-feira, 3 de maio de 1968, perto do meio-dia. Os estudantes da Nanterre se reuniam em assembleia na Universidade Sorbonne, no *Quartier Latin*, em Paris. Estavam presentes nessa assembleia a União Nacional dos Estudantes da França (UNEF), o Movimento de Ação Universitária e o Movimento 22 de março, cerca de 200 pessoas. A polícia francesa adentra a universidade, interrompe a assembleia e tenta levar, em camburões, os estudantes reunidos na Sorbonne. Mas os estudantes não mais aceitam as ordens do velho sistema. Algumas horas depois, às 17 horas, pelo menos três mil jovens manifestavam-se aos arredores da Universidade, sob ataques da extrema direita e chuvas de bombas de gás e cassetetes por parte da polícia. A resistência cresce, e à noite, as primeiras barricadas de carros tombados misturados a paralelepípedos fecham as ruas do *Quartier Latin*⁴⁴. Inaugura-se, assim, o maio de 1968.

O que ocorreu na França em 1968 era inesperado: o país parecia estável política, militar e economicamente. Durante as décadas de 1950 e 1960, ocorreu ampla industrialização do país, que de majoritariamente rural tornou-se majoritariamente urbano⁴⁵. Sendo assim, para entender a enorme mobilização primaveril francesa, não basta compreender a urbanização ou a guinada econômica do país. A questão aqui é outra: “os estudantes (...) recusam-se à vida burguesa, medíocre, reprimida, opressiva (...); eles não procuravam se integrar o mais rapidamente possível na vida adulta, mas representavam sua contestação radical”⁴⁶. Desse modo, as mobilizações, que acabaram por fugir do escopo estudantil e atingir operários de todo o país, tratavam-se da recusa das velhas engrenagens da sociedade francesa, negando as autoridades já há séculos pré-estabelecidas. O maio francês foi a vocalização da recusa ao conservadorismo e o puritanismo que controlavam a imprensa, a

43 Ibid., p. 69

44 Ibid., p.12

45 Ibid., p.31

46 MATOS, Olgaria C. F. *Paris 1968...* p. 55



universidade, a família. A influência da Internacional Situacionista fez com que os jovens questionassem a alienação das pessoas perante à sociedade do espetáculo e do consumo⁴⁷.

Mesmo após a condenação do conservadorismo que perdurava-se na velha sociedade francesa, a universidade permaneceu estática. Os professores nem mesmo conversavam sobre a agitação que assolava os jovens de mentes inquietas. Só restava uma solução: a luta deveria sair dos muros da universidade, deixando de ser meramente um confronto cultural e universitário, mas se tornando uma causa social e política⁴⁸. Assim,

A rebelião estudantil tem quase sempre o mesmo ponto de partida: uma passeata que desfila pela universidade ou pelas ruas por razões estritamente universitárias e esbarra com a polícia. Os enfrentamentos que se produzem são mais ou menos violentos, dependendo da utilização do arsenal que as forças repressivas têm a sua disposição, desde o cassetete até o gás lacrimogêneo, tanques, bazucas, armas de fogo, etc. Segundo o país, a amplitude e profundidade da revolta, a polícia mobiliza suas armas⁴⁹.

Dessa maneira, fica explícito que a revolta estudantil tinha razões muito mais profundas do que uma mera crise da universidade. O maio de 1968 francês revelou uma crise cultural profunda⁵⁰. Por isso, não foi difícil para os estudantes franceses conquistarem o apoio dos operários de todo o país. No dia 13 de maio de 1968, os sindicatos organizam-se, finalmente, em solidariedade aos estudantes, e é deflagrada greve geral pelas 24 horas que seguiram. A partir de então diversas greves espontâneas explodiram por toda a França, que paralisa por completo. Cerca de 10 milhões de pessoas mobilizaram-se nesse período⁵¹. Dessa maneira, segundo Olgaria Matos (1998), “a insurreição estudantil fez entrar em cena uma massa politicamente desorganizada, mas animada e de extrema combatividade”⁵², um novo papel elencado à juventude francesa de 1968.

Em 1968, o que aconteceu foi a renúncia generalizada das autoridades que centralizavam e monopolizavam o poder em suas mãos, significasse isso as “velhas engrenagens” francesas ou o aparato da ditadura civil-militar no Brasil. Os maiores de 1968 evidenciaram a possibilidade de mobilização de uma parte da sociedade que, pelas lentes da luta de classes, não se enquadrava nem na burguesia e nem no proletariado. A mobilização

47 GOHN, Maria da Glória. Maio de 68 na França e a Teoria social Contemporânea. In: Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambú. *Anais do Encontro Anual da XXX ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2008, p. 5

48 Ibid., p.8

49 MATOS, Olgaria C. F. *Paris 1968...* p.23

50 MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil...* p. 66.

51 MATOS, Olgaria C. F. *Paris 1968...* p. 73-74

52 Ibid., p. 83



dessa parcela da juventude, em 1968, abriu uma nova possibilidade de interpretação da história⁵³.

Considerações Finais: toda a imprensa é tóxica⁵⁴

O movimento estudantil, os protestos, as greves, a juventude, a universidade, a imprensa manipuladora, os maiores, o 1968. A discussão de todos esses conceitos no contexto político atual brasileiro é crucial para nós. Infelizmente, assim como na década de 1960, a imprensa brasileira ainda serve aos interesses daqueles que estão no poder, e, por causa disso, os estudantes seguem muito mais capazes de contestarem do que de vencerem, ou, como diria Olgária Matos (1998) “o desejo revolucionário será muito mais marcante do que a situação revolucionária”⁵⁵.

Ainda hoje, a classe hegemônica no poder lida com a expressão dos desejos revolucionários da juventude de uma única maneira: os reprime. É o caso do massacre de Iguala, no México, no qual, em 2014, 43 estudantes foram assassinados e seus corpos desapareceram após um conflito com a polícia. Dois anos depois, ainda não está claro o que ocorreu verdadeiramente com esses estudantes. Os estudantes da Escola Normal Rural Raul Isidro Burgos organizavam-se em um protesto contra decisões discriminatórias por parte do governo de Guerrero, e, além disso, pediam verbas e transporte para viajarem até a Cidade do México, na qual ocorreria um protesto marcando o aniversário do Massacre de *Tlatelolco*, ocorrido em 1968, quando entre 200 e 300 estudantes foram mortos pela polícia durante um protesto. Os estudantes foram vistos pela última vez sendo postos dentro de viaturas policiais⁵⁶. A imprensa mexicana, defensora dos interesses dos grandes nomes envolvidos no massacre, ficou-se em silêncio por algum tempo.

Sem a necessidade de transportarmos-nos até o México, podemos pensar nos protestos de 2016, no Brasil. A grande imprensa continua sendo parcial tal qual era durante a ditadura civil-militar. Sendo assim, é escolhido, com base em interesses próprios, o que deve ou não virar notícia. No corrido ano de 2016, vimos a grande mídia enaltecer alguns protestos e

53 MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968...* p. 86.

54 Tradução livre de “toute la presse est toxique”, frase presente em cartaz produzido durante as movimentações do maio de 1968, no Ateliê Popular da Escola Superior de Belas Artes de Paris.

55 MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968...* p.21

56 México confirma massacre de estudantes por polícia e gangue. *BBC*: online. 8 de novembro de 2014. <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141108_mexico_confessa_fd>. Acesso: 11 outubro 2016.



difamar outros, construindo de maneira manipulativa uma forte opinião pública. Por causa disso, majoritária parte da população brasileira, que é bombardeada diariamente pelos discursos da imprensa, foi moldada a crer que os recentes protestos que envolvem a presença de estudantes, sejam eles secundaristas ou universitários, não são legítimos.

Não é só a organização estudantil que tem traços de uma herança da ditadura civil-militar: o aparato policial que reprime com brutalidade os e as estudantes também é filho da ditadura. Igualmente, a grande imprensa brasileira segue agindo de forma manipuladora, respondendo às demandas das grandes estruturas de poder, como o anteriormente analisado ano de 1968. Assim, ainda cabe ao movimento estudantil a resistência, não se tornando meros instrumentos da classe dominante.

Referências

BADENES, Patricia Salazar. Affiches y pintadas: la verdadera revolución del Mayo francés del 68. *Dossiers féministes*, v.12, pp. 121-136. 2008.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: Um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História comparada*, v.1 n.1, Rio de Janeiro, 2007

BRISTOT, Lidia Schneider. *Mulheres no Movimento Estudantil de Florianópolis (1975-1979)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFSC, 2014.

BUDDE, Leani; VAZ, Alexandre Fernandez. Jornalismo e ditadura em Florianópolis: sobre o jornal O Estado. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), v. 11, p. 191-202, 2014.

GINSBERG, Allen. *Uivo e outros poemas*. Tradução de Claudio Willer. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GOHN, Maria da Gloria. Maio de 68 na França e a Teoria social Contemporânea. In: Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambú. *Anais do Encontro Anual da XXX ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2008.

HAGEMeyer, Rafael Rosa. Movimento Estudantil de 68: imagens da Paixão. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil: México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996

MATOS, Olgaria C. F. *Paris 1968: As Barricadas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1984.



VALLE, Maria Ribeiro do. A imprensa enquanto ator nos episódios estudantis de 1968. *Revista de Ciências Sociais Mediações*, Londrina, v.13, nº1-2, p.74-86, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

VARGAS, Mateus Bandeira. *Dossiê UFSC: As ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo), UFSC, 2016.

Recebido em 19 de dezembro de 2016

Aceito para publicação em 01 de fevereiro de 2017



Presença judaica em Santa Catarina: os embates políticos entre o Partido Judeu e o Partido Cristão na Ilha do Desterro

Gabriel Simon Machado¹

Larissa Neves²

Resumo: Este artigo tem por objetivo reviver pistas da construção histórica da política Desterrense no século XIX, colocando em evidência as relações entre a presença judaica na ilha do Desterro e a influência da maçonaria na política e na imprensa. Longe de esgotar o assunto, o artigo tem a intenção de expor nos conflitos entre o Partido Judeu e o Partido Cristão as relações de poder expressadas na imprensa bipartidária.

Palavras-chave: Partido Judeu; Partido Cristão; Maçonaria; Desterro.

Abstract: This article aims to revive clues to the historical construction of Desterrense politics in the 19th century, highlighting the relationship between the Jewish presence on the island of Desterro and the influence of Freemasonry on politics and the press. Far from exhausting the subject, the article intends to expose in the conflicts between the Jewish Party and the Christian Party the relations of power expressed in the bipartisan press.

Keywords: Jewish Party; Christian Party; Freemasonry; Desterro.

As migrações provenientes de uma perseguição de interesses econômicos e políticos, mas discursada e afirmada em preconceitos religiosos, são um ponto chave para compreender a presença judaica no estado de Santa Catarina. A participação de imigrantes cristãos-novos na construção do Brasil foi recentemente aprofundada na historiografia brasileira, lugar da escrita, que mesmo recente, já encaminha novas perspectivas de análise para a atuação da igreja católica no país, da influência da maçonaria – grupo que absorveu fortemente princípios e símbolos judaicos – na política, dos já tão pesquisados conflitos entre bandeirantes e jesuítas. A península Ibérica, que já foi o berço de grandes desenvolvimentos culturais, de produção e troca de conhecimento no auge da convivência de tolerância entre judeus e árabes nos séculos X e XI, foi também o palco onde se desenrola uma grande peça de guerra, perseguição, a essência de um pleno combate entre camadas altas da sociedade: a inquisição católica³:

Nesse período, as comunidades judaicas atingiram um alto nível de organização, com autogoverno, justiça própria e autonomia cultural e religiosa, que perdeu até a Reconquista cristã. No reino muçulmano, os judeus da Espanha participaram da prosperidade econômica, e vários fatores contribuíram para a sua proeminência [...] como o

1 Graduando em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: simon.gabriel.hst@gmail.com

2 Graduanda em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: laripontocom@hotmail.com

3 NOVINSKY, Anita Waingort et al. *Os judeus que construíram o Brasil: Fontes inéditas para uma nova visão da história*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2015, cap. 4, p.45.



fato de conhecerem muitas línguas, o que facilitava as negociações com outros povos. Os comerciantes usavam o hebraico, o árabe, o persa e o grego para se comunicar, e redes familiares operavam não apenas por todo o Mediterrâneo, mas também pela rota do Oceano Índico. A família era considerada a forma ideal de sociedade nos negócios, reforçada pelos laços de sangue e de casamento⁴.

Um projeto que tinha como alvo central enfraquecer a cultura e se apropriar das riquezas de judeus, que se desenvolve violentamente, expropriando a propriedade, a liberdade e a vida de judeus de todas as classes. O caráter econômico da Inquisição se evidencia nos documentos analisados por Anita Novinsky do Santo Ofício da Inquisição, fontes secretas até as décadas de 1960 e 1970⁵.

O trabalho que se desenvolve pelas historiadoras Anita Novinsky, Daniela Levy Eneida Ribeiro e Lina Gorestein na obra *Os judeus que construíram o Brasil*⁶, lida com a construção da memória ao apresentar pontos que, quando interligados, nos fazem compreender o contexto histórico para sequenciais perseguições e resistências atemporais que se sustentam em uma identificação, um sistema de contatos e laços familiares, ligados sempre a uma fortíssima tradição religiosa. A busca pelo conhecimento é algo que no Brasil colonial deve ser lida como fundamental para o surgimento de uma elite intelectual judaica, que mesmo em constante perseguição e terror vividos pela ameaça das fogueiras da inquisição, mantinham suas tradições na ilegalidade.

Essa elite judaica surge da migração para a colônia portuguesa, se instalando e desenvolvendo diversas atividades, de comerciantes a artesãos, de senhores de engenho a pequenos agricultores, se une com força igual ou maior do que a força das perseguições. As reuniões secretas para os rituais sagrados se mesclam com estudos coletivos, estudantes judeus se reúnem na Universidade de Coimbra em debates inspirados nos assuntos importados da França. A linha tênue entre maçonaria e judaísmo dissolve-se apenas através da inserção de outras religiões, enquanto apropria-se de uma liturgia exclusiva, rituais e simbologias, ideais liberais, respeito à liberdade religiosa e a tolerância entre *irmãos*. É nesse clima de segredo e conhecimento, de vanguardismo do pensamento moderno, que açorianos cristãos-novos resistiram após suas migrações:

4 NOVINSKY, 2015, p. 24.

5 NOVINSKY, Anita Waingort. *Gabinete de Investigação: uma "caça aos judeus" sem precedentes*. São Paulo: Humanitas Editorial/fapesp, 2007.

6 NOVINSKY, Anita Waingort et al. *Os judeus que construíram o Brasil: Fontes inéditas para uma nova visão da história*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2015.

A vida judaica no Brasil, como em Portugal, tinha de ser clandestina. Foram construídas verdadeiras sociedades secretas, e os cristãos-novos se reconheciam por códigos indecifráveis para os estranhos ao grupo. Construíram um discurso crítico que circulava oralmente ou manuscrito, alguns dos quais chegaram até nós⁷.

Tratando de Desterro, atual Florianópolis, a presença de descendentes de açorianos cristãos-novos é abundante, onde judeus ou criptojudeus⁸, descendentes de açorianos ou imigrantes do Rio Grande do Sul, tem participação efetiva na política, no comércio e, recorrentemente, fazem parte das principais lojas maçônicas da Capital. O relevante para este artigo refere-se ao conflito entre o Partido Judeu e o Partido Cristão na ilha do Desterro. A construção do mercado público na ilha do Desterro se mostra como fagulha de explosão conflituosa entre dois partidos políticos do século XIX: o partido Judeu - posteriormente se tornando Partido Liberal, e em seguida Partido Republicano – e o partido Cristão, posicionado como o partido Conservador. A gênese da imprensa catarinense que, quando não diretamente controlada por membros dos dois partidos, foi marcada por forte influência política, instrumentalizada na disputa. Dessa forma, pretendemos analisar os discursos movidos nos jornais liberais, abastecidos pelas intenções da maçonaria desterreense, e os jornais conservadores cristãos que disputavam a política local.

“São trocas e não tricas”

“A imprensa, primeira, e a mais poderosa das potencias do século, como o ferro é máximo instrumento da edificação, e da ruina; como o sol, nos ilumina e nos deslumbra; como o fogo, nella bebemos a vida, e encontramos a morte” O Catharinense

Em 1831 surgem as publicações do primeiro jornal do Desterro: O Catharinense. Daí em diante, o surgimento e o desaparecimento de jornais são frequentes, tudo estritamente ligado a interesses políticos. O desenvolvimento do comércio através do porto e da exportação de farinha de mandioca propiciou o nascimento de uma imprensa que expressava explicitamente os interesses de uma burguesia em processo de consolidação – burguesia esta que, por conta de suas disputas de hegemonia, se mostrava nada homogênea. É justamente nas expressões do

7 NOVINSKY, 2015, p.98.

8 Os criptojudeus eram cristãos-novos que externavam a religião cristã, mas secretamente continuavam a praticar o judaísmo.



primeiro jornal liberal, fundado por Jerônimo Coelho, que é possível observar a divulgação dos princípios iluministas. É importante, também, ressaltar que Jerônimo Coelho fundou também a primeira Loja Maçônica de Concórdia, bem como a Sociedade Patriótica de Santa Catarina, esta última empenhada em difundir os ideais de modernização de Desterro e os princípios nacionalistas ligados ao seu desenvolvimento, sendo uma das mais notórias expressões do movimento liberal no Brasil.

A Sociedade Patriótica se apresentava como uma organização sem vínculos com o poder estatal e inerente frente as ações governamentais. No entanto a historiografia nos permite atingir outro nível de análise sobre as influências políticas dessa Sociedade que ia muito além de “[...] uma coleção de patriotas, que observam cuidadosamente se os governantes cumprem ou não suas obrigações”⁹. De acordo com Carlos Humberto Corrêa, no ano de 1834, os liberais conquistaram onze das vinte vagas para deputado estadual, resultado por ele atribuído à atuação da Sociedade Patriótica:

Foram os seguintes os representantes do povo que integravam o conselho da Sociedade Patriótica e que compunham a maioria de deputados liberais: Manoel Paranhos da Silva Veloso, eleito presidente da primeira legislatura e reeleito para a mesa mais tarde, Jose da Silva Mafra, Joaquim Caetano da Silva, Jerônimo Francisco Coelho, Anacleto José Pereira da Silva, Thomas Silveira de Sousa, João Antônio Terres, João Francisco Cidade e Miguel Joaquim do Livramento¹⁰.

Explicitamente o *Catharinense* fazia um amplo trabalho de divulgação e aceitação no imaginário popular a respeito das teorias iluministas sobretudo francesas, fomentada na Sociedade Patriótica, esta que é a base do que se tornaria o Partido Liberal – que, como já citado, era composto em grande parte pelos cristãos-novos aqui estabelecidos. Sua influência não se limitava ao território nacional, sendo um dos poucos veículos de comunicação dito "brasileiro" com suas páginas lidas na França e Inglaterra, o que acumula grande valor ao jornal em um contexto histórico de construção de uma identidade nacional no capitalismo mundial. Na obra "Nas tramas entre o público e o privado", de Joana Maria Pedro, é impossível encontrar outra análise a respeito da relevância do periódico no que tangencia a criação de "nomes públicos" por meio da imprensa. Recorrentemente homens de famílias ligadas à política

9 GARCIA, Carla Laner. *Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864)*. Florianópolis; Dissertação (UFSC), 2006, p. 87.

10 CORRÊA, Carlos Humberto P. *História da Cultura Catarinense: O Estado e as ideias*. vol. 1. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 20.



partidária ou à oligarquia comercial iniciavam-se como redatores ou editores dos jornais, caindo no conhecimento do público, e mais tarde se candidatando às eleições ou nomeados a cargos de confiança no governo. Tal fator também se acumula na pontuação da relevância da Sociedade Patriótica nos desdobramentos da política desterrense.

Foi em 1832 que o primeiro pedido de demolição das barracas de comércio localizadas no Largo da Matriz é feito pela Sociedade Patriótica, apoiado em interesses econômicos, como descreve André Yamamoto:

Os chamados Judeus receberam este epíteto por afirmarem que o Mercado não deveria ser construído próximo à igreja, sua vontade era mudar o local desse símbolo da vida social da época, para longe da praça, para um lugar onde fosse mais proveitoso para seus próprios estabelecimentos comerciais¹¹.

Sob um discurso radicalmente racista e higienista, amplamente divulgado nas páginas do *Catharinense*, a defesa da mudança de local é feita sob a justificativa de moralização da área central do Desterro, localizada próximo à Câmara Municipal, à Igreja Matriz, ao Palácio do Governo e outros prédios públicos. O tom do discurso é notável em trechos da Ata da Sociedade Patriótica de Santa Catarina, como o que se segue:

O damno público resultado das barracas por conta da Fazenda Nacional, alugadas a pessoas imorais a até a escravos, e que desde a sua origem tem sido receptáculo de roubos e lugar de todo o gênero de prostituição, além do ridículo aspecto que faz apresentar a praia da cidade¹².

Em 1838, um terreno da marinha foi disponibilizado pelo governo da província para a construção do Mercado Público, local no qual ficariam abrigadas as barraquinhas de pescado, que incomodavam os liberais e agradavam os conservadores – estes últimos por razões que mais tarde serão levantadas. No entanto, alguma atitude a respeito dos comércios localizados na matriz só foi realmente tomada em 1845, num processo "emergencial" de higienização, dada a vinda do imperador Dom Pedro II para a Província de Santa Catarina, alterando o comércio de pescado para a região da Ponte do Vinagre. Logo após a partida do Imperador, acirrou-se uma intensa disputa a respeito do futuro daquela zona comercial. A câmara municipal

11 YAMAMOTO, André. Reconstruindo o Mercado Público de Florianópolis. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2008.

12 Atas da Sociedade patriótica de Desterro. Apud, CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora..., op. Cit. , p. 87.



apresentou um documento onde, segundo eles, constavam mais de 140 assinaturas para que as barraquinhas continuassem no lugar onde estavam, ou seja, nas imediações da ponte do vinagre (atual Avenida Hercílio Luz). Só em 1846 é aprovada a construção do Mercado Público, e em 1848 ela efetivamente ocorre¹³.

O enfoque nos diversos anos que se seguem em discussão e disputa de poder a respeito do futuro da Praça da Matriz e das barraquinhas é bastante representativo para o que acontecia na política partidária do Desterro no período. É nesse contexto, em meados de 1947, que surgem os dois primeiros partidos políticos distintos dentro da atual Florianópolis: O partido *barraquista* – também chamado de *cristão*, *saquarema* ou *conservador* – e o partido *vinagrista* – conhecido como *judeu*, *luzia*, *liberal* e, mais tarde, *silveirista* – cada qual defendendo um local, de acordo com seus interesses econômicos e políticos, nesta respectiva ordem, gerando grandes discussões através da imprensa Catarinense: “repercutiram por toda a parte e, por algum tempo, fixaram sobre a província a atenção de todo o Império”¹⁴.

As disputas se tornam ainda mais acirradas por conta de uma única vaga para representação da Província de Santa Catarina do cenário nacional, em que de um lado Jerônimo Coelho, pelos liberais, concorre, e de outro Joaquim Augusto do Livramento, pelo partido conservador. Yamamoto defende a perspectiva de que os interesses pessoais e econômicos, nesse período, muitas vezes sobressaíam os interesses políticos, como descreve:

(...) podemos notar uma concepção de Nossa Senhora do Desterro enquanto Capital de Santa Catarina, em detrimento de uma concepção de cidade como parte da União. Ou seja, estavam mais preocupados com a manutenção de poder das famílias internas, do que nos deveres e direitos políticos advindos desse cargo e da cidade enquanto parte do país¹⁵.

A idéia de que manter o Mercado na atual Praça XV de Novembro era defendida segundo seus propagadores, não por interesses próprios, mas como uma forma de manter o comércio e por consequência o cotidiano popular próximo da Igreja matriz (Catedral de Florianópolis), da vida espiritual cristã¹⁶.

Os embates políticos bipartidários são expressados em magníficos textos publicados em diversas edições de vários jornais, variando em ataques diretos a pessoas relacionadas aos partidos (e aos jornais), atuantes geralmente em cargos públicos, e discursos sutis que ferem com seu sarcasmo e cínicas opiniões sobre as publicações dos jornais inimigos. Cabe ressaltar

13 YAMAMOTO, André. Reconstruindo o Mercado Público de Florianópolis. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2008.

14 BOITEUX, José Arthur. Os partidos políticos de Santa Catarina Apud JORGE, Nivaldo. A descoberta do..., op. cit., p. 22.

15 YAMAMOTO, 2008, p.4

16 IDEM, 2008, p.5



que os anos que se seguiram às publicações acompanharam uma mudança gradual do público leitor dos periódicos, que passaram a englobar cada vez mais comerciantes de média e alta renda, residentes da Província de Santa Catarina e arredores. Antes, este público era composto especialmente por funcionários públicos e militares.

Analisando edições do ano de 1860 do jornal *O Catharinense*, é possível experimentar na leitura o clima passivo-agressivo da política, que se defende e ataca os adversários apelando para a interpretação dos leitores (tratados como “povo”), instrumentalizando a imprensa para a produção periódica de edições de quatro páginas de conflitos de interesses políticos enfeitadas com afirmações demagógicas. Problematizar o conceito de povo, ou apenas identificar o público leitor dos jornais políticos é algo que entendemos como vital para destrinchar os interesses políticos dos partidos, mas que não pertence ao objetivo estabelecido nesse trabalho.

Na edição de número dois do *Catharinense*¹⁷ de 1860, texto publicado na última quarta-feira de outubro daquele ano, encontramos, já na primeira página, expressões de sua ideologia liberal, para em seguida, em formato de comunicado, ter uma clara expressão de embate político conflituoso que surge no apoio e desapoio a campanhas políticas provinciais. Em resposta ao jornal conservador *O Argos*, é dito:

- *O Argos* de sábado dis que o *Catharinense* não sabe dizer o q’quer; darlhemmos uma explicação clara e positiva: Queremos que se coloque na representação nacional o inerito e a ilustração.

Não sendo assignantes dos jornaes *Argos* e *Progressista* de nova espécie, que advogão a candidatura do Sr. Lamego, e de seus adherentes, só a pouco vi o *argos* n. 617 de 15 de setembro último, e n’elle um comunicado em que o seu bem criado e civilizado autor, além de outras couzas só próprias d’elle, que o partido *Silverista* pretender encher a assembleia provincial dos *Eleuterios* e *Pitangueiras* &&

A esta bela produção do engenho do insigne comunicante, devemos dizer que antes a assembléa provincial se compunha dos *Eleuterios* e *Pitangueiras*; do que dos *Lamegos* e *Moreiras*; porque ao menos aqueles, quando forão membros d’assembleia provincial, não metião rolha na boca quando entravão na sala das sessões; (veja se o *Argos* de 1854 a 1857, e o *Cruzeiro* do sul de 1858 a 1859) assim como tem sucedido, e há de suceder sempre aos *Lamegos* e *Moreiras*, e && tanto na assembleia provincial como na geral: e o mais é, que para certificar a todo o *Brazil* da má estrekka ou má sorte que acabrunha esta infeliz província, anda tanta gente que parecia ter juízo, trabalhando, gastando tempo e dinheiro, para levarem ou empurrarem os taes portentos de inteligência e sabedoria ao seio da representação geral e provincial! Não se duvida que o *Senhor Lamego* seja muito boa pessoa, e tenha bons préstimos,

17 GERMANO ANTONIO MARIA AVELIM (Ilha do Desterro). Typographia Catharinense (Ed.). COMMUNICADOS. *O Catharinense: Jornal politico e noticioso*. Ilha do Desterro, p. 2-3. 31 out. 1860. (Acervo Biblioteca pública de Santa Catarina)



mas o que é certo, o que ninguém pode negar, é que ele não serve para deputado da assemblea geral, por não possuir as habitações que tão importante lugar exige, queremos dizer, não tem o Senhor Lamego a instrução necessária, para poder desempenhar como conve aos interesses da província, tão importante missão; como acabamos de ver com a sua estada na ultima sessão da legislatura que findou, d'assembleia geral, a onde esteve quatro longos mezes como suplente por esta província, sem dar uma palavra, sem requerer ou obter couza alguma para á província que representava; e mesmo hade gazer sempre, se por infelicidade nossa, ele por elleito deputado a assembleia geral, como pretende e para o que tanto se esforça; não com o fim de ser útil ao bem publico, mas a si somente, pois bem sabe que nada pode fazer em beneficio da província; mas suas vistas futuras (como ele mesmo diz) a isso impétem: será desgraça sobre desgraça¹⁸.

Essa edição do *Catharinense* pertence a um lugar no tempo quase 30 anos depois de seu nascimento em 1831 com Jeronimo Coelho, que dava vida ao seu periódico liberal com o patrocínio de lojas maçônicas da ilha. É importante perceber essa relação direta entre a política desterrense e a maçonaria fortemente presente. Quando se percebe a dimensão da atuação da imprensa na política, a lógica de quem a controla, publica e sustenta seus gastos financeiros será algo presente no imaginário dos leitores. De forma alguma tratamos a obra escrita como algo prontamente absorvido, e muito menos os leitores como massa de manobra. Contudo, são nessas linhas dos jornais que podemos entender os objetivos de um grupo tão discreto na construção da província e do país. A atuação presente de *homens*, com profissões variando entre militares, escritores, empresários e profissionais liberais é o que parece compor a maçonaria, e também a imprensa catarinense. Os ideais de *liberdade* que compõe os interesses políticos desses homens é algo transmitido pela tradição iluminista. O judaísmo se mistura bem com o princípio maçônico em ordem de *irmandade* e tem grande presença na genealogia dos habitantes da ilha do Desterro.

A tolerância religiosa, a discrição, a ampla influência em todas as áreas públicas (e até privadas) cria um casamento perfeito entre judeus e maçons. Talvez sejam nesses pontos centrais, de irmandade e grande influência nacional e internacional, centrados por uma ideologia de expansão comercial e livre mercado que poderemos entender um dos motivos para a resistência de um povo historicamente perseguido. Tais perseguições se mostram sempre trágicas para todas as classes, mas por mascararem-se de preconceitos religiosos enquanto são movidas por interesses econômicos, mostram cores de conflitos entre elites. O teor religioso

18 CATHARINENSE, 1860, p.2



dos embates políticos entre o partido Judeu e o partido Cristão vai se perdendo com o tempo, para deixar em maior evidência o que realmente interessava desde o início: o poder.

Já no começo do mês seguinte ao periódico anteriormente exposto, temos a resposta do jornal *Catharinense* que defende sua importância e sua influência que fora menosprezada pelos redatores do *Argos* e do *Progressista*. As datas dos periódicos da década de 60 do século XIX expressam a frequência dos conflitos. Levando em consideração que tais embates tomam praticamente todo o espaço do jornal, temos décadas e mais décadas de conflituosas relações políticas e econômicas expressadas em poéticos textos elitistas:

SÃO TROCAS E NÃO TRICAS

Sem duvida <o *Catharinense*> , é de pequeno formato; mas quem não sabe que os licores preciosos se guardão em frascos pequenos?

É pequeno e muito jovem, mas seus dias teem sido cheios: e quanto a juízo e integridade mais idozo, que o enfatuado <Progressista> que despeitado brada, por ver a descoberto a sem cerimonia com que se arroga o *senhorio de todo mundo*.

E mesmo um Epaminoudas caricato o tal *Gracista*: e repugna tanto a mentira, que nem falando sincero diz verdades.

Quem o lê e quem o ouve, o acredita um Euclides: mas quem conhece seus velhos e *mitrados* escriptores, o classifica de Hyperbalo e Parquino.

Mentir...mentir...que a vida é uma pela: e hoje triumpho de uma cauza politica, (diz o defensor do *armasem* entronizado n'uma pilha quartolas a gotejar entusiasmo), pertencerá ao vivorio que tiver que para mixtificar os menos avisados; elle pertencerá aos modernos Timagoras, que sendo os últimos no interesse da pátria, se inculcão os primeiros zeladores da honra da provincia.

É na verdade admirável o desplante, com que se insulta os brios Catharinenses.

É revoltante, como com tanta audácia se desvirtua a sublime missão da imprensa convertendo-a em torpe pelourinho.

Salve-se a honra, quando a vida for em risco: assim faz o *Catharinense*, a pezar da pouca idade e desenvolvimento: mas o *Progressista* se morrer de apoplexia por ingerição de *pelas*, só terá a truanesca celebridade desse entes vindos ao mundo para desfructe dos ociosos, e que teem por honra fúnebre o floriozo epitáfio:

A terra te seja leve

Já que pesado lhe foste.

Os Lagunenses, mal contentes hão-de ser, quando souberem do que sobre eles cá informou o Sr. Lamego, que arrependido de sua leviandade procura attenuar effeito de tão extemporânea indiscrição...

Ora se o *Homem* sustentou em pleno conselho, que com a sua chegada, os Lagunenses se curvarão pedindo-lhe *benedicite*; se elle disse por entre *quebros* e *admanes* que o Cesar Lagunense depois de ouvilo, estremeado de emoção, rasgou as condições, que tencionara impor quanto ao Chiquinho: por que foge agora em retirada, não como o leão ferido, mas como a rapoza *filada* em galinheiro?

Um conselho ao Sr. Lamego, se os seus conselheiros dão licença. Um passeio eleitoral não é como as singraduras, em que se contão todos os

sucessos do dia; não, Snr. o homem prudente e não *pachola* deve guardar reservas sobre os resultados obtidos, tanto mais, quando são eles de favor. Sabe praticamente o marítimo, que muitas vezes se pede a N. S. da Luz bom vento noite clara, e ella nos deixa as escuras refrescados por salseiradas. Não se confundão nem troquem as couzas; que os typos confirmem o que os lábios proferem, o deixem-se de tricas. Srs. do Progressista, cuidado com o povo, não abuseis de sua confiança; vosso inconsiderado arrojo vos casa ruina certa, vossa protervia será esmagada pelo povo na hora, em que vos conhecer, pariás do progresso¹⁹.

As colossais possibilidades de análises que flutuam nas letras manchadas pela antiga tipografia desterrense é o que energiza o trabalho que se lê. A presença judaica em Santa Catarina (como no mundo todo) é algo que implora por recortes e mais recortes, por expressar tantas grandezas em sua existência. O que se desenvolveu aqui foi uma tentativa de colocar em evidencia riquíssimas fontes e assuntos que podem revelar para a história conexões inimagináveis entre grupos políticos e religiosos, tirar da completa discrição uma instituição orgânica que vicia os dados dos jogos de poder no Brasil antes mesmo da independência; ligar os pontos soltos dessa constelação de dominação que mostra nas estrelas uma repetida participação de empresários, profissionais liberais, militares e jornalistas sem que diga o ponto de encontro onde são acordados os planos de atuação política dos mesmos. Diremos aqui, incitando a pesquisa e o questionamento, que a maçonaria esmiuçada garante novas perspectivas para a história Brasileira.

Referências

NOVINSKY, Anita Waingort. *Gabinete de Investigação: uma "caça aos judeus" sem precedentes*. São Paulo: Humanitas Editorial/fapesp, 2007.

NOVINSKY, Anita Waingort et al. *Os judeus que construíram o Brasil: Fontes inéditas para uma nova visão da história*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2015.

YAMAMOTO, André. *Reconstruindo o Mercado Público de Florianópolis*. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *História da Cultura Catarinense: O Estado e as ideias*. vol. 1. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

JORGE, Nivaldo. *A descoberta do Mercado Público*. Editora Cor Grafic; Florianópolis, 1996

19 GERMANO ANTONIO MARIA AVELIM (Ilha do Desterro). Typographia Catharinense (Ed.). COMMUNICADOS. *O Catharinense: Jornal politico e noticioso*. Ilha do Desterro, p. 3. 9 nov. 1860. (Acervo Biblioteca pública de Santa Catarina)



BOITEAUX, José Artur. *Os partidos políticos de Santa Catarina*. Revista do Instituto Histórico, Nº. 78. Rio de Janeiro.

Fontes

Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina Typographia Catharinense (Ed.). *O Catharinense: Jornal politico e noticioso*. Ilha do Desterro, 1860.

Recebido em 19 de dezembro de 2016

Aceito para publicação em 01 de fevereiro de 2017



**Identidade, cultura e regionalismo: um estudo de caso com o grupo de arte e cultura,
*Querência Açoriana***Álvaro Henicka de Paula¹alvaroneves210308@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo objetiva contribuir para os estudos históricos e antropológicos de conceitos como "identidade", "cultura" e "regionalismo", especificamente sobre a cultura regional dos grupos gaúchos, ampliando os estudos para o estado de Santa Catarina. Traz uma sucinta abordagem conceitual da categoria, "identidades culturais", relacionando isso com "gauchismo", trechos centrais de uma entrevista com o grupo de arte e cultura, "Querência Açoriana", onde os argumentos dos autores da área podem lançar luz e nos ajudar a entender como e por que as categorias, "cultura" e "identidade", estão presentes no discurso dos entrevistados, considerações sobre o assunto e a bibliografia referenciada.

Palavras-chave: Identidade; Cultura; Regionalismo; Querência Açoriana.

Abstract: This article aims to contribute to the historical and anthropological studies of concepts such as "identity", "culture" and "regionalism", specifically about the regional culture of the gauchos groups, expanding the studies to the state of Santa Catarina. It brings a short conceptual approach of the category, "cultural identities", relating this with "gauchismo", central excerpts from an interview with group of art and culture, "Querência Açoriana", where the arguments of the authors of the area can shed light and help us understand how and why the categories, "culture" and "identity", are present in the discourse of interviewees. Finally, a conclusion on the matter and the referenced bibliography.

Keywords: Identity; Culture; Regionalism; Querência Açoriana.

As relações que os homens fazem com suas memórias passadas no seu tempo presente é alvo de vários interesses nas mais diversas áreas de estudos humanos, mas não é tarefa fácil para quem tenta entender essas relações. Lembrar, resgatar, "trazer a tona", coisas do passado e relacioná-las com o presente regional em que as pessoas vivem, nunca serão atividades inocentes, ingênuas ou de fácil análise. Pois nem as histórias de vida e nem as memórias dessas histórias de vida são estritamente objetivas e diretas, sem falar no fato que existem memórias de dez minutos atrás, de dez dias atrás, de dez semanas atrás, de dez anos atrás e assim, sucessivamente retrocedendo.

As pessoas fazem seleções inconscientes e / ou conscientes do que vão falar, do que vão resgatar, "usar verbalmente", mencionar, apagar de suas mentes, pelos mais diversos motivos. Interpretam suas vidas, de forma vaga ou constante, de maneiras normatizadas ou

¹ Álvaro Henicka de Paula é graduando do curso de História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Catarina e possui interesse em temáticas como identidade, cultura, regionalismo e memória.



“livres” e ainda, distorcem alguns fatos passados ou presentes, pelos mais variados motivos pessoais, (o que a Psicologia tanto estuda). Além disso, os seres humanos são seres sociais, convivendo (salvo, raríssimas exceções) em grupos (econômicos, culturais, sociais e psicológicos) e isso é mais um fator na hora de estruturar a memória social individual e coletiva, na hora de selecionar e relacionar aspectos do tempo presente com aspectos do tempo passado, “esse” ou “aquele” fato. Portanto aqui estamos falando de relações humanas com a memória, com o tempo, com as escolhas conscientes e inconscientes, com as histórias de vida regionais, com os significados dados, com as culturas nas quais os seres humanos estão inseridos.

Neste trabalho, trago por escrito, o que procurei perceber na prática. Como um determinado grupo de indivíduos ao ser entrevistado, sobre sua produção artística, recorreu e consideravelmente estruturou suas explicações, valendo-se de respostas como “cultura” e “regionalismo”. É fundamental, para quem estiver lendo, que se fique claro, que durante a entrevista e depois ao transcrevê-la, percebi que aqueles que dela participaram, procuraram explicar e fundamentar os “porquês” de suas respostas, com base em um passado regional bem localizado que parece constantemente legitimar suas ações presentes, (suas manifestações regionais artísticas atuais, a dança e a música) e que quando executadas em união, “parecem estar de acordo” com essa memória, nostálgica, bela, valorizada, romantizada, a qual vale destacar, eles procuram explicar com muita firmeza. Na entrevista é possível inferir inclusive, que essa memória é guardada com carinho, com zelo, num “lugar especial” de suas mentes.

Tive como fonte histórica primária estrutural para análise e estudo, a referida entrevista de campo, cedida gentilmente para mim pelos integrantes do grupo de arte e cultura Querência Açoriana e como fontes secundárias, artigos, teses e trabalhos da área histórica e antropológica, que num verdadeiro esforço intelectual também procuraram entender o mesmo tema (cultura, identidade e regionalismo). A estruturação do presente artigo está da seguinte maneira: Na parte 1, uma sucinta abordagem conceitual do que é a categoria, “identidades culturais”, relacionando essa com “gauchismo”. Na parte 2, trechos que julgo principais da entrevista transcrita, onde os argumentos de autores da área podem nos ajudar a entender como e por que as categorias, “identidade” e “cultura”, estão presentes no discurso dos entrevistados.



Identidades culturais e gauchismo

*Eu sou gaúcho meu coração também é. Tenho coragem se preciso eu trance
o pé. Trago o Rio Grande fervendo no sangue, xucrismo que se expande,
como Deus quiser*²

Grupos envolvidos em movimentos sociais contemporâneos, possuindo títulos que lhes identificam (portanto os diferenciam de outros), partem justamente de questões identitárias para se afirmarem perante a sociedade em que vivem, perante os “outros” e principalmente no que diz respeito, às formas como articulam, constroem e enxergam as suas singularidades culturais. É o caso do grupo dos tradicionalistas gaúchos que pautado e ancorado em discursos muito bem articulados, fundamenta suas práticas e ações, (suas identidades culturais) e traz a tona os mais diversos fenômenos, entre eles o regionalismo³. Justamente as questões e problemas levantados em torno das identidades culturais coletivas têm levantado o interesse de historiadores e antropólogos que procuram entender, como ocorre o processo de transformação e manutenção de identidades culturais, como pessoas se agrupam em torno de símbolos, motivos, intenções e movimentos que as “tornam” como “iguais” e as aglutinam em torno umas das outras. Aqui, identidade e cultura são dois conceitos chave, para se entender fenômenos sociais do tempo atual, entre eles o regionalismo.

2 Refrão de uma canção (ritmo “chote”) chamada “Coração gaúcho”, que o grupo de arte e cultura Querência Açoriana utiliza para coreografar uma de suas tradicionais danças gaúchas, intitulada “Chote de duas damas”, onde um peão dança com uma prenda em cada lado. No momento do refrão, o entusiasmo nas apresentações é nítido, bem como a comunhão em torno do tema denota um claro bairrismo. A canção do cantor regionalista gaúcho Pedro Neves, consta no repertório do sétimo CD do artista, lançado em 2008 pela gravadora Vertical (Caxias do Sul, RS). Os dados podem ser conferidos em, www.gravadoravertical.com.br/produtosDetalhe.aspx?produto=255. (Acesso em: 17/10/2016 às 16h25min).

3 Tendência para defender e valorizar os interesses específicos da região em que se vive. Vocábulo ou expressão regional, provincianismo. Regional + ismo. www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/regionalismo (Acesso em: 17/10/2016, às 14h29min). Ainda, segundo o site, www.cafecomsociologia.com/2009/08/conceito-de-regionalismo.html (Acesso em: 17/10/2016 às 14h50min), o conceito de regionalismo se apresenta como uma manifestação ideológica, marcada por uma identidade social imposta. Como força política, apresenta a possibilidade de mobilizar a sociedade em torno de um dado interesse ou de um projeto identitário da região. O regionalismo manifesta-se pôr porta-vozes, as lideranças regionais, que são legitimadas a falar em nome do grupo. Bourdieu se refere ao regionalismo como uma manifestação étnico-cultural, mas é possível analisá-la com uma óptica política, de um jogo de dominação. A identidade “consensual” podendo ser interpretada como uma afirmação das relações de poder, sendo ela a manifestação de uma visão da classe hegemônica. O regionalismo é uma expressão da luta de classe dentro do território, representando as manifestações hegemônicas ideológicas. O fenômeno do regionalismo possibilita uma abordagem dos elos entre os processos e relações internos à região e os externos a ela. A noção de região é bem delimitada pelo regionalismo, portanto, podemos afirmar que o regionalismo proporciona a legitimidade de uma região.



“Sentimento de pertencimento”⁴. “Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”⁵. Em outras palavras, a identidade cultural, poderia ser pensada como um palanque⁶ onde os grupos se “agarram” para se autoafirmarem, para tratarem de suas experiências, dando significados às suas vivências, individuais e coletivas, de pertencimento. Peter Burke também traz à tona a discussão referente ao interesse dos historiadores culturais, que refletem sobre as identidades culturais de determinados grupos, onde se incluem o multiculturalismo, que justamente instiga e levanta questões sobre os passados desses grupos:

No caso dos grupos confrontados com outras culturas, ocorrem duas reações opostas. Uma seria negar ou ignorar a distância cultural, assimilar os outros a nós mesmos ou a nossos vizinhos pelo uso de analogia, seja esse artifício empregado consciente ou inconscientemente. O outro é visto como o reflexo do eu [...] A segunda reação comum é o reverso da primeira. É a construção consciente ou inconsciente da outra cultura como oposta a nossa própria...⁷

Fica claro que a identidade é um sistema que comporta representações e justamente essas representações permitem a construção do “eu”. Permite que os indivíduos se tornem diferentes dos “outros” e semelhantes (próximos) aqueles que se identificam como iguais, ou seja, a identidade cultural nesse viés pode ser elucidada como o partilhar de um mesmo sentimento de pertencimento, de um mesmo “cerne” entre diferentes indivíduos. Vale também salientar que esse sistema no qual as identidades culturais estão inseridas, traz representações do passado, se articulando com as condutas no tempo presente e influenciando expectativas sobre decisões futuras. É o sentimento de pertencer a algo, de nascer em algo e absorvê-lo ao longo da existência. Hall define que: “uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações, quanto a concepção que temos de nós mesmos”⁸.

Sem a menor dúvida, o excerto acima de Hall, pode também ser levado em consideração, para se estudar as culturas regionais, haja vista, a amálgama de culturas que formam o Brasil, entre elas a cultura tradicionalista gaúcha.

4 OLIVEIRA, Pérsio Santos. Introdução à sociologia. São Paulo: Ática, 2004. p.139.

5 CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.22.

6 Tronco ou esteio grosso, ao qual se prende o cavalo para domar ou tratar. Sentido muito utilizado no sul do Brasil. www.dicio.com.br/palanque/ (acessado dia 17/10/2016 às 15h00min).

7 BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Estereótipos do outro. (Capítulo 7). Tradução, Vera Maria Xavier dos Santos: revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho – Bauru, SP: EDUSC, 2004. Pág. 153.

8 HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.



É por todos sabido que existe um estereótipo sobre o Rio Grande do Sul, sobre os gaúchos e sobre a região sulina como um todo e que se traduz em imagens mentais e objetais, em personagens-símbolos, em ritos, crenças, valores, práticas sociais e manifestações artísticas. Essa leitura do real – das condições históricas objetivas pretensamente vivenciadas pelos habitantes do Rio Grande do Sul – é relativamente consensual e encontra-se socializada no Estado. [...] Esse é por assim dizer, um processo constituído historicamente: o da elaboração, em cada sociedade, de um sistema de ideias-imagens de representação coletiva. A isso dá-se o nome de imaginário social, através do qual as sociedades definem a sua identidade e atribuem sentido e significado às práticas sociais⁹.

Conectando com o trecho acima, o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros, que possui uma cultura¹⁰ que se destaca por ser extremamente regionalista e fortemente defendida, inserida e atualizada com as mídias sociais, preservada através de institutos e associações como CTGs (Centros de Tradições Gaúchas), da literatura (O tempo e o vento, de Érico Veríssimo, A casa das sete mulheres ou o Gaúcho de José de Alencar), da música (a discografia gaúcha é imensa e está dividida entre tradicional, nativista e “tchê music”) e de várias manifestações artísticas (danças tradicionais coreografadas, “resgatadas” por Paixão Cortes e Barbosa Lessa). Possivelmente, caso se fizesse uma enquete livre e inesperada na rua, para qualquer pessoa, seja em que estado for, ao se perguntar quem é o “gaúcho”, a pessoa responderá com base na imagem cultural que foi construída ideológica e politicamente, no decorrer do século XX. O homem do pampa, com chapéu, com bombacha, tocando gaita e violão, com botas com esporas, guaiaca, lenço vermelho, nos bailes dos CTGs com prendas tomando chimarrão e usando vestidos de seda, etc. Essa imagem corroborada também pela grande mídia, mostra que a cultura dos tradicionalistas gaúchos, porém, não é estanque somente às fronteiras geopolíticas do Rio Grande do Sul, haja vista o número de CTGs que se espalharam, por Santa Catarina, Paraná, São Paulo e mesmo fora do país, durante o século XX.

9 PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. Ensaio EEE, Porto Alegre, (14)2 383-396, 1993.

10 Quando uso o termo “uma cultura”, refiro-me a cultura estadual que mais aparece nas mídias televisivas, jornalísticas e virtuais. Porém, não resta a menor dúvida que no RS existem outras culturas em constantes embates, reatualizações como a africana, a indígena, a alemã, a italiana, etc. Pode-se inclusive afirmar que muito da cultura gaúcha, “propriamente dita”, sofreu influências de outras, porém o objetivo do artigo não é esmiuçar isso, porém sem dúvida, trata-se de um assunto extremamente rico.



No litoral de Santa Catarina, por exemplo, há um grupo tradicionalista gaúcho, chamado “Querência Açoriana”¹¹, que se propõe a divulgar artisticamente a cultura gaúcha, através de dança e música tradicional deste movimento. Grupo este, que no segundo semestre de 2016, cedeu-me uma entrevista, sobre seu trabalho artístico, onde, posteriormente, eu busquei compreender o porque as categorias, “cultura” e “identidade”, apareceram no discurso dos participantes.

Grupo *Querência Açoriana*: identidade e cultura gaúcha em Santa Catarina

O grupo foi criado em novembro de 2013, constituído principalmente por catarinenses que moram na região do litoral (Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, etc.). Participam de festivais e rodeios artísticos no estado de SC e RS, organizados pelo MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho). Ensaiam todas as semanas em local cedido pela prefeitura de São José, onde a maioria reside atualmente. Possuem um instrutor coreógrafo que repassa os movimentos corporais femininos e masculinos, referentes a cada dança, segundo ele, resgatados por pesquisas orais do folclorista Paixão Cortes, durante a segunda metade do século XX, no interior do RS¹².

Uma das perguntas centrais do roteiro era, “O que é ser gaúcho”? Essa pergunta tinha o intuito de me levar a compreender a noção simbólica e cultural que eles têm acerca desse termo, bem como esse influencia em suas convivências como membros de um mesmo grupo, em suas manifestações artísticas e como que os fazem se portarem desse ou daquele modo, enquanto indivíduos sociais. Segundo, respectivamente, Anderson Pereira da Silva e Fernando Evangelista Vargas:

11 O grupo possui este nome, pois segundo os entrevistados, dançam tanto músicas tradicionalistas gaúchas, como músicas tradicionais do arquipélago de Açores, que chegaram até o Brasil, com a vinda dos açorianos que aportaram no litoral de Santa Catarina e posteriormente Rio Grande do Sul e que muito influenciaram a cultura sulista. Músicas como “Chimarrita”, “Caranguejo”, “Cana verde”, “Jardineira”, ressignificadas na segunda metade do século XX, por Paixão Cortes, são o exemplo disso. Os irmãos Nunes, no Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul (Martins Livreiro – Editor. 1982), trazem a palavra “Querência” como, “lugar onde alguém nasceu, se criou ou se acostumou a viver a ao qual procura voltar quando dele afastado. Pátria, pagos, torrão, rincão, lar.

12 Como não é possível mostrar toda a entrevista num sucinto artigo acadêmico, selecionei alguns trechos que contenham pontos importantes e centrais, que ajudarão o leitor a entender o trabalho que fora realizado por mim. De qualquer forma, ao se ler a entrevista inteira, fica ampliada a possibilidade de estudos, no que se refere a temas como regionalismo, identidade cultural, memória, mentalidades, tradição, representações, etc, bem como constam os nomes de todos os entrevistados que participaram, o local da entrevista e todas as outras referências necessárias.



[...]gaúcho é um estado de alma e espírito. De cultura e de tradição. Mais que isso, é uma arte essa cultura. Mas, sobretudo é um estado de alma e de espírito. O gaúcho que nós cultivamos, é um gaúcho da lide campeira, vem lá de antes, dos tempos de antigamente, veio do Uruguai, nas épocas antigas do Rio Grande do Sul, vem do el gaúcho, vem passando desde o começo do século, principalmente do homem do campo, do homem rural¹³.

Eu vejo que gaúcho, ser gaúcho hoje, né, no meio... Meio urbano... Na verdade é... Realmente é... É manter viva a tradição dos antepassados, como o Anderson falou, é... Moravam no campo, então, hoje quando se escuta gente fazendo músicas dizendo que continua ou que mudou e que não tá mais no galpão, tá no apartamento, mas segue tocando suas milongas né. Então eu vejo que esse gaúcho hoje ainda é manter não só na parte da arte, mas na parte artística, na parte campeira e também a culinária, que é muito importante... A forma de trabalho, os serviços que eram feitos naquele tempo, né... Tanto a parte... Muito se fazia cerca, muito se carneava, muito se... A tendência hoje é manter viva a tradição, embora muita gente ficou restrita a parte campeira, como o laço e gineteada e na artística com só com a dança, a declamação, etc. mas tem muita coisa... Muita coisa de artesanato, que as mulheres faziam de artesanato, crochê, tricô, aqui na região, renda... Artesanato em couro cru, né... Então tinha muita... Da arte vinha além, só da dança e declamação e etc. Então ser gaúcho hoje é relembrar tudo isso que se fazia, mas só que se não vivendo no campo, fazendo isso”¹⁴.

Sandra Pesavento, em seus estudos sobre a sociedade gaúcha, nos mostra que as representações que as pessoas fazem do mundo social, ou as traduções imaginárias da sociedade, são partes constituintes do real, não havendo uma oposição ferrenha entre as condições concretas da existência e as representações coletivas dessa mesma existência. Podese pensar, portanto, que a história sobre os imaginários se constrói entre a realidade social e os sistemas de representações que as pessoas atribuem a esta realidade. Conforme ela: “Tanto o imaginário se constitui, em parte, da dependência do concreto e do racional, quanto discursos e imagem são por sua vez, geradores de práticas sociais”¹⁵.

Essa argumentação é válida para entender os discursos acima dos entrevistados, principalmente quando estes buscam num passado, (que nem mesmo eles localizam bem e cronologicamente onde), a legitimação das suas práticas sociais atuais. Num outro momento da entrevista, os participantes foram questionados sobre qual a imagem de gaúcho que eles julgavam passar através de suas manifestações artísticas (dança e música). Os trechos

13 SILVA, Anderson Pereira da. PAULA, Álvaro Henicka de. Entrevista transcrita (Grupo de Arte e Cultura Querência Açoriana). Laboratório de História Oral. UFSC. 2016. pp 3 e 4.

14 VARGAS, Fernando Evangelista. PAULA, Álvaro Henicka de. Entrevista transcrita (Grupo de Arte e Cultura Querência Açoriana). Laboratório de História Oral. UFSC. 2016. pp 4.

15 PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. Ensaios. EEE, Porto Alegre, (14)2 383-396. 1993.



selecionados abaixo, falas respectivamente de Cristina Rodrigues e Adriano Matos, respectivamente, auxiliam a perceber esta questão:

Quando perguntas da imagem do gaúcho, um gaúcho de chapéu, uma imagem né, estereotipada, que a gente sabe todo mundo que é do Norte faz daqui. Então respondendo a questão da arte né, como o Anderson falou de como era importante a dança, então eu penso que cultura ela é reprodução de algo que a gente não viveu né, que os nossos antepassados viveram, é uma outra história, mas ela não é só reprodução, é a gente se apropriar dela, pra ter, pra sentir esse significado e é isso que a gente faz também. É nos detalhes, então a gente representar essa imaginação, há o contexto atual que influencia. A cultura é isso né, é representação, é recriação¹⁶.

[...] e o nosso grupo, ele também tem uma... Ele também passa a imagem do tradicionalismo atravessando as fronteiras. Não só... O tradicionalismo ele não é só no Rio Grande no Sul. E o próprio nosso, né... O nome do nosso grupo, ele representa isso, somos aqui do litoral catarinense, a nossa história, a nossa descendência açoriana e hoje o grupo é o Querência Açoriana, ultrapassando essa fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, trazendo a tradição e representando então, aqui na nossa região¹⁷.

Os trechos acima, mais uma vez, podem ser interpretados a luz do trabalho de Pesavento: “A definição de uma identidade própria forma, por assim dizer, uma base de coesão social, uma corrente de identificações e significados de compreensão mútua”¹⁸. Não resta dúvida de que há presente, na maioria das etnias regionais brasileiras ou vindas para o Brasil, (açorianos, teutos, italianos, eslavos, libaneses, angolanos, etc.) uma busca por entender seu passado, indagar sobre “suas origens”. Interessante perceber, que a entrevistada Cristina, reconhece que o grupo representa artisticamente nos palcos, através da dança e da música, a imaginação coletiva (regional e nacional) que se faz acerca do gaúcho e que o contexto social atual, influencia na forma como o grupo se apropria disso, para dar continuidade a essa recriação (artística). Inclusive quando ela se refere à, “uma imagem né, estereotipada, que a gente sabe todo mundo que é do Norte faz daqui”, está querendo se referir aos “outros” (não necessariamente somente à região norte do país), aqueles que são diferentes de “nós” (os gaúchos).

Num país cuja autointerpretação hegemônica, de origem carioca, tende à galhofa, à nonchalance, ao improvisado e até ao mau-caratismo, esse gaúcho

16 RODRIGUES, Cristina. PAULA, Álvaro Henicka de. Entrevista transcrita (Grupo de Arte e Cultura Querência Açoriana). Laboratório de História Oral. UFSC. 2016. pp 6.

17 MATOS, Adriano. Ibidem 16.

18 PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. Ensaios. EEE, Porto Alegre, (14)2 383-396. 1993.



vira alvo fácil de piada. Mas há o reverso disso: tenho muitos casos de valorização, de posituação desse levar-se a sério do gaúcho. Ainda há pouco, um conhecido meu, de longa trajetória no comércio, me disse que até isso hoje está mudado, mas que até há pouco ele ia negociar em São Paulo e era recebido de modo favorável, porque, sendo gaúcho, era confiável¹⁹.

Quanto à segunda resposta, também é rica para vários estudos, pois ao destacar que por mais que seja do litoral catarinense, (segundo ele, descendentes de açorianos), o membro do grupo reconhece que a cultura gaúcha, não ficou estanque somente as fronteiras²⁰ do estado, ultrapassando o contexto político e geográfico e havendo identificação com personagens sociais, de outros estados.

Os Centros de Tradições Gaúchas são por excelência, os locais onde a cultura gaúcha, encontra e reúne mais adeptos e onde artisticamente essas manifestações aparecem em maior destaque, na música, na dança, nas declamações, na literatura, na poesia, etc. Se constituindo essas manifestações, como representações regionais daquilo que os tradicionalistas chamam de “autêntica vida gaúcha”. Neste sentido, a fala de mais um entrevistado, quando questionado sobre “Como os CTGs, auxiliam e prejudicam o trabalho artístico do grupo”, me parece central para entender como se dá esse entendimento, sendo que a pergunta pretendia elucidar, quais as representações que os entrevistados fazem dos CTGs, o lugar essencial para a manifestação dos seus trabalhos artísticos. Conforme, Fernando Evangelista Vargas:

[...] pra complementar, eu vejo que os centros de tradição gaúcha hoje... Como um centro... Né, de tradições... Ele também deveria estar aberto para reensinar, retransmitir esta tradição. Então, eu penso que o CTG seria uma imitação de uma grande fazenda. É um local que hoje... Que deveria mostrar como deveria ser uma grande estância... Quando se fazia festa, quando se trabalhava, quando se almoçava, quando se bebia, então... Um CTG pra mim é a representação pra mim de uma grande fazenda. Como era, antigamente. Então hoje, como não temos isso, como ensinar pras crianças, os CTGs seriam o lugar ideal pra mostrar, olha fazia assim. Né, aulas práticas, que se pode fazer e a parte teórica pra quem interessar... Né, bibliotecas, alguns

19 FISCHER, Luís Augusto. Bravata é a mais legítima expressão do gaúcho. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 22-25.

20 Vale, mesmo que resumidamente ressaltar, que no caso da formação histórica, geográfica e política do Rio Grande do Sul, a delimitação das fronteiras, em muito se deu em combates, escaramuças, “peleias” com vizinhos castelhanos como os Uruguaios. Muito mais do que um ato jurídico, uma divisão política administrativa do Brasil Império, a fronteira Sul Rio Grandense, se constituiu como um produto histórico, resultante das forças em embate e muito influenciando na imagem regionalista que é construída do gaúcho, como “centauro dos pampas”, homem de lança na mão, que protege “seus pagos” do invasor estrangeiro.



têm. Então isso deveria ser mais disseminado, como um lugar de aprendizado também, pra recuperar essa tradição perdida²¹.

O trecho acima é interessantíssimo para percebermos como se dá essa representação do que seria um CTG para um tradicionalista gaúcho que manifesta artisticamente sua música e dança tradicional e através da união destas artes, encontra espaço para declarar e defender seu regionalismo. O especialista em Literatura, Luís Augusto Fischer, explana sobre esse mesmo pensamento do regionalismo gaúcho quando diz que:

Primeiro, me ocorre que alguma forma de tradicionalismo seria fatal existir, porque depois da Segunda Guerra, houve uma diretriz forte no sentido de estimular os governos, as secretarias de educação e cultura, etc. a preservarem o que então se chamava de folclore, termo amplamente controverso, como se sabe. Comissões de Folclore foram criadas em todo o Brasil e em muitas partes do Ocidente. Segundo, sociedades de origem rural tendem a preservar laços sociais e culturais estáveis, bem ao contrário do mundo urbano, que tende a privilegiar a novidade, a mudança – e só por isso teríamos no Rio Grande do Sul muito carvão para a fogueira do tradicionalismo, tanto pelo lado da estância tradicional, quanto, sem surpresa, pelo lado da pequena propriedade colonial imigrante, também tendente a forte tradicionalismo. Essas duas formações históricas cantam o passado, choram a saudade da terra natal, gostam da estabilidade, e por aí não admira que haja tanto CTG, que simboliza direta e primeiramente a estância, em terras que se povoaram por europeus camponeses, no século 19²².

Considerações

Os CTGs, cenário onde se articulam os grupos de defensores da tradição regionalista gaúcha é controverso, palco de debates e discussões. Independente disso, fica claro como as pessoas que se reúnem ao redor das chamadas “tradições gaúchas”, possuem um sentimento de identidade cultural que as afeta direta e indiretamente, fazendo com que essas mesmas pessoas se reconheçam através dos símbolos que estruturam essa cultura e que as identificam, como “iguais”. A música e a dança, como dois desses símbolos, por excelência servem como porta vozes, melódicos, literais e corporais que levam cada vez mais, a “rincões distantes” a ideologia da cultura regionalista gaúcha, buscando e atraindo novos adeptos, não sendo

21 VARGAS, Fernando Evangelista. PAULA, Álvaro Henicka de. Entrevista transcrita (Grupo de Arte e Cultura Querência Açoriana). Laboratório de História Oral. UFSC. 2016. pp 19.

22 FISCHER, Luís Augusto. Bravata é a mais legítima expressão do gaúcho. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 22-25.



poucos os que se identificam pelos mais variados motivos, com esta, como no caso do grupo de arte e cultura Querência Açoriana do litoral de Santa Catarina (São José). Não se trata de novidade, uma vez que desde o bojo da então recente República, buscou-se por uma “cultura nacional” e por mais que se tenham implantados projetos nacionais para se dizer e se defender qual seria “a cultura brasileira”, os estudos antropológicos e históricos, vieram justamente a contra pelo desse gerir político, demonstrando que na verdade o país é uma amálgama de várias culturas, exógenas e endógenas, que pacífica ou violentamente, se aglutinaram, se infiltraram emprestaram matizes umas para as outras, constituindo o Brasil como diria Ary Barroso, numa “Aquarela”²³.

A cultura do Sul do Brasil, mais propriamente dita, a cultura do Rio Grande do Sul, não fugiu desse tear de influências, haja vista que se mesclou com a cultura dos vizinhos fronteiriços, Uruguai e Argentina, resgatou temáticas musicais dos Açorianos, Italianos, Alemães e em muito se apropriou de símbolos culturais afrodescendentes e indígenas. A cultura da dança do sapateado nos CTGs, do churrasco no espeto de madeira, do chimarrão, do “cantar chorado” da milonga ao violão e ao acordeom, do bailar das prendas com os peões, se constitui como uma das várias culturas que constituem o país, que serve como identidade regionalista para tantos membros sentirem-se pertencentes à “algo”, serve como escolha política para os mais variados fins, (entre eles o turismo) e abre espaço para um leque amplo de discussões na área da História e da Antropologia, principalmente no que toca sobre identidade, regionalismo, tradição e memória.

Referências

BARROS, José D’Assunção. Imaginário, Mentalidades e Psico-História - *uma discussão historiográfica*. Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário. Labirinto. UFR.

BARROS, José D’Assunção. O campo da História: *especialidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2004.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Estereótipos do outro. (Capítulo 7). Tradução, Vera Maria Xavier dos Santos: revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

23 "Aquarela do Brasil" é uma das mais populares canções brasileiras de todos os tempos, escrita pelo compositor mineiro Ary Barroso em 1939. O samba foi gravado a primeira vez por seu parceiro Francisco Alves e depois por diversos artistas que vão de Carmen Miranda a Frank Sinatra, passando por Caetano Veloso, Erasmo Carlos e Elis Regina. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Aquarela_do_Brasil (Acessado dia 09.12.2016 as 15h37min).



CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. As reflexões sobre o Imaginário Social. Disponível em: www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=355 . Acessado dia 29/09/2016.

CECHIN, Antônio. Tradicionalismo e ditadura são irmãos siameses. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 52-58.

ESPIG, Janete Márcia. O conceito de imaginário: *reflexões acerca de sua utilização pela História*. Textura. Canoas. nº 9. nov. 2003 a junh. 2004. p. 49-56.

FANTINATI, Carlos Erivany. Sobre o discurso político. Alfa. São Paulo, 34: 1-10, 1990.

FISCHER, Luís Augusto. Bravata é a mais legítima expressão do gaúcho. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 22-25.

GEERTZ, C. 1998. A arte como um (sic) Sistema Cultural, in: O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa, Petrópolis: Vozes, pp. 142-181.

HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23. (introdução).

KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros - Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MACIEL, Maria Eunice. Gauchismo busca integrar diferentes grupos, e não representar a diversidade. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 42-46.

MAESTRI, Mário. Cavocar a memória para juntar os cacos do gauchismo. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 36-41.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: *Fotografia e História Interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1966, p. 73-98.

MENDES, Moisés. A caricatural identidade gaúcha. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 59-61.

NEDEL, Leticia Borges. É preciso interrogar o pragmatismo político e a eficácia simbólica do tradicionalismo. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 47-51.

NEVES, Pedro, PRETTO, João Alberto. Coração Gaúcho. In: NEVES, Pedro. *Campeiro para sempre*. Rio Grande do Sul. Gravadora Vertical. RS.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo. UNESP, 1998.

PAULA, Álvaro Henicka de. Entrevista transcrita (Grupo de Arte e Cultura Querência Açoriana). Laboratório de História Oral. UFSC. 2016.



PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. Ensaio. EEE, Porto Alegre, (14)2 383-396. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Gaúcho: mito e história. Letras de Hoje. Porto Alegre, v.24, nº3, p.55-63, setembro de 1989.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. 2005.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marietta. (Coords.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 103-130.

RODRIGUES, Luziane Patrício Siqueira Rodrigues. O poder da palavra. *A resistência como forma imanente da escrita*. Revista Philologus, Ano 19, nº 56. Rio de Janeiro: CiFEFil, maio/ago. 2013.

SEEGER, A. Etnografia da música. Revista Cadernos de Campo, nº 17, 2008.

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, Ideologia e Representação Social. PPGICH. nº 52 Dezembro 2003. ISSN 1678-7730.

SILVA, Jéssica Carneiro da. Da análise da música como gênero textual e texto multimodal ao ensino de língua portuguesa. Graduando, Feira de Santana. v.4, n. 6/7, p. 49-60, jan. /dez. 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. TRADIÇÃO. In: Dicionário de Conceitos Históricos. - Ed. Contexto - São Paulo; 2006.

THOMAZ, Omar Ribeiro. A Antropologia e o Mundo Contemporâneo: Cultura e Diversidade. In: SILVA, Lopes da e GRUPIONI (orgs). A temática indígena na escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

ZALLA, Jocelito. A necessidade da desconstrução do machismo no universo regional. RIHU. nº 493, Ano XVI, 19/09/2016. p. 26-35.

Recebido em 19 de dezembro de 2016

Aceito para publicação em 18 de abril de 2017



O preço de uma “Alemanha sem passaporte”: as medidas contra os Xokleng/Laklãnõ no interior catarinense (1836-1912)

Nathan Marcos Buba¹

Aaron Fernando de Paula²

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar as medidas do Governo Imperial, Republicano, Provincial e Estadual que envolviam a vinda dos imigrantes europeus para o território já habitado pelos Xokleng/Laklãnõ. Para isso analisaremos as obras de pesquisadores que abordam a história do estado catarinense, inclusive obras que abordam a temática indígena. Outras fontes a serem analisadas foram os relatórios de Província que perspectivam a questão indígena, como também o relato de viagem de Roberto Avé-Lallemant, este que percorreu a região abordada na presente pesquisa no século XIX. A partir disso, procuraremos perceber como foram as medidas governamentais a respeito do conflito entre indígenas e colonos, e quais foram os prejuízos que a população Xokleng/Laklãnõ sofreu e que permanece até os dias atuais.

Palavras chaves: Indígenas; Colonos; Conflito.

Abstract: the present search has as goal to analyze the measures of the Imperial government, republican, provincial and state involving the arrival of European immigrants to the traditional territory and inhabited by Xokleng /Laklanõ. As a reference that we analyzed the works of researchers that address the history of Santa Catarina state as well as works that, address indigenous issues. Other sources were the Province reports that got indigenous issues, as well as in Roberto Avé-Lallemant, traveler who traveled through the area in the XIX century. Through what has been mentioned above, we seek to analyze how were government measures regarding the conflict between Indians and settlers, and what were the losses that the Xokleng /Laklanõ population obtained that remains to today.

Keywords: Indigenous; Settlers; Conflict.

A história do estado de Santa Catarina muitas vezes é abordada a partir da vinda do imigrante europeu para a região. Essa forma de se contar a história exclui vários outros grupos que habitavam o território, entre eles podemos citar as populações indígenas³. Essas populações foram importantes na região desde os tempos de colônia, pois foram esses, os povos que ensinaram aos colonizadores, diversas rotas para o que é hoje o interior do estado, também domesticaram vários alimentos que estão em nossas mesas, entre eles, o milho, a mandioca, a erva-mate que foram incluídos na alimentação dos povos vindos da Europa⁴.

1 Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina (início em 2013-1). Email: nathanmarcosbuba19@gmail.com.

2 Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina (início em 2013-1). Email: Aaron_fernando@live.com.

3 BUBA, 2014, p.02.

4 SANTOS, 1977, p.28.



Nos dias atuais, por meio de discursos governamentais, meios de comunicação e de parte da população, o Vale do Itajaí e Planalto Norte de Santa Catarina são destacados pelas práticas culturais dos imigrantes que se instalaram na região, como alemães, italianos, poloneses e ucranianos. Isso ocorreu de tal forma, ao ponto da Prefeitura de Blumenau, para incentivar o turismo nessa região, dizer que o local é uma “Alemanha sem passaporte”⁵.

Com os discursos dos governos e dos meios de comunicação, se tem a impressão que a incorporação dos colonos foi pacífica, não havendo conflitos com as populações que já habitavam a região. Mas o século XIX no Vale do Itajaí e Planalto Norte ficou marcado pelo confronto entre indígenas e colonos, causando inúmeros mortos e a quase extinção dos Xokleng/Laklãnõ⁶.

Considerando tais proposições, objetivo desse trabalho é demonstrar que para a Prefeitura de Blumenau “proclamar” a cidade como uma Alemanha sem passaporte a população Xokleng/Laklãnõ pagou um alto preço, seja pela perda de grande parte do seu território, como também pela perseguição e pelos homicídios financiados principalmente pelo governo e pelas companhias de colonização. Como fontes, serão utilizados os Relatórios da Província de Santa Catarina que discorrem sobre os conflitos entre indígenas e colonos, relatos de viajantes que percorreram a região no século XIX, como também de pesquisadores da temática indígena.

Os Xokleng/Laklãnõ: primeiros povoados e as medidas governamentais

Conforme o mapa da figura 01, podemos observar que no território catarinense habitam atualmente três povos indígenas, o Guarani⁷ ocupa praticamente todas as regiões, mas predominantemente na faixa litorânea do estado, o povo Kaingang⁸ predomina no Oeste

5 A propaganda também foi visualizada pelos autores na BR-101, trecho próximo ao perímetro urbano de Itajaí-SC. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/pancho/2014/07/30/blumenaualemanhasempassaporte/?topo=52,2,18,,159,e159> - Acesso em 15/09/2016.

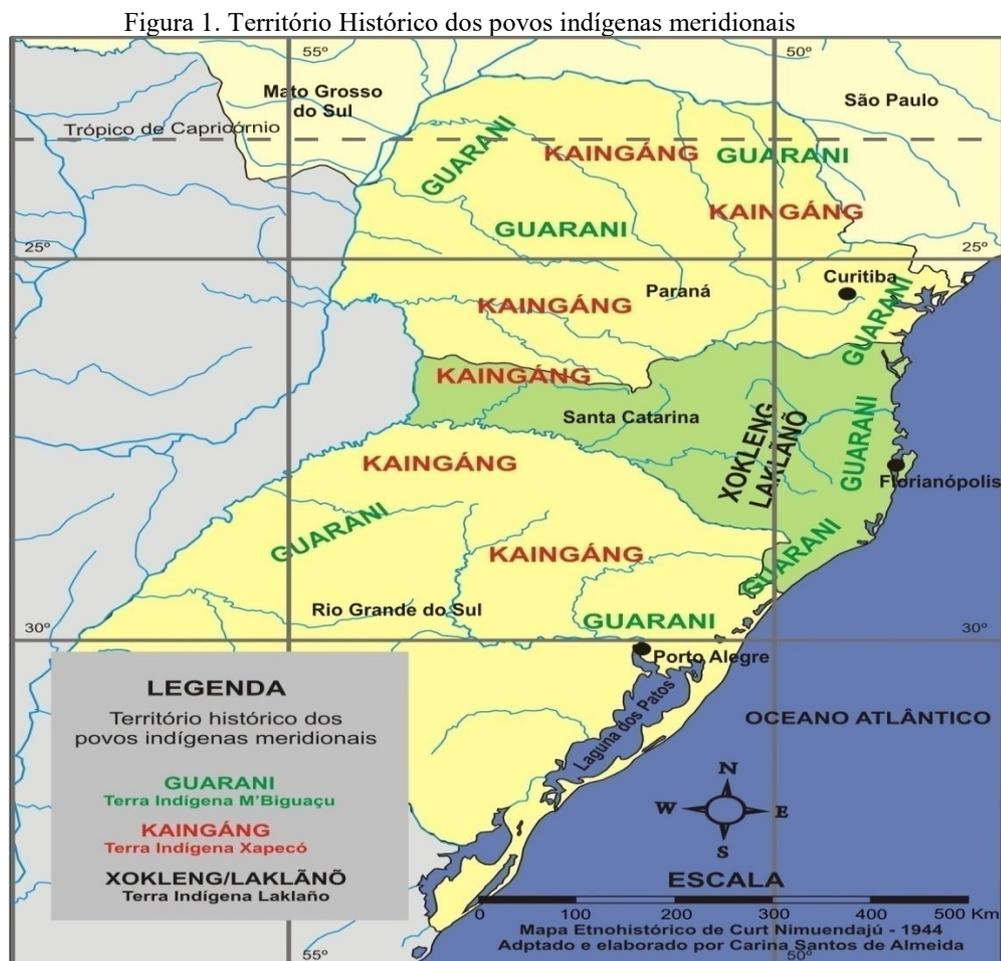
6 O termo Laklãnõ (significa povo do sol) é utilizado por sugestão do próprio povo Xokleng/Laklãnõ, já que Xokleng não foi um nome empregado pelo povo.

7 O povo Guarani em Santa Catarina soma 1.657 pessoas distribuídas em 21 aldeias. Sendo três aldeias inseridas junto com comunidades de outros povos, com os Kaingang na Aldeia Limeira da Terra Indígena Xaçupé/SC, e com os Xokleng/Laklãnõ nas Aldeias Toldo e Bugio na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ BRIGHENTI, 2012, p.42.

8 O povo Kaingang é um dos povos mais numerosos do Brasil, sendo a maior população indígena da região sul brasileira. Habitam em Santa Catarina 6.543 Kaingang, distribuídos em cinco Terras Indígenas e uma Reserva. (BRIGHENTI, 2012, p.47).



catarinense e o povo abordado na pesquisa, denominados Xokleng/Laklãnõ, que habita o Vale do Itajaí e Planalto Norte de Santa Catarina⁹.



Fonte. Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendaju – 1944, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida. (ACERVO: LABHIN)

Atualmente em Santa Catarina os Xokleng/Laklãnõ “somam 2.169 pessoas distribuídas em duas Terras Indígenas, e seu território histórico se localizava entre as regiões de Curitiba/PR até Porto Alegre/RS”.¹⁰ De acordo com Clovis Antonio Brighenti, o povo Xokleng/Laklãnõ pertence às sociedades indígenas de tradição Jê, como também ao tronco linguístico Macro Jê e foram denominados no passado como Botocudos, Aweicoma, Bugres,

⁹ Ibidem, p.48.

¹⁰ Atualmente os Xokleng/Laklãnõ contêm duas Terras Indígenas, a T.I. Ibirama Laklãnõ localiza-se no Vale do Itajaí, e a T.I. Rio dos Pardos se localiza no Planalto Norte de Santa Catarina. Ver mais em BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. P.37-65.

Xocre, ou Kaingang de Santa Catarina¹¹. Tradicionalmente era uma sociedade de caçadores-coletores, nos quais realizavam o nomadismo sazonal, habitando o planalto no inverno, para obter o pinhão e descendo ao Vale do Itajaí e algumas faixas litorâneas no verão.

Os primeiros povoadamentos não indígenas no território tradicional dos Xokleng/Laklãnõ surgiram com o caminho das tropas, que ligaria o Sudeste brasileiro ao Rio Grande do Sul. Neste momento a região passa a ganhar maior importância devido ao comércio de gado e muares, realizados por meio dos tropeiros, os quais cortavam o território catarinense para chegar até seu destino.

Os animais saíam geralmente das regiões de campo do Sul brasileiro em direção as províncias do Sudeste, principalmente para o abastecimento do mercado minerador de Minas Gerais. O caminho mais conhecido para tal prática foi o de Viamão-RS à Sorocaba-SP¹². Com o decorrer do tempo, devido a maior movimentação das tropas, surgirão os primeiros vilarejos no interior de Santa Catarina. De acordo com Paulo Pinheiro Machado:

Com o caminho das tropas, formou-se um longo curso de fazendas de invernada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorda de gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de pecuária paranaense e gaúcha¹³.

Portanto, com o caminho das tropas começam a se fixar os primeiros moradores não indígenas no território tradicional Xokleng/Laklãnõ, iniciando os conflitos com os fazendeiros e pequenos posseiros. O alemão Roberto Avé-Lallemant em viagem à região interiorana¹⁴ de Santa Catarina no século XIX descreve que:

Há muitos anos chegou o pai de Juca Coelho a esta região e a preço irrisório comprou vastas extensões de terra, que lhe concediam de bom grado, porque ninguém tinha coragem de estabelecer-se entre os bugres [...]. Os botocudos, de quem ele é inimigo fidalgo, odeiam-no e temem-no. Ainda a ano passado encontrou alguns bugres no campo, quando lhe matavam uns burros. O encontro foi hostil e Juca Coelho viu-se obrigado a abater a tiro um dos índios¹⁵.

11 BRIGHENTI, 2012, p.56.

12 FERRARI, 2010, p.103.

13 MACHADO, 2004, 61.

14 Em Santa Catarina Roberto Avé-Lallemant percorreu a região litorânea de Santa Catarina (Desterro, Laguna, Laguna, Tubarão), como também a região interiorana catarinense (Lages, Blumenau, Joinville e Planalto Norte de Santa Catarina).

15 AVÉ-LALLEMANT, 1953, p.88.



Com o relato de Avé-Lallemant é possível constatar que antes mesmo da intensificação da chegada dos imigrantes europeus na segunda metade do século XIX, já havia uma relação conflituosa entre os habitantes recém estabelecidos e os indígenas.

Paulo Pinheiro Machado cita a história de uma mulher chamada Carola, na qual lavava suas roupas nas margens do Rio Marombas, e constantemente trocava produtos com os indígenas, vivendo de forma “amistosa” com esse grupo. Porém, em um determinado dia seu sobrinho matou um indígena, achando que ele estava a espreitando para um ataque. Depois desse acontecimento os “botocudos” fizeram alguns ataques aos sítios da região, onde por sua vez os homens de Curitiba se armaram para eliminar a presença indígena da região¹⁶. De acordo com o autor

Essa tragédia (...) revela a fragilidade da convivência entre a população de sitiante e fazendeiros e os diferentes grupos indígenas do planalto serrano catarinense, durante o século XIX. A relação amistosa de dona Carola com o pequeno bugre era uma exceção¹⁷.

O Governo Colonial e Imperial pouco se sensibilizava com os indígenas. Um exemplo disso é a Carta Régia de D. João VI em 1808, logo após sua chegada ao Brasil, em que determinava que fizesse guerra aos índios que faziam incursões nas cercanias de Lages¹⁸.

O Império brasileiro não se preocupava em dialogar com os indígenas, conforme a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha nem mesmo nos últimos anos do Império e nos primeiros anos da República a situação indígena despertava interesse entre a maioria dos políticos, pois “a Constituição de 1891¹⁹ sequer mencionou os índios em seu texto”²⁰.

Para o governo provincial, o indígena passou a ser um obstáculo para o desenvolvimento que o imigrante europeu traria durante o século XIX. Então o governo, observando os colonos como os seres responsáveis pela modernidade, passou a protegê-los e a criar medidas contra os povos indígenas, procurando afastá-los, seja por meio da catequização, ou da fuga para outros lugares, ou até mesmo pelo assassinato. Essas medidas

16 MACHADO, 2004, p.57-58

17 Ibidem, p.58.

18 SANTOS, 1997, p.27.

19 A Constituição Federal de 1891 foi a primeira constituição republicana do Brasil. Ela teve como modelo a Constituição Federal dos Estados Unidos, consagrando a República Federativa liberal. Com a nova constituição houve importantes mudanças, como maior autonomia aos Estados, divisão dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário), sistema presidencialista de governo por voto direto e universal, como também a separação entre o Estado e a Igreja. (FAUSTO, 1995, p.250-251).

20 CUNHA, 1987, p.74.



eram legitimadas, em grande parte, devido aos estereótipos usados contra os indígenas, nos quais se pode citar: selvagem, feroz, vadio, incivilizado. Estes adjetivos afastavam as pessoas da noção de considerar o índio, ser humano.

Como os conflitos entre Xokleng/Laklãnõ e não indígenas não cessaram. O Império criou em 1836 a “Companhia de Pedestres”, formada por 31 pedestres que recebiam a quantia de 330 réis, e tinham por finalidade “proteger tropeiros e viajantes que passavam em locais onde frequentemente ocorriam” os conflitos com os indígenas²¹ Ou seja, o governo pagava para manter os indígenas longe das áreas habitadas pelos colonos. É possível perceber a importância que a “Companhia de Pedestres” tinha para os governantes através da fala do Presidente da Província de Santa Catarina José Joaquim Machado de Oliveira em 1837:

A colonização do Itajahy, que esta a cargo do Cidão Agostinho Alves Ramos pouco se tem adiantado devido a irrupção do gentio feroz [...] por motivos taes, e que podem ser removidos sem maior dificuldade, deixem de prosperar aquelles estabelecimentos[...] He por isso que insto pela consignação da quantia que deve ser aplicada para a manutenção dos Pedestres, que foram criados pela Resolução N° 28, e que vai incluída na Talla N° 5 do orçamento²².

Com a fala do então Presidente da Província é possível perceber que a “Companhia de Pedestres” era considerada um projeto fundamental na segurança dos não indígenas, sendo os Xokleng/Laklãnõ chamados de ferozes que poderiam ser removidos sem maiores dificuldades²³. Porém a Companhia fracassou devido à precária preparação e estado dos equipamentos, também os seus integrantes foram acusados de indisciplina, e a “Companhia de Pedestres” pelos inúmeros problemas se extinguiu em 1879, não “atingindo as expectativas dos imigrantes e das autoridades”²⁴.

Em 1868, se tentou outra alternativa para amenizar a situação, foi a catequização através dos Padres Capuchinhos Virgílio Amplar e Estevão de Vicenza²⁵. O Presidente da Província Carlos Augusto Ferraz de Abreu recebeu um relatório do 1º vice-presidente Carlos de Cerqueira Pinto em 1869 comentando sobre a catequização:

21 NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p19-20.

22 OLIVEIRA, 1837.

23 A empolgação do Presidente da Província José Joaquim Machado de Oliveira com a “Companhia de Pedestres” se deve ao fato que ela estava a pouco tempo em funcionamento. Posteriormente a alternativa pelos Pedestres perdeu a importância devido ao mal funcionamento das tropas.

24 WITTMANN, 2007, p.47.

25 NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p.48.



Achão-se, há algum tempo nesta provincia, encarregados deste serviço, os missionarios capuchinhos Frei Virgilio de Amblar e Estevão de Vicenza, os quaes tendo seguido um para Lages e o outro para Itajahy[...] Consedendo-lhe essa permissão ordenei ao delegado de Lages e ao diretor da colonia militar de Santa Theresa que prestassem-lhes dois homens para os auxiliarem nessa missão espinhosa, como arriscada²⁶.

Para conseguir aplicar o que lhe foi solicitado, os capuchinhos pediram verbas para mantimentos e ferramentas para o aldeamento dos indígenas, porém, não foram atendidos pelo governo²⁷. Com a falta de recursos a catequização acabou não sendo satisfatória e foi mais uma medida sem sucesso para amenizar os conflitos entre indígenas e colonos.

Como a catequização e a “Companhia de Pedestres” falharam, passam a atuar na região os Batedores de Mato, os quais “eram grupos que não tinham intenção alguma de fazer contato pacífico com os índios, com exceção do liderado por Friedrich Deeke²⁸. Segundo informações de Silvio Coelho dos Santos:

Em 1880 o governo provincial relatava à Assembleia, com a maior simplicidade que “para afugentar (os índios-SCS) tomei as medidas de costume: recorri aos batedores de matto”. O noticiário telegráfico do Jornal do Comércio (Florianópolis), do ano de 1883, dá-nos vários exemplos referentes à autorização das despesas pelo governo para o extermínio indígena²⁹.

O governo aconselhava os imigrantes a andarem armados e a atirar se preciso fosse, não se preocupando com o número de indígenas mortos que isso poderia causar³⁰. Com o aumento do número de colonos nos territórios tradicionais dos Xokleng/Laklãnõ, os encontros tornaram-se mais frequentes e posteriormente os conflitos entre colonos e indígenas aumentaram. Os Batedores de Mato passam então a não ser suficientes para afugentar os indígenas. Outra estratégia é encontrada os “bugreiros”. De acordo com Silvio Coelho dos Santos:

As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. A maioria deles era aparentada entre si. Atuavam sob o comando de um líder. A quase totalidade dos integrantes desses grupos eram “caboclos”, que tinham grande conhecimento sobre a vida no sertão. Atacavam os índios em

26 ABREU, 1869.

27 WITTMANN, 2007, p.48.

28 WITTMANN, 2007, p.47. O grupo liderado por Friedrich Deeke tinha ordem para não atirar nos indígenas.

29 SANTOS, 1997, p.26.

30 WITTMANN, 2007, p. 42.



seus acampamentos de surpresa. As vítimas poucas possibilidades haviam de fuga³¹.

Durante o início século XIX ainda havia um grande território não colonizado no Vale do Itajaí, assegurando autonomia ao Xokleng/Laklãnõ. Porém no final do século esse território tornara-se fortemente colonizado e o contato ficou a cada dia mais intenso. Como retrata Luiza Tombini Wittmann, a violência contra o indígena aumenta de forma alarmante. Por conseguinte:

Os batedores do mato se transformaram em bugreiros. O que havia de valido na experiência de Frederico Deeke é totalmente esquecido e o facão, a pistola, a espingarda e o rifle passam a ser os agentes definitivos da pacificação dos indígenas³².

Com os bugreiros a violência se intensifica, e se o contato entre o colono e o indígena, na maioria dos casos não era amistoso causando grande choque e desconforto para ambos os lados. O Governo Imperial acabou propiciando um aumento da violência incentivar os imigrantes a contratação de homens para afugentar os Xokleng/Laklãnõ que rondavam suas propriedades³³. O indígena conhecia a mata por onde passava, diferente do imigrante europeu, que era quase ou totalmente desprovido desse conhecimento. Assim o bugreiro era contratado para a caça dos Xokleng/Laklãnõ “fazendo cercos de dias aos índios que não suspeitavam de nada”³⁴.

Com a propaganda do estado para com os colonos, dizendo que deveriam proteger suas terras e andar sempre armados. Os bugreiros eram pagos tanto pelo estado, quanto pelos colonos, que dividiam as despesas das empreitadas dos bugreiros enquanto caçavam os indígenas, assim lhes assegurando o pagamento o grupo de bugreiros ganhou muitos adeptos³⁵. Durante a caça aos indígenas, os homens eram mortos e apenas algumas mulheres e crianças eram poupadas pelos bugreiros que as traziam consigo. As crianças eram levadas para serem adotadas por famílias de colonos e inseridas na sociedade³⁶. Eram na maioria das vezes vistos como o diferente, o exótico, a ser exposto. Eram vistos com olhos de curiosidade pela população, queriam ver e saber como eram esses “bugres” que andavam pelos matos

31 SANTOS, 1997, p.27.

32 WITTMANN, 2007 p.49 apud Santos, 1973, p.76

33 NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p.24.

34 WITTMANN, 2007, p.53.

35 Ibidem, p. 51.

36 NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p.26.



afugentando colonos, assim os transformando em um tipo de animal na imaginação dos colonos. Cada novo grupo de crianças e mulheres indígenas que chegavam à cidade era motivo de comentários e despertavam interesse das pessoas que se aglomeravam para vê-los. Segundo Luiza Tombini Wittmann:

A viagem dos índios rumo a cidade era sofrida. Os prisioneiros haviam sido poupados da morte, mas não da ganância dos bugreiros. Em troca de dinheiro, os curiosos podiam observar os índios, que consideravam exóticos. “Era um negócio sórdido. Os índios, assustados, estavam de cócoras dentro de uma carroça grande. Conta-se que até as partes genitais das mulheres foram mostradas em benefício monetário”³⁷.

Algumas mulheres capturadas tinham finalidade muito diferente das crianças, eram pegadas por bugreiros para serem suas mulheres, não sendo incomum que várias famílias caboclas tenham sua origem de tal forma³⁸. Um dos mais conhecidos bugreiros era Martinho Marcelino de Jesus, mais conhecido como Martim Bugreiro. Afirmava que, a morte de seus pais era obra de membros do povo Xokleng/Laklãnõ e que devido a tal fato dedicou sua vida a caçar os indígenas. Seu grupo exímio de caçadores era muito conhecido por utilizarem as técnicas dos indígenas contra eles mesmos, vindo de um aprendizado a partir da observação³⁹.

Destarte, a ação dos bugreiros causou várias vítimas, não somente assassinadas, porém, também as que obtiveram traumas como a perda de pessoas próximas ou tiveram que conviver em um novo meio social, a cidade. Essas pessoas levadas às cidades escapavam da morte através da violência dos bugreiros, mas dificilmente sobreviviam pelas doenças que contraíam, ou devido à alimentação diferenciada da sua tradicional. Assim sendo, o povo Xokleng/Laklãnõ não foi apenas atingido pela violência física, mas também pelo choque cultural do modo de vida que lhes era imposto pela sociedade ocidental europeia. Isso pode se confirmar quando foi demonstrado, que de cinco crianças Xokleng/Laklãnõ trazidas para a cidade em 1914, apenas uma sobreviveu⁴⁰. Na fotografia abaixo, que faz parte do acervo pessoal de Silvio Coelho dos Santos, podemos ver várias crianças indígenas que foram capturadas pela ação dos bugreiros:

37 WITTMANN, 2007, p.96-97 Citação retirada pela autora da obra: GENSCHE, Hugo. *Die Erziehung eines Indianerkindes. Praktischer Beitrag zur Lösung der Südamerikanischen Indianerfrage. Berlin Druck von Gbr. Unger, 1908.*

38 MACHADO, 2004, p.59.

39 WITTMANN, 2007, p.54.

40 Ibidem, p.93.

Figura 2. Bugreiros e crianças Xokleng/Laklãnô



Fonte: Acervo pessoal Silvio Coelho dos Santos

Como podemos ver na fotografia, tanto as crianças quanto as mulheres que lhes acompanham estão com vestes que não são as suas habituais, certamente foram obrigadas pelos caçadores a vestirem tais roupas. Ainda notamos a falta da presença de integrantes masculinos adultos do povo indígena, reforçando os escritos de que só mulheres e crianças eram poupadas.

Contudo, a ação dos bugreiros torna-se proibida a partir de 1912, alguns, entretanto, ainda atuaram clandestinamente até quase meados do século XX⁴¹. Com a República a situação dos povos indígenas começa a ter uma mudança, em 1889 os indígenas passam a ficar sob a responsabilidade dos estados⁴². Nesse período começam as discussões entre os positivistas que “entendiam a integração dos indígenas na sociedade brasileira como importante para o povoamento e para a obtenção de mão de obra necessária à expansão civilizatória”⁴³, contra os naturalistas que defendiam o extermínio indígena da sociedade brasileira.

No Congresso de Americanistas que ocorreu em Viena em 1908, essas discussões atingiram patamares internacionais, destacando a fala do positivista Albert Fric, que

41 HOERHANN, 2012 p.152.

42 ALMEIDA, 2013, p.3.

43 HOERHANN, 2012, p.61.

denunciou as medidas contra os Xokleng/Laklãnõ diante dos imigrantes, mostrando toda a situação que este povo estava submetido.

De acordo com Manoela da Cunha esse congresso foi importante, pois “foi a primeira vez que o Brasil foi publicamente acusado de massacrar os índios” (CUNHA, 1987, p.79). A partir das denúncias realizadas em Viena, o governo brasileiro resolve criar o SPILTN – Sistema de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e que passa a ser chamado em 1918 de SPI⁴⁴. Esse sistema através do aldeamento consegue amenizar o confronto entre indígenas e Colonos.

Considerações finais

Com o que foi abordado, consegue-se entender que não podemos mencionar a história do estado de Santa Catarina enfatizando somente a vinda dos imigrantes europeus para o estado, tão pouco mencionar que a colonização ocorreu de forma pacífica. O território tradicional Xokleng/Laklãnõ foi ignorado quando vendido pelo governo para as Companhias de Colonização e posteriormente essas terras compradas pelos imigrantes. Indígenas e imigrantes achavam que eram dono da terra e travaram uma luta com muitas perdas, principalmente para o povo Xokleng/Laklãnõ, que quase chegou a ser extinto.

Os governantes sabiam do massacre indígena que estava acontecendo, quando não apoiava, ou encomendava e financiava com verbas. Não faziam nada em favor dos indígenas. Portanto, o preço de uma prefeitura para enfatizar que seu município é uma “Alemanha sem passaporte”, foi o massacre quase total de um povo indígena que habitava a região. O povo Xokleng/Laklãnõ que foi várias vezes prejudicado pelos governos ainda sofre com as medidas atuais, não mais sendo caçados e exterminados, mas ainda sofrendo com a falta de responsabilidade governamental para com os mesmos, que não se sentem contemplados com as medidas e decisões tomadas pelo poder público, assim ainda sendo oprimidos, apenas de maneira diferente a dos séculos passados.

Referências

ALMEIDA, Carina dos Santos; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Como "civilizar" o índio?!: O Serviço de Proteção aos índios (SPI) e a integração dos Kaingang no sul do Brasil: o Posto

44 O SPI vigora até 1967, devido às várias denúncias de corrupção e violência contra os povos indígenas. Em 1967 se cria a FUNAI, na qual vigora até hoje.



Indígena Xapecó (SC) entre práticas de desenvolvimento e controle social. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2013, Natal. *Anais...*. Natal: Simpósio Nacional de História, 2013. p. 01 - 17.

AREND, Silvia Maria Fávero. De Korikrã a Maria Gensch.: A filiação adotiva como um projeto civilizador (Blumenau – 1905-1914). In: *Simpósio Nacional de História*, 22., 2003, João Pessoa. Artigo. João Pessoa: UFPB, 2003. p. 01 - 07.

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. P.37-65.

BUBA, Nathan Marcos; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Religiosidade e conflito: o caboclo e indígena no planalto Catarinense. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 2014, Pelotas. *Anais IV Encontro Internacional de Ciências Sociais*. Pelotas: Anais, 2014. p. 01 - 17. Disponível em: < http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/arquivosgts/GT_09/10.pdf >. Acesso em: 07 set. 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos de índio: Ensaio e Documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERMINO, Antonio Luis. Histórias, conflitos e contatos entre os LAKLÃNÕ/XOKLENG e não indígenas. In: *Simpósio Nacional De História*, 27., 2013, Natal. Artigo. Natal: UFRN, 2013. p. 01 - 16.

FERRARI, Maristela. *Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) E Bernardo de Irigoyen (Misiones)*. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2010.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. *O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 - 1954)*. 2012. 283 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. A ocupação do espaço. In. KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. *Rio do Sul: Uma história*. Rio do Sul: Editora da UFSC, 1999.



OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu a Assembleia Legislativa, na abertura da terceira sessão da Primeira Legislatura Provincial, em 1º de março de 1837.

PINHEIRO, Niminon Suzel. Terra não é troféu de guerra. In: *Simpósio Nacional De História*, 23., 2005, Londrina. Artigo. Londrina: Uel, 2005. p. 01 - 08.

PINTO, Carlos de Cerqueira. Relatório do 1º vice-presidente da província de Santa Catarina apresentado ao presidente da província de Santa Catarina Carlos Augusto Ferraz de Abreu em 11 de janeiro de 1969.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Porto Alegre, Movimento; Brasília, Minc/Pró-Memória/INC, 1987.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. São Paulo: Símbolo, 1977.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1997.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2007.

Recebido em 02 de novembro de 2015

Aceito para publicação em 18 de abril de 2017



Revista Sul e suas intenções à literatura

Airton da Silveira Filho¹

Beatriz Córdova Wandscheer²

Vera Cristina Caparica Ferreira³

Resumo: O presente artigo visa compreender o contexto do surgimento do Círculo de Arte Moderna e sua intenção no campo da literatura expressada na Revista Sul. Busca demonstrar a importância do Círculo de Arte Moderna e de seu veículo de comunicação, Revista Sul, para inserção da arte moderna no estado de Santa Catarina. Foram analisados artigos publicados por Salim Miguel e Aníbal Nunes Pires no primeiro número da Revista Sul.

Palavras chave: Revista Sul; Arte Moderna; Literatura; Santa Catarina.

Abstract: This article aims to understand the arising context of the “Círculo de Arte Moderna” (Modern Art Circle) and its intention in the field of literature expressed in Revista Sul magazine. This article outlines the importance of the Círculo de Arte Moderna as a means of communication used to insert Modern Art in Santa Catarina. Articles published by Salim Miguel and Aníbal Nunes Pires in the first edition of the Revista Sul were analyzed

Keywords: Revista Sul; Modern Art; Literature; Santa Catarina.

Antecedentes

O que os artistas fundadores do Grupo Sul pretendiam ao criar a Revista Sul é a questão que norteia esse trabalho. Antes de elucidar esse ponto traremos à luz o contexto em que esses artistas, ansiosos por renovarem o cenário artístico e intelectual catarinense, estavam inseridos.

Segundo a autora Lina Lemos no estado há um marasmo com relação às artes no começo do século XX. Os grandes expoentes catarinenses são Cruz e Sousa e Luís Delfino, contudo o primeiro teve sua obra reconhecida apenas após sua morte em 1898 e o segundo passou a maior parte de sua vida fora do estado e conseqüentemente seu trabalho foi produzido fora de Santa Catarina. Essa calma cessa com a criação da Academia Catarinense de Letras na década de 20. Ela é fruto de uma clara organização de indivíduos que pretendem impulsionar as artes no estado. Contudo, de acordo com a autora Lina Leal

1 Airton da Silveira Filho é graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: Airtonsf@yahoo.com.br

2 Beatriz Córdova Wandscheer é graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: beacwan@gmail.com

3 Vera Cristina Caparica Ferreira é graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: veracristinafc@gmail.com



Sabino, existe uma nítida distância entre a intelectualidade de Santa Catarina e a dos centros maiores como Rio de Janeiro e São Paulo. Essa distância, Sabino denomina de atraso.

A década do nascimento da Academia Catarinense de Letras é justamente a do declínio das Academias em âmbito nacional, onde elas deixam de compor a vanguarda das artes, embora alguns vanguardistas estejam nelas. Justo no momento em que as Academias país afora deixam de ser referência, em Santa Catarina cria-se uma. Para completar a arte defendida pelos membros da Academia local era o parnasianismo-realismo. A semana de Arte Moderna produzia seus efeitos nos grandes centros com a arte moderna e os artistas locais sequer chegaram ao pré-modernismo.

Entretanto, é preciso problematizar o termo “atraso” que Sabino utiliza para qualificar os fundadores da Academia Catarinense de Letras. Sem sombra de dúvida em termos cronológicos a fundação da Academia local está atrasada com relação à Academia Brasileira de Letras, que é a referência nacional. Porém no que concerne a concepção de arte o termo “atrasado” pode remeter a ideia que virar a ser o novo, que com o tempo será moderno, irá se atualizar por meio do contato e do conhecimento. O que simplesmente não procede e elementos apresentados pela própria autora desmentem essa qualificação de “atrasados” aos artistas catarinenses. Os fundadores da Academia Catarinense pelo menos no campo da literatura, foco deste artigo, tinham pleno conhecimento da semana de Arte Moderna de São Paulo e da produção dos adeptos das ideias expostas nela, portanto os acadêmicos apenas não se apropriaram das inovações do modernismo.

Entre os elementos trazidos por Sabino está o encontro entre Graça Aranha, grande expoente do modernismo, e os acadêmicos Altino Flores e Othon d’Eça. Onde o modernismo e a Semana de Arte Moderna também foram temas do encontro e Flores foi presenteado por Graça Aranha com seu mais recente livro *La Bête Conquérante* com a seguinte dedicatória “A Altino Flores, pela arte moderna, com muita esperança”⁴. Tanto é uma questão de gosto e de convicção a não aceitação do modernismo quem ainda em 51 os acadêmicos criticavam a nova concepção, como é o caso abaixo onde Othon d’Eça lamenta em sua coluna do jornal O Estado a adesão de Manuel Bandeira ao modernismo.

Mas um dia a sereia do “modernismo” cantou na sua vida: - Manuel Bandeira não tivera as preocupações de Ulisses, apesar de sua idade e de

4 SABINO, Lina Leal. *O Grupo Sul*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979. p.14.



suas magníficas virtudes pessoais, foi arrastado para o fundo mar... E abandonou as altitudes e veio voar sobre lezírias⁵.

Com base nos trechos selecionados pela própria autora para compor sua tese fica evidente que os artistas catarinenses não ignoram a arte moderna. Eles simplesmente não a apreciam, a tomam como inferior ou como não arte. Portanto trata-se de uma escolha deliberada pelo parnasianismo-realismo. O historiador não é imparcial, possui inclinações e convicções, no entanto, deve evitar ser tendencioso para não possuir uma visão muito limitada do panorama de seu objeto de estudo. Adotar o termo atrasado para se referir à geração da década de 20 é olhar exclusivamente pelas lentes dos artistas modernistas, pois para estes os defensores do parnasianismo e do realismo são atrasados, assim como a arte que defendem. É crer que o que vem depois é necessariamente melhor do que existia antes.

Movimento Modernista

Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 22 de fevereiro de 1942, quando a Semana de Arte Moderna completou vinte anos, Mário de Andrade escreve um longo texto sobre o evento e suas consequências. O autor, um dos principais responsáveis pela Semana de Arte Moderna e um dos grandes expoentes do modernismo, afirma em seu texto não haver espaço para abarcar a extensão e complexidade do modernismo, contudo enumera o que considera ser as conquistas essenciais dele: direito à pesquisa estética, atualização da inteligência artística brasileira e a permanência de uma consciência criadora nacional. Mário de Andrade admite que no passado alguns autores não modernistas possuíram essas características, porém eram ilhas isoladas, seres pontuais e espaçados no tempo. Portanto, muito longe de conseguirem desencadear um movimento que transformasse essas características em marca constante da produção artística nacional⁶. Para Mário de Andrade no Brasil, antes do Movimento Modernista, era lugar comum entre intelectuais e artistas a falta de iniciativa criadora, onde não se produzia algo próprio e tudo era cópia da Europa. Tratava-se da adoção de um academicismo europeu, com suas normas, leis e convenções sem levar em consideração as particularidades do país.

5 SABINO, 1979, p. 15.

6 ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade e o Movimento Modernista*. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/175420-11>> Acesso em: 06/11/2016.



Quanto à conquista do direito permanente de pesquisa estética, creio não ser possível qualquer contradição: é a vitória grande do movimento no campo da arte. E o mais característico é que o antiacademismo das gerações posteriores a da Semana de Arte Moderna se fixou exatamente naquela lei estético-técnica do fazer melhor, e não como um abusivo instinto de revolta, destruidor em princípio, como foi o do movimento modernista. Talvez seja este, realmente, o primeiro movimento de independência da inteligência brasileira, que se posta ter como legítimo e indiscutível⁷.

Ambiente de surgimento do Grupo Sul

Os fundadores da Academia Catarinense de Letras não foram adeptos da arte moderna, a grande contribuição desse grupo foi trazer para o debate as artes, em criar um ambiente e uma rede de contatos de discussão sobre o tema. As artes, principalmente a literatura, passaram a ter um espaço regular na sociedade, os imortais da Academia formavam um conjunto articulado para discuti-las e promovê-las, o que até então não existia no estado. Antes era apenas uma ou outra personalidade avulsa. Ou seja, esses acadêmicos conseguiram tirar as artes do campo da curiosidade e do superficial, conseguiram criar um ambiente onde elas passaram a ter relevância, as tiraram da categoria de acessório ao criarem um espaço exclusivo de encontro para elas: Academia Catarinense de Letras. Como bem ressalta Sabino na década de 20,

Na década de 20, quando surge. É um movimento renovador do ambiente cultural em que se instala, embora defasado em relação ao fazer literário brasileiro pois vive o Realismo/Parnasianismo enquanto o Modernismo efervesce em São Paulo⁸.

Na década de 40 uma nova geração de artista que assim como a anterior tem contato com a arte moderna, porém ao contrário desta aprecia essa nova estética e considera o cenário artístico catarinense monótono e decadente, pois ele ainda é o mesmo da época da fundação da Academia Catarinense de Letras (anos vinte) que por sua vez remete as produções nacionais do final do século anterior⁹. Essa nova geração olha para a Semana de Arte Moderna e para o Modernismo com os mesmos olhos que Mário de Andrade, da mesma maneira que este se expressa em seu artigo, tanto é assim que seu movimento leva o nome de

7 ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade e o Movimento Modernista*. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/175420-11>> Acesso em: 06/11/2016.

8 SABINO, 1979. p.22.

9 Ibidem, p.22.



Círculo de Arte Moderna e ela pretende trazer para o estado catarinense as três contribuições essenciais, citadas por Mário de Andrade, que o Movimento Modernista logrou estabelecer nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Sabino rastreia o nascedouro dos modernistas do estado em novembro de 1946 no jornal *Folha da Juventude*, em seu primeiro número¹⁰. Nele, o jornal oferece seu espaço a todos os clubes de jovens, uma clara intenção do periódico em renovar as artes. Neste mesmo jornal, já na edição de número cinco aparece o nome *Círculo de Arte Moderna* que virá a ser conhecido como Grupo Sul, como bem explica Sabino:

Localizamos no *Folha da Juventude* nº 5, de julho de 1947, um artigo intitulado “Dois prêmios literários”. Comenta o fato de que Aníbal Nunes Pires, com o conto “Cafezinho de visita” e Antonio Paladino, com “A morte do vovô”, foram premiados pela Revista da Semana. O artigo vem assinado por Ody F. e S. (Ody Fraga e Silva) e a assinatura é seguida desta informação: “do Círculo de Arte Moderna”. Ao final do texto lê-se uma nota da redação referente aos dois autores premiados: “Ambos fazem parte, também, do Círculo de Arte Moderna”¹¹.

O jornal *Folha Juventude* é o órgão oficial da Associação da Juventude Catarinense que com o apoio da Imprensa Oficial do Estado consegue publicar seis números¹². Os encontros tanto de discussão quanto de boêmia promovidos pelo grupo já não são o suficiente, pois há a necessidade de atingir o público. Dessa necessidade surge o grupo Círculo de Arte Moderna, entre os fundadores estão Salim Miguel, Ody Fraga, Antonio Paladino e outros.

No primeiro semestre de 1947 surge outro jornal, *Cicuta*¹³, amador e datilografado também foi produzido por membros do Círculo de Arte Moderna, contudo sua tiragem era muito menor e distribuída apenas a alguns poucos. Até porque o teor ácido e a sátira contida nele o impediria de passar pela censura¹⁴.

No mês seguinte à publicação do quinto número do *Folha da Juventude* e a última edição do *Cicuta*, em 23 de agosto, Salim Miguel escreve em *O Diário da Tarde* o artigo *Círculo de Arte Moderna*. Nele condena o marasmo da cultura catarinense e a necessidade de

10 SABINO, 1979, p. 26.

11 Ibidem, p. 26.

12 Ibidem, p. 30.

13 Ibidem, p. 41.

14 Ibidem, p. 45.

abandoná-lo, além de afirmar que os jovens do Círculo de Arte Moderna vão tomar providências nesse sentido¹⁵.

A Revista Sul

Os membros do Círculo de Arte Moderna já estavam desejosos de possuir sua própria revista, a exemplo do que ocorria em outras partes do país e do exterior. Pois, cabe lembrar que o jornal *Folha da Juventude* pertencia à Associação da Juventude Catarinense, embora alguns membros do Círculo fizessem parte da AJC, o veículo não era exclusivo.

O ano de 1947 foi o período de formação do Círculo de Arte Moderna e ao se perceberem articulados trabalharam para possuir um veículo próprio por onde exprimiriam suas ideias e concepções sem precisar persuadir pessoas que não compartilham de seus ideais a lhes cederem algum espaço. O trecho selecionado traduz bem a intenção e a necessidade sentida pelos os membros do Círculo.

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita¹⁶.

Pela elucidação dada utilizaremos o primeiro número da publicação onde, de forma mais evidente, os autores da *Revista Sul* apresentam suas intenções e ideias. A primeira página da revista aparece um artigo sem título assinado por Aníbal Nunes Pires, porém no índice da revista o artigo aparece com o título *Apresentação*. É justamente o que ocorre nesse artigo, é o primeiro do primeiro número e tem como objetivo esclarecer as pretensões do Círculo de Arte Moderna com a *Revista Sul*.

Aníbal Nunes Pires não faz um ataque frontal à arte vigente e tão defendida pelas gerações anteriores. Em nada lembra os deboches, os escárnios e a críticas ferrenhas dos modernistas da semana de 22. O tom é brando e cordial. Pode ser que a censura e a necessidade de utilizar a Imprensa Oficial do Estado tenha contribuído para o tom ameno. Contudo, não é possível reduzir somente a isso ou mensurar essa influência. A evidência que temos que a censura era algo a ser considerado é o fato dos autores do jornal *Cicuta*, que

15 Ibidem, p. 27.

16 LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 3º edição. São Paulo: Contexto, 2015. p.140.



posteriormente integrarão a *Revista Sul* sequer tentaram publicá-lo oficialmente por considerarem que jamais passaria pela censura ou terem escrito em tom semelhante, cheio de escárnio e críticas irônicas, em outros periódicos.

De início, Pires deixa subentendido que as artes anteriores às tidas como modernas não são mais o suficiente para representar a sociedade e satisfazer os seus anseios. Essa é a crítica apresentada à geração fundadora da Academia Catarinense de Letras. Não há um repúdio a ela, mas uma afirmação que seus ideais não bastam mais.

No mesmo texto, Pires, defende os modernistas de seus críticos nos seguintes termos.

[...] quando corremos em busca do seu conceito mais perfeito, mais humano, mais de acordo com as verdades atuais, mais liberta, mais Arte mesmo, somos acusados de iconoclastas, destruidores atômicos de tudo quanto nos legaram nossos antepassados. Absolutamente. Agradecemos sinceramente, o que nos legaram. Mas só admiramos e agradecemos àqueles, de cujas obras o tempo fez a sua admirável seleção. Não negamos que os modernos não façam trabalhos medíocres. É muito mais fácil ser medíocre numa época de renovação, mas deixemos que o tempo continue a ser o juiz, ele fará a seleção, consciente e imparcialmente¹⁷.

A resposta de Aníbal Nunes Pires evidencia que as críticas desferidas contra a arte moderna na década de 20 ainda continuam vivas, apesar de ter decorrido mais vinte anos. Em resposta, utiliza a expressão “verdades atuais” entre outras para afirmar que o modernismo é necessário para abarcar novas visões e necessidades, o que a arte de então já não era capaz. Quando acusado de ingratidão com os antepassados, rejeita a crítica dizendo reconhecer os grandes trabalhos. Por fim, demonstra criticidade ao alegar que obras modernas são passíveis de mediocridade. O texto de apresentação da *Revista Sul* ganha mais importância devido ao fato de seu realizador ter sido o diretor responsável por todas as trinta publicações da revista. A tabela a seguir apresenta o número de publicações e os respectivos anos de maneira detalhada, com o número de revistas publicadas e seu tempo de existência, números publicados em cada ano, diretor ou diretores responsáveis por cada publicação, além da formatação das revistas¹⁸.

17 PIRES, Aníbal Nunes. Apresentação. *SUL Círculo de Arte Moderna*. Florianópolis, ano 1, nº 1, p.1, janeiro de 1948.

18 SABINO, 1979. p.47.



Tabela 01: Revista Sul – detalhamento de publicações

Ano	Nº	Mês	Ano de publicação	Diretores	Formato em cm	Nº de páginas
I	1	Jan	1948	Aníbal Nunes Pires	23x32	16
I	2	Fev	1948	Aníbal Nunes Pires	23x32	16
I	3	Abr	1948	Aníbal Nunes Pires	23x32	16
I	4	Jun	1948	Aníbal Nunes Pires	23x32	16
I	5	Ago	1948	Aníbal Nunes Pires	23x32	16
I	6	Dez	1948	Aníbal Nunes Pires, Hamilton Valente Ferreira	23x32	20
II	7	Fev	1949	Aníbal Nunes Pires, Fúlvio Luiz Vieira	23x32	20
II	8	Abr	1949	Aníbal Nunes Pires, Fúlvio Luiz Vieira	23x32	22
II	9	Ago	1949	Aníbal Nunes Pires, Eglê Malheiros Ody Fraga, Sálvio de Oliveira	23x32	24
II	10	Dez	1949	Aníbal Nunes Pires, Eglê Malheiros, Ody Fraga	23x32	28
III	11	Mai	1950	Aníbal Nunes Pires, Archibaldo Cabral Neves	23x32	28
III	12	Out	1950	Aníbal Nunes Pires, Archibaldo Cabral Neves	23x32	32
IV	13	Abr	1951	Aníbal Nunes Pires	16x23	64
IV	14	Ago/Set	1951	Aníbal Nunes Pires	16x23	68
V	15	Mar	1952	Aníbal Nunes Pires	16x23	72
V	16	Jun	1952	Aníbal Nunes Pires	16x23	88
V	17	Out	1952	Aníbal Nunes Pires	16x23	80
V	18	Dez	1952	Aníbal Nunes Pires	16x23	72
VI	19	Mai	1953	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	56
VI	20	Ago	1953	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	72
VI	21	Dez	1953	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	96
VII	22	Jul	1954	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	88
VII	23	Dez	1954	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	96
VIII	24	Mai	1955	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	96
VIII	25	Ago	1955	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	96
IX	26	Fev	1956	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	128
IX	27	Mai	1956	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	128
IX	28	Dez	1956	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	96
X	29	Jun	1957	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	96
X	30	Dez	1957	Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel	16x23	152

Especificamente sobre literatura, o principal encarregado por analisar e divulgar as obras na Revista Sul é o escritor Salim Miguel. Ele já está presente no primeiro número, onde Aníbal Nunes Pires explica a intenção da Revista com relação às artes, Salim Miguel faz o mesmo em relação específica à literatura.

Em sua coluna *Por Falar em Livros...* o primeiro artigo *P'ra início de conversa* em várias passagens Salim Miguel assegura que sua preocupação é com qualidade da obra e que não levará em conta quem escreve, se é famoso ou pouco conhecido, e nem partidarismo. Portanto, para o autor, em sua crítica, prevalecerá a sua aprovação ou não da obra analisada,

Ainda que o nosso melhor amigo escreva um “abacaxi”, diremos que é um “abacaxi”, E, do mesmo modo, elogiaremos o livro de um inimigo, se êle o merecer. E, ainda, tanto criticaremos um livro de escritor famoso, nome já feito, como elogiaremos uma estréia¹⁹.

No mesmo texto evidencia-se a rivalidade entre os modernistas e os não modernos. Onde Salim Miguel explicita uma das principais críticas dos modernistas aos “antigos” que é um excesso de preocupação com a técnica que eclipsa o conteúdo. Uma enorme riqueza na forma e uma grande pobreza no conteúdo.

Não cuidaremos tampouco de gramática, regrinhas e que tais. É preferível um livro com idéias, com alguma coisa, a um livro perfeito em gramático, em regras de fazer livros bem feitinhos e vasios²⁰.

Outro ponto em comum do texto de Salim Miguel com o de Pires é o reconhecimento que muitas obras modernas são decepcionantes. A diferença é que este fala de todas as formas de arte e aquele, especificamente da literatura. Salim Miguel deixa claro que há um limite ao afirmar “É preciso não confundir bagunça com liberdade” e cita alguns casos em que autores incorreram neste “crime”.

Nunca teremos coragem de, recomendar aos leitores, Suzanas (Nelson Rodrgiues) Flags, Senhoras Leandro Dupré e outros abacaxis. Disto estamos certos. Livros assim, se algum dia nos abalarmos em analisar, será somente para mostrarmos o quanto de irreal, de falso, eles contêm, e o mal que fazem²¹.

19 MIGUEL, Salim. *P'ra início de conversa*. *SUL Circulo de Arte Moderna*. Florianópolis, ano 1, nº 1, p.6, janeiro de 1948.

20 Ibidem, p.6.

21 MIGUEL, 1948, p.6.



O colunista acredita que há livros que nada acrescentam e até mesmo podem ser prejudiciais. Pelo teor da crítica os livros do trecho selecionado se encaixam nesse perfil. Em outro aspecto do seu artigo Salim Miguel busca uma interação com o público leitor ao informar que haverá na revista espaço para críticas de leitores. Também assegura que os textos assinados por eles serão de acordo com suas próprias opiniões, além de relativizar suas declarações ao afirmar que o livro analisado por eles não será nem bom e nem ruim, apenas que de acordo com suas percepções o consideram apreciável ou não. Assim, saem do pedestal em que muitos críticos se colocam.

Conclusão

Entre as intenções da criação da revista Sul pelo Círculo de Arte Moderna está abrir um canal de comunicação dos adeptos dessa forma de fazer arte com o público. Era possuir um espaço exclusivo não só de divulgação como também defender a arte moderna dos ataques dos seguidores do realismo-parnasianismo. Além de arrecadar fundos, por meio dos anunciantes, para publicação de obras, pois em termos de quantidade de obras publicadas o Grupo Sul foi muito mais produtivo que a geração anterior. Sem contar que na revista havia espaço para o leitor se fazer presente, como a possibilidade de ter suas críticas e opiniões publicadas.

A Revista Sul foi uma das mais longevas desse gênero, durou dez anos e teve trinta publicações. Durante esse período foi um veículo importante para viabilizar a publicação de obras de autores modernos, assim como para os tornarem conhecidos.

Referências

ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade e o Movimento Modernista*. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/175420-11>> Acesso em: 06/11/2016.

BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. 3ª edição. São Paulo: Livraria Duas cidade, editora 34. 2010.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 49ª edição. São Paulo: Cultrix 2013.

JUNKES, Lauro. *Anibal Nunes e o Grupo Sul*. Florianópolis: EdUFSC, Ed Lunardelli, 1982.



MIGUEL, Salim. P'ra início de conversa. In *SUL Círculo de Arte Moderna*. Florianópolis, ano 1, nº 1, janeiro de 1948.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.

PIRES, Aníbal Nunes. Apresentação. In *SUL Círculo de Arte Moderna*. Florianópolis, ano 1, nº 1, janeiro de 1948.

SABINO, Lina Leal. *O Grupo Sul*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

SILVA, Héverton Malagoli. *Modernidade, modernos e modernistas*. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis – UFSC, v.1, n.2, 2007.

SOUZA, Manoela Nascimento. *Modernidade, modernos e modernistas*. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis – UFSC, v.9, n.2, 2015.

SUL Círculo de Arte Moderna. Ano I – Florianópolis, janeiro de 1948. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/noticia/175420-11>>

Recebido em 15 de novembro de 2016

Aceito para publicação em 18 de abril de 2017



Os rostos do imperialismo estadunidense: o OCIAA de Florianópolis (1943-1945)

Gabriel Lecznieski Kanaan

glkanaan@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo tem como tema geral a construção da hegemonia estadunidense no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de uma abordagem micro-histórica, o foco da análise será na Florianópolis dos anos 40, utilizando como fonte documental os arquivos do Escritório do Coordenador de Assuntos Inter-Americanos (Office fo the Coordinator of Inter-American Affairs - OCIAA) que existiu em Florianópolis de 1943 a 1945. O objetivo central da pesquisa será compreender as relações de força que foram criadas ao redor do Office, investigando 1) a relação do escritório com o poder público e privado, buscando compreender qual era o lugar da agência no cenário político local, e 2) quem eram os agentes do escritório de Florianópolis e por que vincularam-se a ele.

Palavras-chave: história de Santa Catarina; Imperialismo; OCIAA.

Abstract: This article has as its general theme the construction of US hegemony in Brazil during World War II. Based on a microhistorical approach, this analysis focus in Florianópolis in the 1940s, using the archives of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA) that existed in Florianópolis from 1943 to 1945. The main objective of the research is to understand the power relations that were created around the Office, investigating 1) the relation of the office with the public and private power, seeking to understand the place of the agency in the political scenario and 2) who were the agents of the Florianopolis office and why they were associated with it.

Keywords: history of Santa Catarina; imperialism; OCIAA.

"Micro-história é um termo ambíguo". A expressão não é homogênea e muito menos representa um grupo de historiadores de perspectivas históricas iguais¹. Mesmo assim, é possível apontarmos para uma base fundante da micro-história: essa abordagem concretiza-se como "sintoma da crise de confiança"² que se instaura nas ciências sociais durante as décadas de 70 e 80³ em relação aos grandes modelos estruturais explicativos, pondo em questão a abordagem macrossocial.

Hebe Mattos aponta o trabalho de Thompson, "A formação da classe operária inglesa", de 1963, como pioneiro nesse deslocamento da análise das estruturas sociais para a análise da "interação entre os atores, seus projetos conscientes e a imprevisibilidade da fabricação do

1 LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207.

2 REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 19.

3 Ibid. p. 18.



social"⁴. Segundo Mattos, as perspectivas estruturalistas, onde prevalecia a "convicção de que havia estruturas e segredos a serem desvendados para além da consciência e das identidades dos atores históricos" foram questionadas por diversos grupos das ciências sociais, sendo o movimento da micro-história italiana um desses principais contestadores⁵

A micro-história propõe, portanto, uma alternativa ao modelo de análise das grandes estruturas, buscando enfatizar a *complexidade* das relações sociais e suas *particularidades*. Ginzburg, o historiador italiano que talvez seja o mais conhecido representante do grupo, argumenta como a história encontra seus fundamentos epistemológicos no paradigma de ser uma "disciplina indiciária por excelência", "incapaz de se desvencilhar dos elementos singulares, individuais e irrepetíveis"⁶.

Ao insurgirem-se contra essas simplificações totalizantes da história social, as pessoas da área da micro-história buscaram, através da redução de escala, e da centralidade conferida ao papel do particular⁷, compreender aspectos da realidade social que escapam ao olhar macroscópico. Ao alterar o *zoom* da lente com que o(a) historiador(a) observa o passado, o mesmo fenômeno irá se apresentar de formas diferentes. Nas palavras de Jacques Revel, "variare a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, *significa modificar sua forma e sua trama*". A mudança de escala "não consiste em apenas representar uma realidade constante em tamanho menor ou maior, e sim em *transformar o conteúdo da representação* (ou seja, daquilo que é representável)"⁸ (grifos meus).

Assim, ajustaremos o foco do nosso olhar para as ações locais de indivíduos particulares, prestando atenção especial ao detalhe, ao específico, ao particular das trajetórias de vida dos agentes do Office. Seguiremos a indicação de Benito Bisso Schmidt sobre a importância do estudo das biografias na história, para ele "outra forma de compreender os contextos sociais que resgata o papel da ação individual nos processos históricos como forma de se questionar os determinismos"⁹.

Todavia, nunca é demais lembrar que é importante ter em mente, como bem lembra

4 MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 95-96.

5 Ibid. p. 96.

6 GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

7 LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 133-161.

8 REVEL, 1998. p. 20.

9 SCHMIDT, Benito Bisso. *História e Biografia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 193.

Jacques Revel, que esse "individualismo metodológico tem limites, já que é de um conjunto social – ou melhor, de uma experiência coletiva – que é sempre preciso procurar definir as regras de constituição e de funcionamento"¹⁰. Ginzburg vai na mesma direção ao dizer:

Da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes - uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um¹¹.

O que a micro-história defende não é, portanto, "um elogio ao *small is beautiful*"¹², uma análise do particular por si só, sem preocupações com uma compreensão dos processos históricos: muito pelo contrário, ela, em primeiro lugar, afirma que todo ator histórico está inscrito em um dado contexto. O que está traz como bandeira original é perceber a história local não mais como mero reflexo dos contextos globais, mas sim como versões diferentes das realidades macrossociais. Tragamos aqui outro trecho esclarecedor de "Jogos de Escalas":

[...] O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma *modulação particular* da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é, este é o ponto, *uma versão diferente*¹³ (grifos meus).

Nesse sentido, Jacques Revel defende que o micro não goza de nenhum privilégio especial, sendo o cerne da questão o princípio da variação de escala. Essa variação irá possibilitar novas formas de se entender um mesmo fenômeno histórico, não sendo, porém, o conhecimento gerado pela abordagem micro mais "verdadeiro" que o resultante das macro análises; ambos não são, do mesmo modo, satisfatórios, visto que os processos históricos são movidos precisamente pelo conjunto desses dois (senão mais) níveis¹⁴.

Aqui coloca-se um ponto-chave para este artigo. Como dito anteriormente, essa abordagem microscópica tem o objetivo de perceber partes da realidade que passariam despercebidas se não estivéssemos munidos de uma lupa. Portanto, vê-se o trabalho como

10 REVEL, 1998. p. 23.

11 GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Apud SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 194.

12 LIMA, 2012, p. 222.

13 REVEL, 1998. p. 28.

14 Ibid. p. 32.



complementar a abordagens que tomam como cenário de análise nada menos do que o continente americano inteiro.

A criação do OCIAA de Santa Catarina

Na elaboração desse artigo, o tema (imperialismo estadunidense) surgiu antes da perspectiva específica de abordagem. Foi lendo o livro de Giovanni Levi, “A herança imaterial”, que chamou-me muita atenção o capítulo em que Levi discute o poder imaterial criado ao redor de Giulio Cesare Chiesa (“Capítulo IV: a autoridade de um homem ilustre: Giulio Cesare Chiesa”). Esse havia construído ao seu redor grande prestígio político perante a comunidade, o qual emanava do seu ascendente moral e relações sociais e não das suas posses ou investidura política. No entanto, esse poder simbólico não deixava de ser, em nenhum momento, menos real do que um poder assentado em posses de terras.

Giulio Cesare era tabelião na cidade de Santena. Havia sido escolhido pelo representante feudal da cidade como corregedor e juiz da sua jurisdição no ano 1647, quando Cesare tinha aproximadamente 30 anos¹⁵. Como Santena estava em relação muito instável com as outras cidades italianas vizinhas, principalmente Chieri, o tabelião atuou muito na construção das relações de Santena com o restante da região e com o poder centralizado do Estado que crescia no século XVII. O que nos interessa aqui para a nossa pesquisa é a percepção de Levi das escalas onde o poder se exercia naquele cenário. As relações de força dentro de Santena não eram reflexo mecânico e direto do poder centralizado do Estado que se formava adentrando e se impondo na cidade, mas sim configuram-se como um outro nível de poder. Obviamente, não eram essas relações de poder em Santena autônomas e independentes de modo completo das estruturas de poder maiores, com as quais mantinha relações; no entanto, configurava-se de outro modo, de acordo com as particularidades do local.

Essa percepção me pareceu muito interessante para pensarmos o imperialismo estadunidense a partir de uma abordagem micro-histórica. Essa atenção metodológica aos diversos níveis ou escalas onde se exerce o poder nos dá maior base para começarmos a pensar e refletir sobre como o Office operou na capital de Santa Catarina. Afinal de contas, o Estado centralizado não exerce seu poder através de um “raio-laser”, mas por meio de seus agentes. O imperialismo estadunidense se inseriu nos círculos políticos locais trazendo e formando quadros

15 LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 177-8.



políticos da região para suas causas. E nesse processo, esses personagens evidentemente adequariam os interesses dos Estados Unidos aos seus interesses e estratégias.

Em agosto de 1940 a agência Office of the Coordinator of Inter-American Affairs foi criada pelo governo norte-americano, com a intenção de aprofundar as relações comerciais e culturais entre o país e a América Latina. O objetivo central do Office era exaltar a civilização norte-americana como o paradigma civilizacional a ser seguido pelos outros países da América (o que fazia muito sentido no Brasil, onde ainda havia, na década de 30, um certo repúdio por parte das elites em relação à cultura de massas dos Estados Unidos, que era vista como inferior em relação à cultura francesa)¹⁶. A base do trabalho da agência era a exibição de filmes e programas de rádio que propagavam essas ideias¹⁷, dando ênfase no esforço de guerra estadunidense – tanto da indústria que produzia os materiais de guerra como dos soldados que batalhavam no front – e na construção de uma imagem negativa da Alemanha.

Em 1941, foi criada uma sede do escritório no Rio de Janeiro. Dois anos depois, mais 13 escritórios foram criados pelo resto do Brasil, sendo um dos 13 em Florianópolis. Em 5 de janeiro de 1943, Frank E. Nattier (representante do Office no Rio de Janeiro) envia uma carta ao cônsul de Florianópolis (Reginald S. Kajanjian) falando sobre a proposta de criação do Sub-comitê do Office na cidade¹⁸. Nela, Nattier fala sobre como os Sub-Comitês Regionais serão comandados, sempre que possível, por americanos locais (o comando será de brasileiros somente quando não houverem americanos locais disponíveis). Os Sub-Comitês irão agir em cooperação com os Consulados. O orçamento fornecerá um técnico cinematográfico, um publicitário e um secretário para administrar a Imprensa e os programas de Rádio (além do Diretor). Em documentos posteriores, informa-se que o orçamento do escritório era de no máximo Cr. \$7.000,00. Há fundos também para transporte local, aluguel, luz, telefone, postagens e suprimentos.

Em 25 de março de 1943, Mr. Ulysses Grant Keener, Diretor Associado do Departamento de Informações no RJ, e Mr. Townsend Munson, Conselheiro Geral do Office no Rio, vão visitar as cidades de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre para explicar o programa

16 TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 13-6.

17 Como fica evidente a partir da análise dos documentos do Office de Florianópolis. Também é colocado isto por TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

18 *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis. 05/01/1943.



completo ao consulado regional (do estado)¹⁹. E em 6 de abril, o Comitê é oficialmente criado. Nesse relatório, ressalta-se a função principal da agência: “Os filmes são a atividade mais importante das atividades regionais. Não há dúvida de que os filmes são a nossa mais efetiva mídia. Isso é particularmente verdade no Sul, onde devemos combater a propaganda nazista e afastar as pessoas de suas ligações naturais de sangue com a Alemanha e Itália”²⁰.

Segundo Gerson Moura, os trabalhos do campo da política internacional e da política externa brasileira, grosso modo, podem ser divididos em dois grandes grupos: aqueles que veem o cenário político brasileiro como reflexo da estrutura mundial e Imperialismo estadunidense, e aqueles que acreditam ser a atuação da política brasileira movida pela total independência e autonomia dos seus atores²¹. Esse artigo caminha próximo às análises de Antônio Pedro Tota e Gerson Moura, que procuram compreender as relações entre as diferentes escalas e analisar a atuação relativamente autônoma dos sujeitos históricos inseridos em determinada estrutura condicionante. No entanto, os autores, embora tenham entendimento próximo, não operam com a metodologia da micro-história, o que pode trazer novas questões para refletirmos sobre essa relação micro e macro, a qual Gerson Moura refere-se como estrutura e conjuntura. A intenção desse trabalho é justamente esta.

É o uso da “metodologia” (na falta de termo melhor) micro-histórica para abordar tal temática que constitui esse trabalho como uma proposta de complementar os estudos relativos a esse tema e avançar nas discussões. Seguir-se-á a proposta metodológica de Levi para, analisando o cenário político local florianopolitano, pensarmos o Imperialismo estadunidense:

Na micro-história a redução da escala se utiliza para compreender a história geral. (...) Isto pode ser ilustrado se considerarmos de que maneira se usa o microscópio. Através dele, podemos ver as coisas anteriormente não visíveis, mas que existiam. (...) A micro-história procura analisar como funciona a sociedade na sua base e, através desses dados, generalizar conclusões com o intuito de gerar perguntas e respostas capazes de serem comparáveis em outros contextos. (...) Ao perceber o micróbio, é possível generalizar e entender a doença²².

19 Correspondência de Nattier para Kazanjian. 8 de março de 1943. General Records, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis. 08/03/1943.

20 Relatório de Keener e Munson sobre a criação do Comitê Regional de Florianópolis. General Records, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis. 06/04/1943.

21 Moura, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Nova Fronteira, 1980. p. 35.

22 Entrevista de Juan José Marín a Giovanni Levi. Heredia: (Costa Rica) 1999, p. 2. <http://historia.fcs.ucr.ac.cr/mod-his/e-levi-cost.htm>. APUD DOESWIJK, Andreas L. Resenha de Herança Imaterial. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_rsh1.htm.

O OCIAA sob o olhar da lupa

Discutida teoricamente a abordagem do trabalho e a problemática do artigo, passemos à apresentação e análise da documentação que investiguei. Utilizei os documentos (aproximadamente 600) do escritório do Office de Florianópolis e hoje arquivados no Record Groups 229 do NARA (National Archive and Record Administration), ARC Identifier 824495, Textual Records from the Office of Inter-American Affairs, Department of Information, Regional Division, Coordination Committee for Brazil. Florianópolis. A análise dessas fontes levantou as duas principais reflexões deste artigo: 1) relação do escritório com o poder público e privado, buscando compreender qual era o lugar da agência no cenário político local, atentando para o papel dos indivíduos na construção dessas relações de força locais e 2) quem eram os agentes do escritório de Florianópolis e por que vincularam-se a ele.

1. Em fins do ano de 1943, com o Escritório do Office já estabilizado na cidade de Florianópolis (o referido foi criado em abril de 43, mas só iniciou seu funcionamento em junho, por não possuir espaço físico até então)²³, William Preston Rambo, vice cônsul dos Estados Unidos em Santa Catarina e presidente do Office em Florianópolis (desde novembro de 1943) envia uma carta ao prefeito da cidade, Rogério Vieira, que havia sido nomeado por Nereu Ramos em agosto de 42. Na carta, Rambo demonstra grande simpatia aos projetos apresentados pela Sidney Ross Company em uma palestra realizada Florianópolis, proferida por Frank Becerra, um dos representantes da empresa (nas palavras do vice-cônsul, teria “*havido um completo entendimento entre o sr. Frank Becerra e a Comissão Local de Negócios Inter-Americanos*”), pedindo a Vieira que fosse favorável às pretensões da firma.²⁴ O interessante aqui é a tríplice aliança que Rambo procura concretizar entre o Office, uma empresa da iniciativa privada e o poder público municipal. Alcino Fanaya, o primeiro presidente do Office de Florianópolis (substituído depois por Rambo), era também representante da Texas Co. Parece que para homens que possuíam poder econômico na cidade a vinculação com o escritório poderia propiciar ascensão das vinculações políticas daqueles que não faziam parte dos círculos

23 *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis, 09/04/1943. Vide anexo I. *A Gazeta*. Santa Catarina, Florianópolis, 3 jun. 1943.

24 Correspondência de William Preston Rambo (então Presidente do Office de Florianópolis) para Rogério Vieira (então Prefeito de Florianópolis). Florianópolis, 06 de dezembro de 1943. IMG 2989. *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil.



políticos tradicionais.

Outros documentos que encontramos também sugerem uma tendência do Office de Santa Catarina em aliar-se com setores públicos e privados²⁵. Em um relatório do Office (sem data), comenta-se sobre uma possível parceria agora com um órgão público diretamente, o Departamento de Educação do Estado, supervisionado pelo Dr. Elpidio Barbosa. Este havia perguntado se haveria um projetor e seu respectivo operador que poderiam ficar à disposição do Estado, oferecendo em troca contribuir com as despesas de viagem e hospedagem do operador, bem como cederia o fim da tarde para as exposições audiovisuais (showings) do Office. O documento completa dizendo que seria de grande valia o acordo, pois faria da programação estadunidense algo oficial²⁶.

Aqui, novamente, temos vestígios da rede de relações que começava a se formar em torno do Office Florianópolis, a partir do momento em que a agência começava a participar ativamente da vida política da cidade e a exercer influência nos processos políticos da capital. Enquanto no primeiro documento abordado temos uma indicação de que Rambo estava inserido no grupo de articuladores e tomadores de decisão da cidade florianopolitana (ao sugerir ao poder municipal que firmasse contratos com a Sidney Ross Company), no segundo temos o interesse do poder público municipal na própria estrutura material do Office, no caso, nos projetores da agência. Assim, o poder da agência em Florianópolis dava-se de acordo com o apoio material que recebia do governo estadunidense (na forma de tecnologia, com equipamento e técnica, e dinheiro), o que respaldava na posição política dos agentes do Office na cidade. Em outras palavras, a riqueza de capital da agência ajudava muito na ascensão e fixação dos agentes do escritório na elite política da cidade.

Além do diálogo do Office com a Sidney Ross Company e a Prefeitura e de sua aliança com o Departamento de Educação, o Office agia em conjunto com o Instituto Brasil Estados Unidos de Florianópolis. Uma carta do presidente do Instituto na cidade (Erasto Macedo) para o Diretor da Divisão de Informação do Office (Ulysses Grant Keener) inicia fazendo referência a uma outra correspondência enviada também por Erasto Macedo para Alcino Fanaya (presidente do Office de Florianópolis desde sua criação, em abril de 1943, até novembro de 1943) no dia 1º de setembro de 1943. Na carta, Erasto “solicitava àquele senhor, a fineza de

25 Esta tendência foi também observada por MELLO, André Vinícius Inácio Pena. *O Tio Sam na ilha de Santa Catarina: o funcionamento do Office of The Coordinator of Inter-American Affairs de Florianópolis (1943-1944)*. TCC, UFSC, 2013. p. 41.

26 Relatório do Office de Florianópolis. *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Vide anexo IV.



fornecer, a título de empréstimo, a máquina e demais material cinematográficos, bem como ceder os senhores Eurico Hosterno e Danilo Silva, para fazerem uma viagem ao interior do Estado, viagem esta patrocinada e custeada por este Instituto”²⁷.

Este primeiro parágrafo parece nos mostrar que Macedo e Fanaya (diga-se, o Instituto e o Office) agiam, ao menos nessa ocasião, em parceria. A viagem realizada pelo secretário (Eurico Hosterno) e pelo office-boy (Danilo Silva) do OCIAA teve o objetivo de realizar mostras de filmes pelo interior de Santa Catarina. Ela foi realizada entre o dia 1 e 23, haja vista que o segundo parágrafo da correspondência do dia 23 começa com a sentença “tendo finalizado a viagem (...)”. Novamente, percebe-se a rede de relações que formava-se entre os agentes do Office e outras instituições, governamentais ou privadas. E novamente a relação se pauta (além do interesse do Office em firmar-se no novo cenário e buscar aliados que os ajudassem em suas missões) no interesse destas instituições pelo maquinário tecnológico e pelo pessoal especializado da agência.

Sobre esse episódio, é curioso o seguinte fato: a carta de 1 de setembro de Erasto para a Direção do Office no Rio de Janeiro, solicitando a parceria para a realização da viagem, é respondida por U. G. Keener para o escritório de Florianópolis no dia 20 de setembro, onde Keener manifesta-se favorável à parceria. À primeira vista, parece que o Office funciona a partir de uma forte centralização, onde a autorização da Sede Principal do Office era necessária para firmar a parceria local. No entanto, o documento escrito por Erasto no dia 23 de setembro comunica que a viagem já está finalizada. E uma viagem ao interior do Estado necessitava certos preparativos, e não se realizaria tão rapidamente entre os dias 20 e 23. Sem dúvida, a viagem teve início antes da autorização formal e oficial do Office do Rio de Janeiro (para no dia 23 já estar finda), se concretizando a parceria a nível local sem o aval da sede.

Em novembro de 43, Alcino Fanaya se afasta do cargo que ocupava de presidente do escritório da Ilha. Então, quem assume a função é o vice-cônsul dos EUA em Florianópolis, William Preston Rambo, que passa a exercer os dois encargos simultaneamente. Mais uma vez temos uma pista de que havia grande permeabilidade entre o escritório e outras instituições. Ao lado do Office, corriam o Instituto Brasil Estados Unidos, a Embaixada dos EUA e o Estado Brasileiro enquanto Poder Público Municipal.

27 Correspondência de Erasto Macedo (presidente do Instituto Brasil Estados Unidos em Florianópolis) para Ulysses Grant Keener (Associate Director Information Division Coordinator of Inter-American Affairs, Rio de Janeiro). Florianópolis, 23 de setembro de 1943. IMG 2999, 3000, 3001. *General Records*, compiled 1941 – 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Vide anexo V.

Essas informações evidenciam como o Escritório de Florianópolis procurou criar seu espaço dentro do círculo político local. Não havia possibilidade do Escritório não se adaptar às lógicas particulares da cidade e à conjuntura atual da região e obter êxito. Assim, o Office se utilizava do interesse do poder público em se aproximar da instituição, não só pelo interesse nos projetores cinematográficos, mas pelo prestígio e pelo valor simbólico que tal aliança poderia gerar para as pessoas, como é o caso do Dr. Elpidio Barbosa, que se postou ao lado da causa norte-americana. Uma hipótese a ser averiguada por um próximo trabalho é analisar até que ponto a vinculação com os EUA ou com a Alemanha mantinha relações com a disputa política estadual do período entre os Ramos e os Konder.

2. A edição do jornal “A Gazeta”, do dia 6 de junho de 1943, dá a notícia da criação do Escritório na ilha, finalmente estabelecido em uma sala comercial no centro de Florianópolis, e lista seus integrantes: Wanderley Junior e Tolentino de Carvalho são membros do sub-comitê; Alcino Fanaya é o presidente; o jornalista Osvaldo Melo é o Diretor do Escritório, Eurico Hosterno é o assistente, Danilo Silva é o operador cinematográfico e Djalma Medeiros é ajudante²⁸.

Investiguemos o caso da trajetória de Osvaldo Melo para pensarmos algumas perguntas sobre os porquês de sua vinculação com o Office, além do salário que receberia (de Cr. \$2.000,00)²⁹. Melo era jornalista de profissão e ocupava uma cadeira no poder público como Secretário do Conselho Administrativo do Estado³⁰. Logo que assume sua posição na instituição estadunidense, envia uma carta ao secretário executivo do Office no Rio de Janeiro apresentando-se, dizendo como defende a causa americana em seus escritos e envia um artigo que pede para ser publicado, no qual fala do inimigo nazista e da causa inter-americana³¹. Parece que Osvaldo Melo via na vinculação direta com os Estados Unidos uma forma de ascender na sua carreira jornalística, pois ganharia visibilidade defendendo a causa americana, que o Office tanto se esforçava em propagar por todo território nacional brasileiro e latino-americano. Então,

28 *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis, 09/04/1943. *A Gazeta*. Santa Catarina, Florianópolis, 3/06/1943.

29 Correspondência de Keener para Fanaya. *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis, 09/04/1943.

30 Correspondência de Osvaldo Melo para Keener. *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis, 09/04/1943.

31 Correspondência de Osvaldo Melo para Frank G. Irwin. *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis, 09/04/1943.

muito mais do que uma ligação por pura crença de que o modelo e cultura estadunidenses eram perfeitos e que a causa americana deveria ser defendida com todo ardor possível, me parece que o jornalista se aproveitava da situação possibilitada para se promover em sua carreira, sendo a escolha de entrar no escritório parte de sua estratégia de vida profissional.

Além da estratégia de ascensão na carreira, parece que Osvaldo também estava preocupado em ganhar maior poder no cenário político local. Como foi dito, o jornalista ocupava um lugar em um Conselho do Estado. Parece que tinha a intenção de entrar no Office e subir politicamente dentro do escritório, o que o daria prestígio e poder no circuito político local como um todo. Um episódio observado na documentação aponta para esse desejo do jornalista. No final do ano de 43, Melo escreve uma carta ao coordenador do Office no Rio de Janeiro (Keener), relatando que o então presidente do Escritório da cidade Alcino Fanaya havia viajado para Belo Horizonte para resolver questões não relativas ao Office e se demorava muito por lá, já tendo manifestado interesse em deixar a presidência da agência de Florianópolis. Tolentino residia na Colônia Santa Tereza e vinha à cidade somente uma vez por semana, assim como Wanderley também não aparece. Continua dizendo que o aluguel do Escritório de outubro não está pago e o de novembro está vencendo. Além disso, há outras despesas decorrentes de serviços com as projeções de filmes, pagamentos dos empregados do Escritório, etc. Só Fanaya poderia executar tais operações financeiras. Portanto, pede a Keener que tome a providência necessária em relação ao assunto³².

Há forte indício de que Melo cobiçava a posição de presidente dentro do Office: afinal de contas, Fanaya parecia estar saindo do cargo e ele era o diretor que comandava o Office. No entanto, não foi essa a postura que tomou a direção central do Rio, que apontou William Preston Rambo, vice-cônsul dos EUA em Santa Catarina, para ocupar também o cargo de presidente do Escritório. Não demorou muito para que Melo e Rambo entrassem em conflito, o que acredito ser resultado da disputa de poder que ocorreu entre ambos desde a entrada do novo presidente na agência. Em janeiro, Osvaldo envia uma carta a Keener explicando que, por ter sido destrutado e humilhado por Rambo, havia pedido demissão do cargo que ocupava. Conta ele que foi chamado por Rambo para ir na sua sala falar-lhe. Quando lá chegou, o presidente estava em reunião, e depois de esperar 40 minutos, voltou ao Escritório pois tinha mais o que fazer. Rambo foi ao escritório e disse-lhe, na frente de todos os outros funcionários, que deveria ter

32 Correspondência de Osvaldo Melo para Keener. 22/11/1943. *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis, 09/04/1943

esperado, e que se não fosse à sua sala novamente, poderia se considerar despedido³³.

Esse episódio parece apontar para uma disputa pelo mando da agência entre Melo e Rambo. Osvaldo Melo, a partir de sua aspiração a ascender não só enquanto jornalista, mas também no cenário político, quando viu que não teria lugar para ocupar a direção do Office, voltou suas energias para outras formas de atuação, pedindo demissão. Se o salário de Cr. \$2.000,00 fosse o maior motivante, talvez tivesse baixado as orelhas e aceito a reprimenda de Rambo.

Outro episódio interessante para analisarmos é referente ao seguinte telegrama: Rambo envia uma carta para o embaixador americano no Brasil, Jefferson Caffery, dizendo que se trata de um assunto confidencial relativo à Proclaimed List Section. Essa proclaimed list é uma lista negra construída pelos Estados Unidos em 41 de empresas ou pessoas que teoricamente tinham relações comerciais com a Alemanha. Elas deveriam ser controladas e corrigidas pelo governo brasileiro. Em outra pesquisa, tenho como hipótese que essa lista foi feita principalmente para abrir espaço para as empresas estadunidenses na economia da América do Sul e adequar as empresas brasileiras aos interesses estadunidenses. Na carta, Rambo relata que Wanderley acusou o delegado do DOPS de Blumenau, Timoteo Moreira, de tentativa de coerção e sedução da mulher de Max Adolph Gotlieb Conrad, “a nazi ho is in the concentration camp”. O delegado solicitou investigação formal, o que resultou num processo de 200 páginas que o apontou como inocente. Afonso Wanderley Jr. foi então enquadrado nas penalidades da Lei de Guerra por perturbar a segurança nacional. Com essa reviravolta, Rambo aponta Wanderley como inimigo, provável quinta coluna e propõe que o coloquem na lista negra.

No entanto, nada aponta que Wanderley tivesse alguma relação com a Alemanha, o que parece ser muito improvável. Milhares de motivos podem ter levado Wanderley a fazer tal acusação (questão amorosa; conflito pessoal com o delegado; por acreditar que tal coerção havia ocorrido, o que pode ter realmente acontecido); mas me parece que ele ser um quinta coluna procurando perturbar a segurança nacional não é uma possibilidade. Entretanto, tal acusação pode ter criado um clima muito desfavorável ao Office de Florianópolis, que como discutimos, vinha tentando firmar boas relações com os órgãos do poder político local. A acusação de Wanderley como quinta coluna tem grande possibilidade de ter sido realizada por Rambo como uma forma de mostrar que o Office não tinha nada a ver com aquilo. Utilizou-se,

33 Correspondência de Osvaldo Melo para Keener. *General Records*, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis 10/01/1944.



portanto, do mecanismo da lista negra para manter o prestígio político dos demais envolvidos com o Office, de modo que um mecanismo criado em Washington estava sendo usado em Florianópolis de maneira muito distinta daquela imaginada pelo governo estadunidense. A lei era adaptada para servir aos interesses políticos locais dos agentes do Imperialismo estadunidense. Guardadas as devidas proporções, recordo-me de como o tabelião Giulio Cesare Chiesa alterava as regras que vinham do estado centralizado no âmbito da cidade de Santena em proveito próprio, usando “a corrupção da norma como inovação”.

Assim, esse breve exercício historiográfico parece corroborar com a hipótese de Jacques Revel sobre a relação entre o evento e a estrutura, onde o micro não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais, assim como o inverso também não o é; na verdade, são *visões diferentes* acerca do mesmo fenômeno. Esperamos que essa e outras análises das singularidades da atuação do Office aqui na cidade posam trazer contribuições para o debate historiográfico em torno das relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra.

Referências

General Records, compiled 1941 - 1944 ARC Identifier 824495. Textual Records from the Office of Inter-American Affairs. Department of Information. Regional Division. Coordination Committee for Brazil. Florianópolis. 05/01/1943.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MELLO, André Vinícius Inácio Pena. *O Tio Sam na ilha de Santa Catarina: o funcionamento do Office of The Coordinator of Inter-American Affairs de Florianópolis (1943-1944)*. TCC, UFSC, 2013.



MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Nova Fronteira, 1980.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. *História e Biografia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Recebido em 25 de junho de 2015

Aceito para publicação em 20 de abril de 2017



Entre *Deutschum* e brasilidades: as utilizações políticas das construções identitárias e nacionalistasGabriel Goulart Barboza¹Mariáh Leticia Goss²Matheus Lehen³

Resumo: O presente artigo tem como proposta fazer uma análise de notícias, relacionadas à vinda de alemães para o estado de Santa Catarina, contidas em periódicos do século XIX e XX que circulavam no estado. O objetivo é evidenciar como, ao longo dos anos, os discursos que se formaram acerca dos estrangeiros e seus descendentes, receberam diversas entonações, sejam elas positivas ou negativas, de acordo com determinado uso da memória, das relações de poder e do grupo dominante. Dessa maneira pretendemos demonstrar como a necessidade de uma nova mão de obra com o término da escravidão e as primeiras campanhas de nacionalização afetaram e repercutiram nos discursos produzidos pelos periódicos analisados.

Palavras-Chave: Imigração alemã; Discursos; Identidade; Memória; Nacionalismo.

Abstract: This article proposes an analysis of news related with the Germanic immigration to Santa Catarina present in journals of the 19th century and 20th century, which circulated in the State. The goal is to show how over the years the speeches that have been formed about foreigners and their descendants have been receiving several meanings, being positives or negatives according to certain uses of memory, power relations and the dominant group. By the way we intend to show how the needs for a new labor force after the end of slavery and the first campaign of nationalization affected and reflected in this speeches produced by the journals analyzed.

Key words: German Immigration; Speeches; Identity; Memory; Nationalism.

Pesquisar imigração e colonização alemã em Santa Catarina tornou-se um tema que atraiu historiadores de diferentes áreas. Levantando novas questões e apontamentos para discussão da historiografia local o assunto ultrapassou os limites de objeto de pesquisa e serviu também como campo de disputa para questões ligadas a memória e a ideologia. As colônias fundadas no século XIX viriam a se tornar cidades renomadas como Blumenau, Joinville e Itajaí. Foram os habitantes dessas regiões que buscaram guardar e agrupar os documentos, os quais serviram de material para as produções científicas tanto de pesquisadores locais como de outras partes do país. Por meio do estudo de literaturas,

1 Gabriel Goulart Barboza, graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: gabrielgbarboza@gmail.com.

2 Mariáh Leticia Goss, graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina Email: mah.goss@hotmail.com.

3 Matheus Lehen, graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina Email: matheuslehen@hotmail.com.



festividades, publicações, jornais, entre outros mecanismos, procurou-se discutir e construir uma memória identitária aprofundando-se na história local.

Nos estudos realizados em universidades, predominou a pesquisa sobre as questões relacionadas à identidade, trabalho, cotidiano e gênero⁴. Discutir a história desses imigrantes em Santa Catarina é também pensar as relações de poder e disputas políticas que acontecem no âmbito social e cultural, seja em espaços institucionalizados ou no espaço das representações que se cristalizam nas fontes encontradas⁵.

O presente artigo tem por objetivo analisar os jornais *A Regeneração*, *O Dia*, *República* e *Planalto* no final do século XIX e início do século XX. Os mesmos, determinados por condições políticas e relações de poder fizeram emergir discursos sobre as colônias germânicas do Estado com entonações diferentes. Buscamos compreender as mudanças que ocorrem em relação ao discurso proferido durante o final do século XIX, quando se intensificou o curso migratório, e o momento posterior a este, quando começam a surgir questões ligadas ao nacionalismo e civismo brasileiro.

Para tratar do assunto dialogaremos com a política que se estabeleceu durante o período imperial em relação à vinda dos estrangeiros, atrelada à questão de terras debatida na metade do século XIX, a um crescimento no setor agroexportador e de investimento no Estado Brasileiro. Esta que também variou de especificidades e peculiaridades de região em região⁶.

Havia interesse dos grupos dominantes em atrair uma mão de obra europeia para resolver os problemas relacionados declínio do trabalho escravo e suprir a mão de obra em grandes lavouras – principalmente cafeeiras paulistas. Concomitante a isso, a vinda dos imigrantes também serviria como povoamento para áreas com pouca densidade demográfica, delimitando fronteiras e garantindo a posse da terra. Contudo, a aquisição de terras pelos imigrantes deveria ser limitada de maneira que garantisse também a presença de trabalhadores

4 São exemplo desses estudos as dissertações de mestrado das autoras Janine Gomes da Silva - *Tensões, trabalho e sociabilidades: história das mulheres em Joinville no século XIX* - Roseli Zimmer - *Pomedore, a cidade mais alemã do Brasil: as manifestações de germanidade em uma festa teuto-brasileira* - e Juçara Nair Wolf - *Espaços de sobrevivência e sociabilidade: uma análise do cotidiano em São Carlos/SC - 1930-1945*. Todas publicadas pela Universidade Federal de Santa Catarina no Centro de Filosofia e Ciências Humanas no programa de pós-graduação em história em 1997.

5 CAROLA, Carlos Renato; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011, p. 09.

6 MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de Colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade /UFRGS, 1999.



livres para o trabalho nas grandes lavouras, revelando uma dualidade na política de colonização que foi debatida durante o século XIX⁷.

Ainda devido a um receio do aumento da população negra livre, com o declínio do trabalho escravo, as elites temiam uma possível revolta como a do final do século XIX no Haiti. Dessa maneira fez com que se levantasse outro aspecto nessa política: o de promover um branqueamento e civilização na população, na qual os imigrantes europeus eram uma alternativa⁸.

Dessa forma pretendemos analisar como os jornais do final do século XIX e início do século XX produziram discursos relacionados aos alemães que vieram para Santa Catarina atrelado a essas questões políticas que estavam em voga durante esse período. Nos discursos analisados é possível perceber, além de aspectos da política imperial, também os jornais se utilizavam de traços da identidade germânica que emergia do nacionalismo europeu para justificar a vinda desses imigrantes.

As escolas alemãs também atravessam nossa pesquisa, pois é na história dessas instituições que encontramos parte dos discursos proferidos sobre esses estrangeiros. A fixação de populações em núcleos coloniais de certa forma homogêneos, permitiu que surgisse um projeto de escolarização específico para essa população, contrapondo o modelo brasileiro. Ao debater estas instituições escolares fundadas pelos imigrantes alemães no século XIX e XX, também contribuiremos para uma discussão mais ampla quanto a formação do ensino nacional.

Festa na colônia da capital: os imigrantes no final do século XIX

O uso de jornais do século XIX e XX para analisar períodos históricos, discursos, acontecimentos, relações de poder, etc., vêm se tornando cada vez mais frequente na historiografia. Graças às digitalizações feitas pelas bibliotecas de âmbito nacional e estadual, os periódicos são cada vez mais importantes para o debate sobre temas que por muito tempo ficaram sob um único ponto de vista. Contudo, as utilizações dos jornais exigem algumas metodologias próprias e alguns cuidados específicos.

7 PODELESKI, Onete da Silva. *Terras e colonização em discussão no Parlamento Imperial: o debate da Lei de Terras em 1843*. Florianópolis, 2010. 72 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de História Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Hist288234.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017, p. 45.

8 Idem.



Embora os jornais possibilitem ver a diversidade de discursos políticos que circulam em determinado local, devemos ter em mente que os periódicos são sempre publicados por alguém e com um objetivo de atingir certo público alvo. No caso da primeira notícia que vamos expor abaixo do jornal *A Regeneração*, sabemos que seu gerente é Alexandre Margarida, provável chefe ou membro do Partido Liberal, carregando consigo o peso dessa instituição, tendo como público alvo, integrantes e simpatizantes do partido⁹. Outro fato importante é observar a importância dos periódicos naquele período. Responsáveis por informar a população dos acontecimentos da cidade, sejam eles ligados ao cotidiano, ou ao funcionamento de órgãos como o Governo, a Justiça, a Polícia e a Igreja etc. eram os jornais o principal meio de circular as informações por todo o Estado de Santa Catarina. Por mais que a grande parte da população de Santa Catarina não fosse letrada o giro das informações entre os habitantes por meio da oralidade, permitia que esse meio de comunicação atingisse um público mais amplo.

Tendo em vista esses cuidados, nossa primeira análise referente aos discursos sobre a imigração alemã se fez a partir da notícia publicada no dia 31 de maio de 1888 no jornal *A Regeneração*. Passadas algumas semanas da sanção da Lei Áurea o jornal do órgão do partido liberal da cidade de Desterro publicava em suas páginas a matéria intitulada: Festas, Em Homenagem A 'Pátria Livre. O periódico alertava que somente na noite anterior havia tomado ciência do ocorrido, mas pela entonação da notícia, ficou evidente que merecia um lugar na capa da edição número 118 daquele diário de grande circulação na capital.

Festas

EM HOMENAGEM A'PATRIA LIVRE

Só hontem tivemos sciencia d'uma importante occorrenca que teve lugar no Hotel Brazil, na segunda noite dos festejos da abolição da escravatura.

Por essa occasião, agglomeraram-se naquele importante estabelecimento varios e distinctos mebros da colônia allemã, os quaes, no auge do entusiasmo e do jubilo, brindaram a liberdade do Brazil, o progresso material do Imperio do Cruzeiro e o desenvolvimento e civilisação do povo brasileiro terminando cada brinde com harmoniosas canções e entusiasticos e admiráveis hymnos allemães, cantados em homenagem ao Brazil, pelos cidadãos Srs. F Henrenschke, Leopoldo Malburgo, Henrique Scheele, Draniel Krapp, Classen, Ricardo Ebel, Carlos Scholz, Romão Bruckner e Rodolpho Sohn.

Achandose presente este acto o muito illustrado capitao de mar e guerra AntonioXimenez de Araujo Pitada, que por aquelles distinctos cavalheiros havia sido convidado para compartilhar do seu regosijo, elle respondeu áquele brinde, em nome do Brazil e dos Brasileiros, de que se orgulhava ser

9 A informação pode ser encontrada na parte superior da capa da notícia d'O DIA 31 de maio de 1888.



filho e compatriota, brindando o Imperio Allemão, sua sciencia e a à coloniaallemã residente nesta cidade.

Damos, com o maior prazer, publicado a esse acto que tanto honra a Nação Brazileira e que também torna sympathica a conceituada para nós colônia allemã da cidade de Desterro¹⁰.

O trecho que expomos acima é uma dentre as fontes que possibilitam problematizar a vinda dos alemães para Santa Catarina. Fica evidente no informe um dos motivos que fizeram emergir um discurso positivo quanto à vinda dos imigrantes germânicos nesse período. Surgia então, como afirma Paulo Pinheiro Machado, uma narrativa de parceria entre alemães e brasileiros ligada à política de imigração posta em prática pelo império para atrair esses imigrantes. Segundo o historiador a vinda dos imigrantes para a região não foi somente por esforços da Sociedade Promotora de Imigração ou das ações governamentais, mas também de uma “formação de colônias de propaganda onde os imigrantes receberam lotes de terra para cultivo nas três províncias do Sul e no Espírito Santo”. Estes núcleos além de promoverem a ocupação territorial e o desenvolvimento das lavouras de gêneros alimentícios, converteram-se em centros de atração de imigrantes¹¹.

Ao ler o informe publicado pelo jornal, logo percebemos que não se tratava de uma simples comemoração feita pelos moradores locais. Mas sim, um festejo realizado por membros da colônia alemã de Desterro. Brindando a “liberdade do Brazil” os imigrantes em território catarinense cantavam “hynos alemães”, sendo ainda nomeados os representantes daquela colônia. No final da notícia, o redator do jornal, ainda conclui alegando seu maior prazer em publicar aquela notícia, mostrando toda sua simpatia por aquele acontecimento. Outra figura que nos salta aos olhos é o capitão de mar e guerra Antonio Ximenez de Araújo Pitada um dos convidados para unir-se a comemoração. Araújo Pitada abandonou a Corte em 1880 e passou a residir na capital, recebido com imenso prazer pelo jornal *A Regeneração*¹². Como representante dos brasileiros e de alguma das elites locais, brindou pelo Império Alemão e a colônia da capital, selando o pacto entre alemães e brasileiros.

A política de imigração e colonização do império esteve relacionada a uma das medidas que foram tomadas pelas elites brasileiras frente a um crescimento do setor agroexportador e maior capacidade de investimento no Estado Brasileiro. Nesse contexto, pensou-se uma política de imigração que levasse em consideração tanto a questão da mão de

10 *A Regeneração*, Desterro, 31 de maio de 1888, Typografia e Escriptorio Praça Barão da Laguna.

11 MACHADO, 1999, p. 74.

12 *A Regeneração*, Desterro, 15 de julho de 1880. Typografia – Rua de João Pinto 29.



obra necessária as grandes lavouras como a ocupação de terras e a diversificação do mercado Brasileiro¹³.

Durante o período de 1850 e 1860 indivíduos pertencente às elites liberais como o Baineiro Marquês de Abrantes incorporaram essas preocupações e defenderam seus pontos de vista. No caso de Abrantes, o mesmo defendia a vinda de alemães por se tratarem de gente conservadora e com disciplina, além disso, via na colonização de pequena propriedade no Brasil meridional um meio para atrair imigrantes à grande lavoura. Dessa forma entre os anos de 1850 e 1860 as principais iniciativas praticadas pelo Governo Imperial, para estimular a imigração e colonização, se pautaram na concepção liberal de que o “Estado deve oferecer os meios e recursos para a iniciativa empreender seu projeto”¹⁴. A intensão de atrair através dos pequenos núcleos coloniais uma corrente imigratória que suprisse também a mão de obra para as grandes lavouras perdurou durante a década de 1870, mesmo que a ideia de que estes imigrantes fossem substituir a mão de obra das grandes lavouras fosse perdendo força com o tempo¹⁵.

Outra questão ligada à vinda dos europeus para o Brasil estava no intuito de promover um branqueamento do país. A revolta no Haiti no final do século XVII e a Revolta dos Malês no Brasil em 1835, ambas com a etnicidade negra como eixo principal, provocaram uma reação por parte dos deputados brasileiros, que se preocupavam com o aumento no número de negros livres após o fim da escravidão no país. Dessa forma a vinda de europeus para o Brasil fazia parte de um processo de configurar uma nação civilizada, proporcionando um branqueamento do país e elevação da modernização e valores como família, trabalho e civilidade¹⁶.

Houve também por parte de intelectuais republicanos nesse período uma transformação da noção de trabalho antes ligada à escravidão. Foi no povo alemão que desde 1871 passava por um processo de unificação nacional que a ideia de trabalho ganhou novas conotações. A *Deutschtum* ou germanidade como foi chamada pelos brasileiros, significou para os intelectuais e os próprios alemães, não somente pertencer à pátria estrangeira, mas também fazer parte de uma “cultura do trabalho”. Foi frequente durante a primeira república os alemães se utilizarem dessa ideia de cultura construída para se distinguirem de outras

13 MACHADO, 1999, p. 64.

14 Ibidem, p. 67.

15 Ibidem, p. 73.

16 PODELESKI, 2010, p. 48.



etnias, tendo o trabalho não somente como uma atividade voltada para o lucro, mas também como um valor moral, cívico e de identificação étnica¹⁷.

A partir das afirmações feitas acima, percebemos que a construção do discurso do jornal acerca dos alemães, está carregada das transformações políticas que acontecem no âmbito nacional. Não é portando pela simples libertação dos escravos que comemorava a colônia alemã da capital, até porque, grande parte dos alemães residentes em colônias também se faziam uso dessa mão de obra. Na verdade, o real motivo é momento de uma pretensa aliança política de aliança entre o Brasil e Alemanha, no qual, o fim da mão de obra escrava beneficiava a vinda dos estrangeiros para o país. Fica evidente também na narrativa da notícia, o interesse do periódico do partido liberal em demonstrar uma alta simpatia pela colônia da capital naquele momento de aliança política entre os dois países.

A política e mudança nos discursos: O Dia e A República

O início do século XX é marcado pela formação de diversas colônias alemãs pelo Estado de Santa Catarina. Os imigrantes que vinham para região, sob tutela do estado, usurparam o território onde viviam os grupos indígenas Xokleng e Kaingang. Por meio de empresas de colonizadoras como a Sociedade Colonizadora Hanseática os estrangeiros financiavam suas passagens e garantiam um lote de terra no Brasil. Em 1897 a sociedade hanseática negociou uma porção de terras que estavam situados na região norte e nordeste do Estado, para reagrupá-las em 650.00 hectares em uma nova localidade denominada a Colônia de Hansa. Foi para esta colônia que se dirigiu a maior parte dos imigrantes, alemães ou não, que vinham para o Estado de Santa Catarina. No mapa atual Hansa ocupou o que hoje seria Joinville, Blumenau, Itajaí, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, entre outros municípios¹⁸. Esse empreendimento contava com o apoio de ambos os países em questões econômicas e de estruturação dos colonos¹⁹. Contudo, outro fator que não pode ser desprezado foi à atuação de intelectuais alemães, teuto brasileiros e brasileiros, na divulgação da cultura germânica. Isso implicou que nas colônias onde os alemães residiam a cultura e a linguagem tradicional de

17 FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. (Org.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 194.

18 SANTOS, Ademir Valdir. *As escolas alemãs em Santa Catarina e sua transformação para teuto-brasileiras: uma análise histórica*. Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 36, n. 2, p. 233-242, July-Dec., 2014, p. 234.

19 Ibidem, *apud* JAHRESBERICHT..., [190-?].



seu país fosse não só presente, mas também a dominante. Além de jornais publicados em Alemão, como o *Blumenauer Zeitung* e o *Der Urwaldsbote* responsáveis também pela difusão dessa cultura, as escolas alemãs a religião e as festas culturais eram também outros meios de divulgação.

Frente ao processo de nacionalização alemã que ocorria nas colônias, foi no ano de 1901, numa disputa política que acontecia em Blumenau, que percebemos uma das facetas dos discursos sobre esses estrangeiros. Na data de 16 de janeiro daquele ano o jornal O Dia, órgão do partido republicano catarinense, publicava a notícia com o seguinte teor

A República teve a nefanda tarefa de trazer sem suas columnas edictoriaes – os dessidentes vigem – falsos brasileiros a formentar odios entre nacionaes e allemães, como se essa dissenção podesse servir aos seus interesses, sem prejudicar os da Patria, na qual nascemos ou a cuja sombra nos abrigamos! [...] ²⁰.

A notícia acima faz parte de uma disputa que aconteceu entre os jornais O Dia e República que debatiam sobre a nomeação do interventor Bonifácio da Cunha, pelo Governador Felipe Schmidt, contrária à vontade dos alemães na cidade de Blumenau. Ambos jornais faziam parte de órgãos de partidos republicanos do Estado, sendo O Dia ligado aos partidários de Felipe Schmidt e Dr. Bonifácio, de cunho mais nacional, e o República ligado a Lauro Muller e Hercílio Luz, tendo como redator chefe Jose Boiteux em defesa dos teuto brasileiros. Acusando o outro jornal de trazer em suas colunas os “falsos brasileiros”, percebemos na notícia a tentativa de formular um discurso que desprestige a identidade daqueles descendentes de alemães e que coloque o espírito nacional brasileiro em primeiro plano. Em resposta a essa publicação, no dia 17 de janeiro o diário República rebatia a acusação:

O DIA, de hontem, vem tritando fingindo-se apavorado com a questão da raça levantada em Blumenau pelo sr. Bonifacio contra a raça olympica dos deuses fortes, synthetisada nos teutos-brasileiros d'aquella galharda e figalda zona do nosso Estado. [...]

O Sr. Schmidt, que tanto doira as obras do sr. Bonifacio, e que è o único responsável pela questão, ha de sentir, de *um modo alarmante e profundamente eloquente*, as consequencias das provocações diarias, das injustiças feitas a homens que até, ha pouco, só tinham a preocupação do trabalho e da família. [...]

20 *O Dia*, Florianópolis, 16 de janeiro de 1901, Redação e Officina - rua Trajano 14.

Haverá maior iniquidade do que de considerar inimigos do Estado todos os germano naturalizados que não mandam adesões no governo do Sr. Felipe? Que è isto? Estaremos no regimen de crê ! Ou morre!?”²¹.

Ao analisarmos a notícia é possível identificar elementos da germanidade em que se revestiam os imigrantes alemães para justificarem a manutenção de sua cultura e ao mesmo tempo sua “brasilidade”. Chamando-os de “raça olympica dos deuses fortes” o jornal acusa Felipe Schmidt de ser injusto com aqueles homens que só tinham preocupação com seu trabalho e sua família, e ainda questiona os leitores, se quaisquer germânicos nascidos no Brasil que não compactuem com o governo seriam tachados de inimigos da nação. Dessa maneira a notícia procura enxergar a presença dos alemães no Estado de Santa Catarina como algo positivo, como indivíduos que contribuem para uma melhor formação da região, para isso utiliza a questão de raça para legitimar uma suposta superioridade.

Passado um mês o jornal O Dia volta a fazer acusações e defender um nacionalismo em favor de Felipe Schmitt. Desta vez acusa os estrangeiros de estarem se unindo para que não houvesse um chefe brasileiro em Blumenau o periódico publica um trecho de um artigo do jornal Blumenaurer Zeitung, referindo-se ao jornal Urwaldsbote, ambos controlados por alemães ou descendentes.

O MANIFESTO

(Do Blumenaurer Zeitung) (Conclusão)

Sobre a questão de raça, cuja odiosidade os culpados pretendem agora occultar ou tirar dos hombros a responsabilidade, os nosso contendores devem mostarem nossos escriptos, em nossos actos, um só momento em que a tal assumpto nos referimos antes do celebre artigo do *Urwaldsbote*, que dizia entre outas “Na Bahia, em Pernambuco, o Dr. Cunha poderá ser chefe político, em Blumenau não... “nos queremos conservar a nossa nacionalidade” “nós temos superioridades que não devemos sacrificar”... não queremos nos perder no brazileirismoanonymo”²².

Novamente, só que agora com uma entonação de ironia aparecem elementos dos discursos que circulavam sobre o povo alemão. Ironizando a “superioridade alemã” faz uma acusação direta aos teuto brasileiros da região, alegando que esses estavam muito mais preocupados em manter a sua nacionalidade, do que se perder num brasileiroismo. O periódico não poupava palavras para defender seu companheiro Felipe Schmidt, que colocará o

21 *República*, Florianópolis, 17 de janeiro de 1901. Typographia e Redação: rua Joãopinto nº 26-A.

22 *O Dia*, Florianópolis, 12 de fevereiro de 1901, Redação e Officina - Rua Trajano 14.



interventor Sr. Bonifácio em Blumenau contra um membro do partido alemão²³. Aliás, a criação do partido alemão despertou ainda mais indignação por parte do jornal que em abril seguia ainda tratando das “questões de raça”:

QUESTÕES DE RAÇA

VI

Os authores da propaganda do partido allemão, esforçam-se para nos convecer, asseverando que nada mais aspiram do que concorrer lealmente para o bem, a felicidade o progresso, a grandeza do Estado. Até ahi vamos bem e estamos de acordo; mas este trabalho todo, generosamente offerecido e parte executado [...] não pode deixar de nos trazer serios cuidados ao sentimento que estes collaboradores, [...] em vez de pagarem a adaptação aos partidos políticos existentes, nacionalizando-se, unem-se formando um só corpo, estabelecendo o distinctivo de raça de língua, levantam a bandeira, política de seu interesse próprio, que já acha diverso do nosso, e dizem-nos não se assustem, nós apenas não queremos ser governados; a igualdade já nos serviu em tempo, agora queremos predominar, uma vez que temos força²⁴.

Com uma entonação cada vez mais de cunho nacionalista o periódico questiona a fundação de um partido alemão, sendo que já existiam diversos partidos nacionais brasileiros no Estado. Alega que por mais que essas populações digam lutar pela felicidade e o progresso da grandeza do Estado, deve-se tomar cuidado, pois o período da igualdade já lhes havia servido um tempo, agora estes queriam dominar. Na mesma notícia, o periódico ainda discute a questão das sociedades escolares que funcionam nas colônias alemãs. Estas que “ensinem o idioma allemão ameaçando de exoneração o professor que tentar incutir o ânimo dos seus discípulos pelas cousas nacionais ou pela língua”²⁵. Acusa tal instituição de furtar das escolas primárias do governo municipal ou estadual a instrução de cunho nacional. Ainda sobre as escolas dizem que chegam a ganhar respeito do governo nacional mesmo não havendo um professor brasileiro e contando com apoio do governo alemão.

Analisando a sequência de fontes apresentadas percebemos como ambos os discursos, tanto o de cunho nacionalista brasileiro, quando o em defesa da germanidade e da identidade

23 Em resposta ao Jornal *O Dia* o jornal *República* no dia 9 de março de 1901 esclarece a criação do partido alemão: “O partidlo Allemão não passa de uma frase [...] São republicanos e sua Alemanha è o seu municipio, que defendem até contra a política do governador do Estado, que allipoz o superintendente Bonifacio Cunha para Provocal-os. A União do povo, Volksverein, é uma sociedade de 2400 sócios, a 200 réis por mez, para ter medico e pharmacia, Só resolveu tratar de política, actualmente, porque o governador de Santa Catarina, desfigurando o pensamento do legislador catharinense transformou a lei do imposto de capital, meio por cento para este e ¼ para as terras por um regulamento leonino, num sorvedouro de todas as energias da lavoura da zona colonial”.

24 *O Dia*, Florianópolis, 16 de abril de 1901, Redação e Officina - Rua Trajano 14.

25 Idem.



dos teuto brasileiros se apresentam de diferentes formas nos dois periódicos. Os jornais constroem sua narrativa determinado por interesses, motivações e situações políticas. O periódico República, em defesa do Sr. Feddersem, representante do partido alemão, procura envolver esses teuto brasileiros numa cultura do trabalho, alegando que estes já eram nascidos no Brasil e ali era seu país, mesmo que cultivassem ainda questões culturais ligadas à sua pátria alemã. Em contrapartida *O Dia* se opõe fortemente à criação de um partido alemão, que passou ser adversário político de Felipe Schmitt, apelando para questão de raça, usando de seu meio de comunicação para desqualificar os descendentes germânicos de brasileiros, acusando-os de estarem mais preocupado com sua pátria Alemã.

Dessa forma é possível compreender que os discursos sobre os alemães, não possuem uma linearidade, nem são homogêneos. Estes estão mais ligados a relações de poder, a disputas políticas locais, ao período em que se afloram algumas questões que fazem emergir justificativas para objetivos de certos sujeitos.

Como demonstração dessa mudança constante nos discursos referentes aos alemães, podemos utilizar como exemplo o próprio jornal *O Dia*, que depois de proferir tantas acusações contra a instrução alemã não deixou de prestigiar e publicar uma notícia referente à inauguração da escola da capital em 28 de janeiro de 1906. Nesta data a associação da Escola Alemã inaugurava um novo edifício para seu trabalho. Para cerimônia foram convidados o Coronel Pereira e Oliveira, Governador do Estado, acompanhado por Horacio Nunes Pires, diretor da instrução pública e todos os membros da “laboriosa colônia allemã”. Presente também o negociante Carlos Hoepeck que salientou que “o fato de ter a escola por título – Escola Alemã – não queria dizer que ali se fizesse exclusivamente nacionalidade” sendo sua frase bem recebida pelos presentes. Em outro discurso Horácio Nunes Pires proferiu as seguintes palavras:

[...] D'alma franca e coração aberto, o que sinto, o prazer que me anima ao achar-me em meio de vós que, - filhos de outra Patria – viestes colaborar com os brasileiros para a prosperidade do Brasil, que vos considera como outros tantos amigos sinceros e delicados.

E nem pode deixar de ser leal a amizade entre allemães e brasileiros, entre os filhos das terras de Santa Cruz e os filhos das terras da Germania - tantos e tao grandes são os interesses que os ligam, - interesses que mais e mais avultam cada dia e, que mais e mais impõem a mais completa solidariedade entre todos²⁶.

26 *O Dia*, Florianópolis, 7 de fevereiro de 1906. Redação e Officinas Rua Jeronymo Coelho n.6.



Assim, fica evidente como quando não há uma situação política local que coloque brasileiros contra alemães, o discurso, do mesmo jornal que proferiu diversas acusações contra esses germânicos naturalizados, agora se torna outro. Com provável compactuação com o atual Governador do Estado, os alemães são vistos como colaboradores da prosperidade do Brasil, amigos sinceros, trabalhadores. Foi em 1916 que novamente o cenário político nacional será sacudido por uma onda nacionalista.

O nacionalismo emergente: a crítica as escolas alemãs

A primeira guerra mundial que aconteceu entre os anos de 1914 e 1918 fez com em diversas regiões do mundo se colocassem o termo ‘Nação’ em debate. O Brasil não ficou de fora dessa discussão. Emergiram pelo país pequenos grupos em defesa da nação brasileira, merecendo destaque a fundação em 1916 da Liga de Defesa Nacional, ligada ao poeta Olavo Bilac. O mesmo poeta ainda percorreu os territórios do Brasil incentivando a fundação de associações nacionalistas. A liga se utilizou principalmente da propaganda e conferência para atingir o que chamava de “reerguimento do caráter nacional”. A publicação de artigos no jornal O Estado de São Paulo, entre 1915 e 1916, evidenciou que o restabelecimento da nacionalidade para esse grupo se daria principalmente em torno das seguintes questões: melhoria no nível educacional da população, institucionalização da obrigatoriedade do serviço militar e o voto secreto²⁷.

Seja pela presença de intelectuais paulistas em território catarinense, ou pelas publicações de manifestações que aconteciam no Rio de Janeiro e São Paulo, novamente as colônias alemãs voltaram a ser alvo de críticas dos nacionais. Tendo o ensino como um dos eixos principais de discussão as escolas alemãs, passaram a ser vistas novamente como uma ameaça a brasilidade.

Dentro desse contexto o periódico O Dia, em 9 de maio de 1917, voltou a defender o nacionalismo e a questionar o domínio da cultura alemã nas escolas do Estado. As escolas alemãs surgiam em Santa Catarina em locais onde houvesse núcleos populacionais de origem alemã, ficando evidente que até mesmo na capital, onde os alemães não eram a população majoritária, emergiu uma instituição escolar voltada para as crianças estrangeiras.

27 MOREIRA, Levi. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista Histórica*, Capa, n. 116 (1984).



Focando nessas instituições o jornal O Dia publicou uma matéria transcrita do periódico “D'A Noticiado Rio” em que se faziam apontamentos sobre “O germanismo no Sul do Brasil”:

SANTA CATARINA

O germanismo no Sul do Brasil

II

(D' A Noticia do Rio).

Encerramos as nossas notas de hontem com uma referencia à situação das populações do interior de Santa Catharina, condemnados ao analphabetismo, pela imprevidencia dos governos do nosso paiz, caso não quisessem ellas estudar nas escolas allemãs disseminadas por todos os lados. Assim, essas populações, em parte, é certo, pela falta de escolas nacionaes, especialmente nas zonas das colonias mais distanciadas das cidades, estudam nas escolas allemãs, aprendem a língua allemã, a história da Alemanha, num desconhecimento completo da língua vernacula e de todas as coisas que se predem a sua verdadeira Pátria²⁸.

Na notícia apresentada percebemos um alerta aos leitores sobre o possível “analphabetismo” que se encontravam as populações daquela região que estudavam nas escolas alemãs “disseminadas por todos os lados”. Acusando o Estado Brasileiro de não providenciar escolas nacionais para aquela população, condenavam as instituições alemãs por ensinarem a história e a língua alemã. É interessante constatar como nesse momento, diferente do da inauguração da escola alemã da capital onze anos atrás, o tema das escolas é tratado como uma ameaça para formação de uma nacionalidade e não como uma parceria entre alemães e brasileiros, sendo apresentadas soluções para resolver esse problema:

Entendemos que o primeiro passo a ser dado encarando-se de frente, o trabalho da nacionalisação verdadeira daquellas populações deveria consistir no fechamento immediado das escolas allemãs. Ao lado de cada uma dellas [...] deveriam ser abertas escolas brasileiras tão boas ou melhores que as que tivessem as suas portas cerradas. [...] Aquellas populações brasileiras, descendentes de germanicos, acostumadas a um regimen de disciplina social inalteravel, ordeiras e faceis de guiar, não se rebelarão, sem dúvida, contra uma medida de tal natureza. Desde que lhes ministrem o ensino da nossa história e da nossa língua, aquelles brasileiros recebel-o-ão de bom grado. Nós vemos temol-os segregado do nosso meio. E preciso que os chamemos ao nosso convivio. E para isso, inicialmente, é indispensavel o fechamento das escolas allemãs – IVO ARRUDA²⁹.

28 *O Dia*, Florianópolis, 9 de maio de 1917. Redação e Officinas rua João Pinto N. 16.

29 Idem.



Dessa forma percebemos como as agitações ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro afetaram o território catarinense, fazendo emergir ideias sobre um possível encerramento das escolas alemãs. Em seus lugares haveria de se abrir escolas brasileiras voltadas para uma formação patriótica. O fechamento na visão dos nacionalistas, não consistia em uma medida que geraria conflito com as populações germânicas, mas pelo contrário “desde que lhes ministrem o ensino da nossa história e da nossa língua” aqueles alemães poderiam ser incorporados aos cidadãos brasileiros sem que houvesse problema. Essa medida, também está muito próxima do programa que será abarcado por Vargas nos anos de 1930, onde a vocação para o trabalho alemão será exaltada e tomada com um valor que devesse ser estendido a todos brasileiros.

A construção do discurso na cidade de Lages

Outra forma de perceber como foram utilizados esses discursos é refletindo sobre a construção de uma memória coletiva lageana, onde Vidal Ramos contribuiu com a construção política de identidade com a obra “Notas para a fundação de Lages (1766-1783)” de 1944, na qual ele enaltece os “grandes homens”, característica de uma história tradicionalista que se apresenta excludente e com o mito das origens e dos primeiros povoadores. Em 1982 foi publicada a obra “o continente das Lages – sua história e influencia no sertão de terra firme” do Instituto histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) de Licurgo Ramos, o qual atribui a Lages uma identidade luso-brasileira e que segundo a autora Juçara de Souza Castello Branco, Licurgo Ramos pesquisou de forma parcial partindo de sua vida pessoal e familiar, o que demonstra que existe um plano de fundo no IHGSC que pretende construir uma identidade política lageana.

Essa construção já se desenvolvia desde o início do século XX, onde em 1917, com o presidente Venceslau Braz, o Brasil declara guerra à Alemanha, aprisionando cerca de 46 navios alemães. Nesse mesmo período surgem diversas manifestações na Praça João Ribeiro, deixando a frente destas a bandeira do Brasil, do Estado e do Município e com muitas frases que incitavam um “perigo alemão”, como demonstrado no Jornal O Planalto:

Da frente do palacete Costa, continuando a marcha, o povo foi estacionar nas proximidades do Club I o de Junho, de onde falou o Sr. Gentil Viera Borges, que terminou dando morra à Alemanha e vivas ao Brasil! Na melhor ordem dissolveu-se, em seguida, o povo. E assim Lages deu mostras do seu gozozijo



pelos triunfos que vão sendo alcançados pelos aliados e da sua fé na vitória final da civilização³⁰.

Esse discurso nacionalista e de construção luso-brasileira é retomado fortemente com a chegada de Vidal Ramos ao posto de governador do Estado de Santa Catarina na década de 1930. O que se pode perceber como, nos anos 1917 e 1918, esse discurso atingiria fortemente as pessoas que se reconheciam como teuto brasileiras e que aqui residiam. Todavia, sendo forte o bastante para efetuar fechamentos de jornais, escolas, conseguir a proibição da língua alemã e a exposição de alguma forma de "identidade alemã", o que foi visto com muita desconfiança, principalmente na retomada desse discurso luso brasileiro no final da década de 1930.

Considerações finais

A produção de análises históricas não se limita somente discutir e compreender os fatos, os sujeitos e os processos em que estes estão envolvidos. Discursos produzidos em determinados momentos da história também podem ser objeto de estudo dos historiadores.

Foi dentro dessa perspectiva que procuramos desenvolver nossa pesquisa nos periódicos utilizados para tratar sobre a imigração alemã em Santa Catarina. Investigar as narrativas produzidas nesses jornais permite compreender melhor questões relacionadas à identidade, etnia e as próprias disputas de poder que se constituíram no Estado de Santa Catarina. Perceber como esses estrangeiros foram vistos ao longo da colonização, torna-se importante para compreender as relações que se deram durante o processo migratório e a fixação da população na região.

Dessa forma, ao longo desse artigo, foi possível identificar no mínimo três facetas nos discursos produzidos acerca dos alemães. Primeiramente, a vinda dos imigrantes para região esteve ligada a necessidade de povoar o Sul do Brasil através de um projeto político de branqueamento, e, também ter uma mão de obra alternativa para suprir as lacunas que se formavam com o acirramento e fim da escravidão no país. Buscando construir uma imagem positiva dos alemães, os intelectuais e a imprensa se esforçaram para difundir política de estado que buscava o branqueamento da nação, unida a uma nova perspectiva no conceito de trabalho fundamentado no nacionalismo germânico que se consolidava durante os anos de

30 *O Planalto*, Lages, nº 71, 24 de outubro de 1918.



1870. Baseado nessas questões, os alemães e seus descendentes procuraram-se envolver nessas narrativas para justificarem uma suposta superioridade, dando fundamentos para manterem suas práticas culturais e expandi-las nas regiões onde se fixaram.

Na medida em que foram se consolidando os aspectos da cultura alemã em Santa Catarina, os imigrantes passaram a ganhar cada vez mais espaço na sociedade, sejam eles institucionalizados ou não. A ascensão econômica de colônias como Blumenau e Joinville e o domínio quase completo por estrangeiros nessas cidades, fez emergir discursos de oposição na região litorânea e no planalto Lageano. Novamente debatendo questões baseadas na ideia de raça, a imprensa procurou dependendo ponto de vista defender ou desprestigiar a imagem dessas populações, como é o caso do debate que ocorreu entre os jornais *O Dia* e *República*. Enquanto o primeiro buscava fazer críticas à criação de um partido alemão em Blumenau, por achar que estariam opondo-se aos interesses da pátria, o segundo buscava envolver ainda os teuto brasileiros numa ideia de germanidade que justificasse os benefícios daqueles cidadãos para prosperidade do país.

A onda nacionalista que tomou conta do país em 1916 provocou seria influências na maneira como a imprensa passou a ver as colônias alemãs em Santa Catarina. O movimento que se baseava em questões relacionadas à melhoria no nível educacional da população, institucionalização da obrigatoriedade do serviço militar e o voto secreto procurou desenvolver críticas a quaisquer aspectos que fugisse do ideal da construção de uma nação Brasileira. Foi a partir desse momento que os alemães começaram a ser vistos por alguns intelectuais como um verdadeiro “perigo” a nacionalidade, como discutido no caso de Lages. As escolas, a língua, as práticas culturais começaram a ser questionadas e passaram por um processo de reformulação que visava introduzir aspectos que dessem a essas populações uma identidade mais brasileira do que alemã. Embora tenhamos analisados somente esse primeiro movimento de 1916, vai ser principalmente no período de 1937 a 1945 com a nomeação do interventor Nereu Ramos por Getúlio Vargas que esse processo será levado ao seu ápice. Tomando medidas como o fechamento das escolas alemãs e a proibição da língua alemã, o momento é marcado por uma construção da ideia de serem todos cidadãos brasileiros.

Por conseguinte, podemos afirmar que os discursos produzidos acerca dos alemães não são lineares, nem homogêneos. Mas sim construídos por relações de poder, interesses, motivações, situações políticas locais, podendo até, como no caso do jornal *O Dia* – que ora prestigia e ora faz críticas à escola alemã – se contradizerem ao longo da história. As



narrativas estão sempre unidas a questões da produção de uma memória e como defendido pela historiografia, esta memória é seletiva e se constitui através de uma relação de forças onde algumas se sobressaem as outras, tomando alguns discursos e excluindo outros.

Fontes

Biblioteca Nacional Digital do Brasil. *O dia*, Florianópolis/SC (dias: 16/01/1901, 12/02/1901, 17/04/1901, 07/02/1906, 09/05/1917, 05/06/1917).

Biblioteca Nacional Digital do Brasil. *República*, Florianópolis/SC (dias: 06/02/1901, 09/03/1901, 17/01/1901).

Biblioteca Nacional Digital do Brasil. *A Regeneração*, Desterro (dia: 31/05/1888).

Biblioteca Nacional Digital do Brasil. *Planalto*, Lages/SC (dia: 24/08/1918).

Referências

CAROLA, Carlos Renato; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 303-320.

FROTSCHER, Meri. *Da Celebração da Etnicidade Teuto-Brasileira à Afirmação da Brasilidade: Ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. 2003. 287 fls. Tese - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

_____. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. (Org.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000, p.187-206

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de Colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade /UFRGS, 1999.

MOREIRA, Levi. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista Histórica*, Capa, n. 116 (1984).

PODELESKI, Onete da Silva. *Terras e colonização em discussão no Parlamento Imperial: o debate da Lei de Terras em 1843*. Florianópolis, 2010. 72 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de História. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Hist288234.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SANTOS, Ademir Valdir. *As escolas alemãs em Santa Catarina e sua transformação para teuto-brasileiras: uma análise histórica*. Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 36, n. 2, p. 233-242, July-Dec., 2014.



Recebido em 17 de novembro de 2016

Aceito para publicação em 20 de abril de 2017



RESENHAS

Gênero e diversidade em espaços formais de educação e trabalho: uma resenha da tríade de Coletâneas Gênero, linguagens e etnicidades; Gênero educação e trabalho; Gênero sexualidade e corpo

Eriziane de Moura Silva Rosa

Angélica Alves Bueno

Gênero, educação e trabalho / Ana Maria de Miranda ET AL. Org. Carmem Lúcia Costa, Heliany Pereira dos Santos, Marise Vicente de Paula; – Goiânia: UFG/CIAR; FUNAPE, 2013. 216 p.

Gênero, linguagens e etnicidades / Ana Cristina Luiza Souza ET AL. Org. Luciana Borges, Luciana de Oliveira Dias, Silvana Augusta Barbosa Carrijo;– Goiânia: UFG/CIAR; FUNAPE, 2013. 216 p.

Gênero, sexualidade e corpo / Adriane Oliveira Garcia Gonçalves ET AL. Org. Eliane Martins de Freitas, Fabiana Jordão Martinez, Lilian Marta Grisolio Mendes. – Goiânia: UFG/CIAR; Gráfica UFG; 2014. 188 p.

O ambiente escolar bem como as práticas educativas são espaços ricos em possibilidades, heterogeneidades, disputas, acomodações, multiplicidades inerentes às relações humanas. Nestes espaços os sujeitos em formação refletem conceitos que se encontram no interior das sociedades com relação a vários temas e modos de ver e estar no mundo. Conceitos relacionados a gênero, sexualidade, relações étnicas e diversidade cultural são temas recorrentes e conflitantes e impõem enfrentamentos a docentes e discentes nesses espaços de aprendizagem formal.

Consideramos que nesse sentido a tríade de coletâneas analisadas constitui-se numa fonte de informações importantes para as/os interessadas/os em refletir sobre princípios norteadores na busca pelo respeito a diversidade, o combate aos diversos preconceitos, a desconstrução de estereótipos e a luta contra todos os mecanismos de dominação, exclusão e controle presentes nas sociedades.

O Grupo Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho em parceria com o Campus Catalão/UFG e Universidade Aberta do Brasil propuseram o Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, em modalidade à distância no período de 2010 a 2012 com intuito de problematizar, possibilitar reflexões e instrumentalizar docentes para cumprir com as responsabilidades de encaminhar de forma satisfatória as discussões dadas em contextos das práticas educativas. As discussões encaminhadas na especialização



resultaram na elaboração dos artigos apresentados na tríade de Coletâneas "Gênero: Linguagens e Etnicidades", "Gênero: educação e trabalho", lançadas em 2013, e "Gênero: sexualidade e Corpo", lançada em 2014.

As preocupações primordiais dos textos refletem esmeradas pesquisas sobre as questões de gênero em dimensões que vão desde práticas socioculturais e religiosas até experiências fictícias que expressam realidades de mulheres silenciadas, bem como o campo da homoafetividade na literatura e na arte. A tríade de Coletâneas apresenta trabalhos resultantes de investigação criteriosa e que demonstram a urgência em se tratar, no âmbito da academia, as relações que caracterizam o fazer humano marcado por gêneros e diversidades tendo como propósito dar suporte às práticas educativas de professores/as.

Para tanto a Revista Gênero, Linguagens e Etnicidades, organizada pelas pesquisadoras Luciana Borges, Luciana de Oliveira Dias e Silvana Augusta Barbosa Carrijo apresenta um conjunto de doze textos distribuídos em três sessões. Na primeira sessão, Cultura, Etnicidade e Gênero, somos levadas/os a refletir sobre diversidade, cultura e educação, as autoras possibilitam-nos compreender que as identidades, as individualidades, as particularidades e a igualdade somente se realizam na diversidade. O olhar atento das autoras resultou em reflexões sobre a educação e a divisão dos espaços sociais baseada na diferença de sexo. Como o caso do condado catalano, bem como das negociações e adaptações ali evidenciados.

Na segunda sessão, Imagens do Gênero, composta por cinco textos são apresentadas algumas discussões a respeito de obras literárias e produções musicais. Entre estas destacamos o texto de autoria de Lenísia Vargas Rodrigues que por meio de letras das músicas do gênero funk estabelece discussões e reflexões sobre o corpo feminino apresentado como objeto de exibição e sensualidade. Tais discussões nos permitem perceber a transcendência da linguagem enquanto um mecanismo que instaura ideologias, valores e regulam relações de poder no interior das sociedades.

A terceira e última sessão, "Linguagem, Gênero e Desdobramentos no Ambiente Escolar", analisa produtos de linguagem verbal e imagens com enfoque para as práticas educativas que podem advir de uma perspectiva de gênero. Discutem-se como certos personagens podem subsidiar a formação de uma identidade de gênero a partir de sua inserção no meio escolar. Em *Discutindo homossexualidade e homofobia no espaço escolar: uma leitura da narrativa fílmica Filadélfia (1993)*, Keyla Dias dos Santos, considera a escola como

espaço de relações sociais, questiona se tal instituição realmente tem prestado serviços no sentido de socializar jovens homossexuais e se está preparada para discutir e desenvolver meios para promover a aprendizagem e a convivência desses jovens em seu espaço.

A segunda Coletânea da tríade de publicações analisada intitula-se Gênero: Educação e trabalho foi organizada por Carmem Lúcia Costa, Heliany Pereira dos Santos e Marise Vicente de Paula. Os textos abordam as questões de gênero nas relações do trabalho, no ambiente escolar a partir de levantamentos bibliográficos e pesquisa de campo que abordam o cotidiano de mulheres trabalhadoras e o processo de ensino aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento. Está dividida em duas sessões, Gênero e Educação e Gênero e Trabalho. Sendo que na primeira sessão as autoras demonstram preocupação em conhecer as práticas cotidianas escolares que reforçam as relações de poder. Como a discussão apresentada pela autora Eriziane de Moura Silva Rosa na qual coloca que as representações culturais de uma sociedade estabelecem papéis e posições sociais dos indivíduos, e que estes são historicamente construídas e competentes na formulação dos discursos sobre o lugar e o papel da mulher no meio social.

Na segunda sessão Gênero e trabalho há uma preocupação em compreender as transformações ocorridas no meio social a partir da inserção da mulher no mundo do trabalho. Neste sentido Janaine Daniela Pimentel Lima apresenta reflexões a partir da inserção da metodologia com entrevistas que realizou com trabalhadoras de um laticínio em Itumbiara-GO e nos revela as formas em que a precarização do trabalho alcança o espaço privado da mulher em suas multiplicidades.

A última Coletânea analisada é Gênero: Sexualidade e Corpo, organizada por Eliane Martins de Freitas, Fabiana Jordão Martinez e Lilian Marta Grisolio Mendes, traz artigos que abordam questões fundamentais que configuram o debate sobre gênero, corpo e sexualidade a partir da perspectiva da educação. O questionamento evidenciado a todo o momento é a possibilidade de outro olhar sobre práticas escolares, leis vigentes, materiais didáticos, documentos oficiais, discursos midiáticos que são alvo de investigação por parte dos autores e autoras.

A primeira sessão, Gênero e sexualidade escolar contempla cinco textos que analisam as relações entre gênero e educação e suas possibilidades. Nesta direção Eliane Martins de Freitas, abre as discussões com o texto: Formação continuada em gênero e diversidade na escola, e nos apresenta seu “olhar” a respeito da experiência do curso de especialização em



Gênero e Diversidade na Escola/GDE – ofertado pela UFG/ Campus Catalão, no período de outubro 2010 a abril de 2012. A autora avalia o alcance das discussões propostas e realizadas pelo curso, bem como a percepção que as/os cursistas tiveram dos conteúdos e disciplinas do curso dialogando com as possibilidades de transformação colocadas pelo GDE e a abertura das/os mesmas/os para uma transformação na sua prática educativa.

Na segunda sessão do livro, “Sexualidade, Corpo e Preconceito”, composto por cinco artigos, as autoras apresentam questões recorrentes quanto à formação do sujeito e seu lugar na sociedade, observando o corpo como algo produzido na e pela cultura. Nesta perspectiva Alessandra Luzia Pereira de Lacerda, investiga a influência do toque, enquanto prática corporal na construção da(s) identidade(s) de gênero das crianças da educação infantil. A reflexão recai sobre como as práticas corporais realizadas no momento do recreio podem, ou não, auxiliar na construção do que é ser menina e do que é ser menino, além de esclarecer a compreensão das professoras de educação infantil sobre a relevância de trabalhar questões referentes às temáticas de gênero na infância.

Nossa experiência, enquanto cursistas da especialização que possibilitou a elaboração da tríade de coletâneas, ora analisadas, nos permite refletir sobre os tipos de discussões realizadas em cursos de formação de professoras/es. Consideramos de extrema relevância trabalhos como os desenvolvidos sobre gênero e diversidade para o âmbito escolar, uma vez que estes possibilitam aos/as professores/as reverem posturas e preconceitos em relação a gênero e diversidade presentes no bojo da nossa sociedade.

A tríade de coletâneas constitui uma obra de grande relevância para todos os profissionais da Educação. A este respeito para as autoras dessa resenha, tanto as discussões quanto o contato com os vários autores que discutem gênero e diversidade serviu-nos como um divisor de águas na nossa prática docente por isso consideramos a leitura dessa tríade de coletâneas como atividade essencial para a formação de docentes interessados/as nas temáticas de gênero, educação, sexualidade e etnicidades.

Recebido em 11 de abril de 2016

Aceito para publicação em 18 de abril de 2017





SANTA CATARINA EM HISTÓRIA
ISSN 1984-3968